



Universidades Lusíada

Rodrigues, José Manuel Rosendo, 1961-

Ascensão e queda da Irmandade Muçulmana no Egipto : de 11 de Fevereiro de 2011 a 14 de Agosto de 2013

<http://hdl.handle.net/11067/1415>

Metadados

Data de Publicação	2015-01-29
Resumo	As revoltas nos países árabes fizeram cair alguns ditadores, assustaram outros e provocaram guerras sangrentas. Foram sobretudo revoltas em nome da liberdade, dignidade e justiça social, direitos negados durante décadas de poder pós-colonial. Mas nestes países árabes o Islão tem uma centralidade que raramente é entendida no chamado Ocidente. Em concreto, no Egipto, essa centralidade encontrava expressão maior na mais antiga força de oposição que resistiu ao colonizador europeu e aos sucessivos ...
Palavras Chave	Eleições - Egipto, Irmandade Muçulmana (Egipto), Egipto - História - Protestos, 2011-
Tipo	masterThesis
Revisão de Pares	Não
Coleções	[ULL-FCHS] Dissertações

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-05-02T21:59:43Z com informação proveniente do Repositório



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Mestrado em Relações Internacionais

**Ascensão e queda da Irmandade Muçulmana no Egito: de
11 de Fevereiro de 2011 a 14 de
Agosto de 2013**

Realizado por:

José Manuel Rosendo Rodrigues

Orientado por:

Prof. Doutor José Francisco Lynce Zagalo Pavia

Constituição do Júri:

Presidente:	Prof. Doutor Carlos César Lima da Silva Motta
Orientador:	Prof. Doutor José Francisco Lynce Zagalo Pavia
Arguente:	Prof. Doutor Eduardo Maria Costa Dias Martins
Vogal:	Prof. Doutor Luís Eduardo Marquês Saraiva

Dissertação aprovada em: 28 de Janeiro de 2015

Lisboa
2014



U N I V E R S I D A D E L U S Í A D A D E L I S B O A

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Mestrado em Relações Internacionais

Ascensão e queda da Irmandade Muçulmana
no Egito: de 11 de Fevereiro de 2011 a 14 de
Agosto de 2013

José Manuel Rosendo Rodrigues

Lisboa

Setembro 2014



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Mestrado em Relações Internacionais

Ascensão e queda da Irmandade Muçulmana
no Egito: de 11 de Fevereiro de 2011 a 14 de
Agosto de 2013

José Manuel Rosendo Rodrigues

Lisboa

Setembro 2014

José Manuel Rosendo Rodrigues

Ascensão e queda da Irmandade Muçulmana
no Egito: de 11 de Fevereiro de 2011 a 14 de
Agosto de 2013

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências
Humanas e Sociais da Universidade Lusíada de Lisboa
para a obtenção do grau de Mestre em Relações
Internacionais.

Orientador: Prof. Doutor José Francisco Lynce Zagalo
Pavia

Lisboa

Setembro 2014

Ficha Técnica

Autor José Manuel Rosendo Rodrigues
Orientador Prof. Doutor José Francisco Lynce Zagalo Pavia
Título Ascensão e queda da Irmandade Muçulmana no Egipto: de 11 de Fevereiro de 2011 a 14 de Agosto de 2013
Local Lisboa
Ano 2014

Mediateca da Universidade Lusíada de Lisboa - Catalogação na Publicação

RODRIGUES, José Manuel Rosendo, 1961-

Ascensão e queda da Irmandade Muçulmana no Egipto: de 11 de Fevereiro de 2011 a 14 de Agosto de 2013 / José Manuel Rosendo Rodrigues ; orientado por José Francisco Lynce Zagalo Pavia. - Lisboa : [s.n.], 2014. - Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Lusíada de Lisboa.

I - PAVIA, José Francisco Lynce Zagallo, 1967-

LCSH

1. Irmandade Muçulmana (Egipto)
2. Eleições - Egipto
3. Egipto - História - Protestos, 2011-
4. Universidade Lusíada de Lisboa. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Teses
5. Teses - Portugal - Lisboa

1. Muslim Brotherhood (Egypt)
2. Elections - Egypt
3. Egypt - History - Protests, 2011-
4. Universidade Lusíada de Lisboa. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Dissertations
5. Dissertations, Academic - Portugal - Lisbon

LCC

1. DT107.87.R63 2014

Aos meus pais que me deram o ser e
aos meus filhos, Rita e João, a quem
procuro inculcar valores.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os que durante este percurso de pesquisa contribuíram com apoio bibliográfico, ajudaram a clarificar dúvidas e estiveram disponíveis para entrevistas, como foi o caso do Professor Adel Sidarus, do Professor Raúl M. Braga Pires, do Professor Mostafa Zekri e do jornalista Robert Fisk.

Agradeço a todos os Professores que ao longo da minha licenciatura e mestrado me forneceram as ferramentas para melhor olhar o mundo.

Um agradecimento especial ao meu Orientador Científico, Professor Doutor José Francisco Lynce Zagalo Pavia, por ter acedido a fazer parte deste percurso e pela paciência com que geriu as minhas insuficiências.

Agradeço à minha família e aos que gostam de mim, por todo o apoio e por todo o tempo que foi roubado ao nosso convívio.

Uma palavra para todos os que no mundo árabe me permitiram o convívio e comigo beberam o chá da amizade e do respeito. As conversas que fui mantendo ao longo dos anos, os países em que tive oportunidade de estar, as pessoas que fizeram o caminho comigo, todas elas, tudo isso, transporto no meu coração e a cada momento em que aprofundo os meus conhecimentos estudando e lendo o que outros escrevem, vejo como é valioso o tempo que por lá andei.

“O Povo quer a queda do regime!
Liberdade! Liberdade! Liberdade!”

(uma das palavras de ordem da manifestação na Praça
Tahrir exigindo o afastamento de Hosni Mubarak)

APRESENTAÇÃO

Ascensão e queda da Irmandade Muçulmana no Egito: De 11 de Fevereiro de 2011 a 14 de Agosto de 2013

José Manuel Rosendo Rodrigues

As revoltas nos países árabes fizeram cair alguns ditadores, assustaram outros e provocaram guerras sangrentas. Foram sobretudo revoltas em nome da liberdade, dignidade e justiça social, direitos negados durante décadas de poder pós-colonial.

Mas nestes países árabes o Islão tem uma centralidade que raramente é entendida no chamado Ocidente. Em concreto, no Egito, essa centralidade encontrava expressão maior na mais antiga força de oposição que resistiu ao colonizador europeu e aos sucessivos militares que ocuparam a presidência da república: a Irmandade Muçulmana.

Aberta a porta da liberdade com a queda de Hosni Mubarak, a Irmandade venceu todas as eleições e todas as batalhas políticas decididas pela força do voto. Sempre olhada com receio pelo Ocidente, nomeadamente por Estados Unidos e Israel devido à posição geoestratégica do Egito, a Irmandade não conseguiu dar resposta às necessidades de um país fortemente marcado pela pobreza e pelo desemprego e por anos de instabilidade política que fizeram cair a economia. A Irmandade, sem qualquer experiência governativa, também não soube ser inclusiva em relação a outras forças políticas. O receio de uma caminhada para o islamismo fez o resto.

No final, depois de milhares de mortos e de centenas de pessoas condenadas à morte, tudo parece ter voltado ao passado. Os militares continuam a determinar o futuro do Egito, a Irmandade Muçulmana foi ilegalizada e considerada “organização terrorista”.

Palavras-chave: Egito, Primavera Árabe, Irmandade Muçulmana, Mohammed Morsi, Hosni Mubarak, Abdel Fatah al-Sissi.

PRESENTATION

Egypt rise and fall of the Muslim Brotherhood in Egypt: from 11 February 2011 to August 14, 2013

José Manuel Rosendo Rodrigues

The uprisings in Arab countries did drop some dictators, scared others and still caused prolonged and bloody wars. Were particularly revolts for freedom, dignity and social justice, denied for decades of post-colonial political power. But in these Arab countries Islam has a centrality that is seldom understood in the so-called West. Specifically, in Egypt, the centrality of this it is the oldest opposition force that resisted the european colonizer and the successive military who occupied the presidency: the Muslim Brotherhood.

With the fall of Hosni Mubarak and the freedom door open, the Brotherhood won all elections and all political battles decided by the strength of the vote. Always regarded with fear by the West, particularly by the United States and Israel due to the geostrategic position of Egypt, the Brotherhood failed to meet the needs of a country strongly marked by poverty and unemployment and years of political instability that brought down the economy. The Brotherhood, with no experience in government, neither knew how to be inclusive in relation to other political forces. Fears of a hike to Islam did the rest.

In the end, after thousands of deaths and hundreds of people sentenced to death, everything seems to have returned to the past. The military continues to determine the future of Egypt, the Muslim Brotherhood was outlawed and considered a "terrorist organization."

Keywords: Egypt, Arab Spring, Muslim Brotherhood, Mohammed Morsi, Hosni Mubarak, Abdel Fatah al-Sissi.

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

- CIA - Central Intelligence Agency
- CSFA - Conselho Supremo das Forças Armadas
- HRW - Human Rights Watch

SUMÁRIO

1. Introdução	17
2. Surpresa e dificuldade.....	19
2.1. Os dias em que o mundo árabe surpreendeu o Ocidente.....	19
2.2. Tentar ver de todos os ângulos	21
2.3. Eliminar o preconceito	24
3. As origens da revolta e os dias que isolaram Mubarak.....	27
3.1. Por que é que os egípcios se revoltaram?.....	27
3.2. A revolta - Cairo - Praça Tahrir.....	32
3.3. Mubarak, e depois?	34
3.4. As revoltas que não constavam das previsões.....	36
3.5. Vozes mais avisadas.....	38
3.6. A estratégia dos militares	39
3.7. Israel - silêncio	41
3.8. Quem são os potenciais líderes?.....	44
4. Da revolta às eleições	49
4.1. A Irmandade Muçulmana.....	49
4.2. Dias críticos.....	52
5. Eleições legislativas e presidenciais.....	57
5.1. Finalmente as primeiras eleições	57
5.2. Irmandade concretiza o sonho de chegar ao poder	63
5.3. Um ano de revolução	65
5.4. Mais violência.....	67
5.5. Nova vitória da Irmandade Muçulmana	68
5.6. Eleições presidenciais	69
5.6.1. Os candidatos que queriam vencer as eleições.....	69
5.6.2. Os candidatos que sabiam que não venciam as eleições.....	71
5.6.3. A decisão da Comissão Eleitoral	72
5.6.4. Os desafios dos principais candidatos.....	73
5.6.5. Os “outros” candidatos (Pfeiffer, Elyan e Fayed, 2012).....	75
5.7. As eleições.....	76
5.8. Os dias frenéticos e o suave golpe de Estado.....	81
5.9. Mohammed Morsi Presidente da República	86
6. Todo o poder político nas mãos da Irmandade Muçulmana	91
6.1. Partir do zero, criar uma “nova civilização”	91
6.2. A determinação de Mohammed Morsi	100
6.3. A Constituição aprovada em referendo.....	103

6.3.1. Instituições	103
6.3.2. Religião	103
6.3.3. Direitos	104
7. Queda da Irmandade Muçulmana	107
7.1. Dois anos depois da revolta que fez cair Hosni Mubarak.....	107
7.2. O dia do julgamento	112
7.3. O fim do poder a Irmandade Muçulmana.....	115
7.4. O 'golpe' que não foi 'golpe'.....	117
7.5. A última batalha.....	118
8. Conclusão	125
Referências	133
Apêndices.....	147
Lista de apêndices.....	149
Apêndice A	151
Adel Sidarus.....	153
Apêndice B	161
Raúl M. Braga Pires	163
Apêndice C	181
Robert Fisk.....	183
Apêndice D	193
Mostafa Zekri	195

1. INTRODUÇÃO

Ver um povo levantar-se pela liberdade e contra um poder que o sufoca é sempre um fenómeno de extraordinária beleza. Mesmo que essa atitude tenha um preço que se traduz em sangue e na perda de vidas, é um momento em que são acrescentadas algumas linhas, quiçá algumas páginas de história. E isso aconteceu precisamente naquele que “não só é, e de longe, o país mais povoado, como também é o centro geográfico do mundo árabe, situado entre as duas grandes partes que os geógrafos árabes distinguem há séculos, o Oeste, o Magrebe, onde a cultura berbere não desapareceu, e o Leste, o Machereque, onde o árabe está próximo dos Lugares Santos do Islão e do Alcorão” (Lacoste, 2006, p. 362-363). Não menos assinalável quanto ao Egipto é o facto de ser o “grande” vizinho de Israel, ter fronteira com a Faixa de Gaza e ser ainda o país do Canal do Suez, via de extraordinária importância estratégica para a economia internacional.

O objectivo desta dissertação é tentar perceber o que motivou o levantamento popular no Egipto, fornecendo o contexto do momento, olhando um pouco para o passado, lendo alguns sinais anteriores de descontentamento com o regime, observando as forças que tornaram possível a queda de um presidente há quase 30 anos no poder e a vaga de esperança que atravessou o Egipto.

Por outro lado, é importante sistematizar os acontecimentos desde o início da revolta até ao momento em que a Irmandade Muçulmana foi varrida do poder e da vida política egípcia. Após um ano com Mohammed Morsi na presidência, eleito democraticamente, e outro tanto em que a Irmandade Muçulmana teve capacidade parlamentar para fazer um projecto de Constituição que foi aprovado em referendo, o regresso da violência fez temer pelo futuro do Egipto. Os militares, liderados por al-Sissi, reprimiram violentamente a Irmandade Muçulmana e retiraram-lhe todo o poder.

Mais de três anos depois da queda de Hosni Mubarak, o Marechal Abdel Fattah al-Sissi, homem que liderou as movimentações que afastaram a Irmandade Muçulmana, foi eleito Presidente da República.

Desde o início da revolta de 2011 que houve interpretações diferentes dos factos que ocorriam no Egipto e as expectativas geradas também foram igualmente distintas: houve quem acreditasse que a Democracia era possível; quem dissesse que o Islão

iria dominar as instituições políticas; e quem preconizasse que os militares jamais aceitariam submeter-se ao poder civil.

Como vamos ver, também houve quem desde logo tivesse defendido que as revoltas nos países árabes eram apenas o início de uma nova era que, sem qualquer tipo de garantias em termos de resultado final, eram isso sim um grito de libertação que há muito estava reprimido nas gargantas árabes. Esta parece ser a leitura mais acertada, sendo pouco avisado fazer apostas num final que é impossível de prever.

2. SURPRESA E DIFICULDADE

2.1. OS DIAS EM QUE O MUNDO ÁRABE SURPREENDEU O OCIDENTE

Nos dois primeiros meses de 2011, os países ocidentais demoraram a perceber o que se estava a passar em alguns países árabes. A frequência das imagens de violência no Médio Oriente pode ter feito com que as revoltas fossem inicialmente vistas como algo que acabaria por passar, por sossegar, deixando tudo mais ou menos na mesma. Demoraram a ser entendidos os sinais da mudança que se anunciava. Esse entendimento ganhou forma logo que os interesses ocidentais em muitos dos países árabes sentiram a ameaça e o abanão que poderiam sofrer. Mas ainda assim preferiram esperar para perceber em que é que, de facto, iria resultar toda a revolta que inundou a “rua-árabe”¹.

Quanto aos próprios aparelhos de poder nos países árabes em início de revolta, as primeiras reacções corresponderam aos padrões habituais dos regimes autoritários: repressão da revolta, desvalorização das manifestações e, já numa fase mais avançada, a promessa de mudanças visando sobretudo a melhoria das condições de vida das populações.

Certo é que da Tunísia as revoltas rapidamente alastraram ao Egipto, à Líbia, ao Iémen, à Argélia, à Jordânia, e até a Marrocos. Apesar de terem regimes diferentes e uma história recente distinta, também o Iraque e a Palestina (territórios palestinianos) assistiram a manifestações populares com exigências ao poder político ou, em alguns casos, com a exigência directa do afastamento desse poder.

Independentemente das exigências podemos encontrar diferenças nas reacções dos diferentes poderes: uns reagiram usando a força, outros anteciparam-se a maiores manifestações e de imediato prometeram reformas. Destacam-se nesta tentativa de estancar a revolta pela via reformista as monarquias de Marrocos e da Jordânia. Nos dois casos, com mais ou menos repressão e prisões, as revoltas perderam intensidade e os monarcas continuaram no trono. Nos casos em que os regimes reagiram com a força das armas o resultado não foi o pretendido, com excepção de casos como o

¹ Expressão em sentido figurado utilizada frequentemente para dar conta do sentir da população que nem

Bahrein e o Límen, casos² em que convém ter em conta a especificidade da ligação aos Estados Unidos.

As revoltas alastravam e uma expressão ganhava terreno: “efeito dominó”. Uma possibilidade que assentava na rapidez com que as manifestações galgaram fronteiras e também na pressa com que o presidente da Tunísia, Zine El Abidine Ben Ali, fugiu do país. A importância e a dimensão das revoltas estavam ainda por entender, mas face ao que se passava no terreno as perguntas mais arrojadas ganhavam legitimidade e a BBC, no dia em que Hosni Mubarak caiu, não se inibia de questionar se o resultado das revoltas árabes poderia ser semelhante ao que aconteceu nos países da Europa de Leste após a queda do Muro de Berlim (BBC, 2011a).

A legitimidade da questão colocada pela BBC prende-se sobretudo com o facto de o Egipto ter sido logo o segundo país em que a revolta saiu à rua. Entre a fuga de Ben Ali e a queda de Mubarak tinha passado menos de um mês³.

Enquanto a revolta foi na Tunísia, o mais pequeno país da costa norte de África, a Europa e os Estados Unidos, e até o mundo árabe, como que encolheram os ombros, mas quando passa a ser o Egipto que está em causa, torna-se evidente que é preciso dar mais atenção ao que está a acontecer. O mundo árabe não estava habituado a ver o poder ser afrontado de forma tão determinada, assim, pela rua, e o Ocidente não estava habituado a ver a história passar-lhe diante dos olhos como se fosse um filme já terminado em que não tivesse uma palavra a dizer sobre o argumento, a selecção de actores e a realização. Alguma coisa estava de facto a mudar. Mais de três anos depois, com uma guerra na Síria que não se sabe quando terá fim, e que fim será esse, está também por saber que frutos vão crescer na árvore nascida das revoltas populares. O grande receio do Ocidente – a influência dos movimentos islamistas (Lopes, 2010, p. 121)⁴ no poder político – já deu alguns sinais, embora posteriormente tenham sido atenuados. Por agora, no Egipto – país sobre o qual incide este trabalho

² A 5ª Esquadra Naval dos Estados Unidos está instalada no Bahrein, país em que a maioria xiita é governada por uma família real da minoria sunita; o Límen é um dos países chave na luta dos Estados Unidos contra a Al Qaeda.

³ Ben Ali fugiu da Tunísia a 14 de Janeiro de 2011; Hosni Mubarak deixou a presidência do Egipto a 11 de Fevereiro de 2011.

⁴ Lopes, Margarida Santos, in *Novo Dicionário do Islão*, pág. 121, estabelece a diferença entre “islamistas” e “islamitas” explicando que «muitos insistem que não existe a palavra “islamista” em nenhum dicionário de Português, mas estudiosos do Islão e muçulmanos portugueses insistem em estabelecer uma distinção entre “islamitas”, os crentes muçulmanos, e “islamistas”, os activistas políticos, membros de movimentos e organizações designadas *al-harakat al-Islamiyyah*. A própria religião passou a ser designada como *Islam* ou Islão, em vez de Islamismo, para sublinhar a diferença entre fé e ideologia».

– os militares regressaram ao poder – se é que alguma vez o perderam – para maior sossego do Ocidente e do vizinho Israel.

2.2. TENTAR VER DE TODOS OS ÂNGULOS

A abordagem que se afigura intelectualmente mais honesta em relação à Primavera Árabe é a mesma com que Thomas L. Friedman descreveu o conhecimento que existia em 1999, em relação à globalização, ou em 1946, em relação à Guerra Fria (Friedman, 2000, p. 54). Ninguém podia afirmar com rigor como é que os sistemas iriam funcionar, pela simples razão de que estavam a começar. Não sendo algo comparável, é bastante razoável dizer que a nova realidade provocada pela Primavera Árabe é ainda uma incógnita que requer cautela na hora de fazer uma interpretação ou quando se pretender perspectivar resultados.

No livro acima referido, Thomas L. Friedman explica-nos a necessidade de acrescentarmos sucessivas dimensões ao nosso conhecimento de modo a podermos, de facto, entender um mundo globalizado. Essas dimensões vão do Ambiente aos Mercados, passando pela Economia, pelas tecnologias e pelo comportamento das pessoas. Se aplicarmos esta lógica aos países árabes, mesmo que não consigamos acrescentar uma dimensão que se ajuste a esse mundo, afigura-se correcto afirmar que, no mínimo, é necessário que façamos um esforço para banir os preconceitos para podermos entender melhor como funciona esse mundo aparentemente a caminho de uma nova realidade.

E há várias questões que se colocam logo que nos debruçamos sobre o contexto das revoltas que abalam o Médio Oriente e o Norte de África. A designada Primavera Árabe é um processo em curso – ou devemos dizer que são vários processos em curso? Desde logo esta dúvida é sintomática da lente ocidental com que olhamos o fenómeno. A tendência que podemos sentir para fechar o ângulo, olhando o mundo árabe como um todo, quase uno, de que excluimos diferenças e particularidades dentro desse mesmo mundo, dificulta-nos a abordagem, o entendimento e conseqüentemente as conclusões a que tentamos chegar. Os próprios árabes recusam essa “persistência de um sentimento forçado de colectividade ou de comunidade” (Abidi, 2011, p. 7). Na sequência desta recusa, esclarecendo que não fala em nome dos árabes, Hasni Abidi denuncia a tendência para os políticos árabes iniciarem sempre os seus discursos utilizando o artigo “nós”, querendo com isso dizer

“nós os árabes”. Este autor considera que falar em nome dos outros sem mandato nem legitimidade para tal é desde logo uma desconsideração em relação aos que supostamente se pretende representar. Prova de que olhávamos os países árabes de uma forma errada é todos sabermos que antes das revoltas ninguém imaginava – pelo menos ninguém o escrevia – que os presidentes Moubarak ou Kadhafi (os que há mais tempo estavam no poder) pudessem cair da forma que caíram. Egipto e Líbia eram países com a imagem de um poder político assente em pilares profundos e sólidos, baseados numa estrutura de décadas, com ramificações e influências de tal forma poderosos que ninguém imaginava ser possível que cidades como Cairo ou Benghazi acabassem transformadas em epicentros de revoltas que fizessem cair os ditadores. Provavelmente, os próprios ditadores interiorizaram de tal modo essa sensação de poder inexpugnável que descuraram alguns aspectos da segurança dos regimes; outra possibilidade para explicar a queda dos ditadores é que só assim, de uma forma inesperada, de surpresa, sem uma liderança assente nas tradicionais organizações políticas/revolucionárias clandestinas, mas organizadas – que certamente não passariam despercebidas às polícias e sistemas de segurança dos regimes atingidos – foi possível mudar alguma coisa.

Podendo ser uma analogia algo forçada, olharmos o mundo árabe assim com estas lentes redutoras, será como um árabe, qualquer um, olhar para a Europa e considerar que os europeus são todos iguais e pensam todos da mesma maneira. E nós, os europeus, aqui nascidos e criados, sabemos que não é assim.

Olhar para as revoltas que varreram o mundo árabe desde o final de 2010 até aos nossos dias é uma tarefa complexa, com uma barreira que constitui dificuldade acrescida – a língua árabe – e que invariavelmente nos empurra para a análise feita por europeus ou norte-americanos, e por árabes que ainda assim, sendo árabes, mas que em muitos casos fizeram a formação académica em países ocidentais, já têm um olhar que integrou, embora parcialmente, algumas das lentes que nós, ocidentais, utilizamos.

Deixar estas lentes de lado é por isso um desafio. O distanciamento total será utopia. Ver o mundo de cima, sendo esse o ponto de partida que nos permita um olhar equidistante, o mais abrangente possível e não limitado pela cultura, pela língua, e pelos afectos, é tarefa quase impossível mas nem por isso menos aliciante ou que deva ser evitada. Antes pelo contrário.

Um dia (ano de 2007), na Cisjordânia que acolhia os elementos da Fatah banidos da Faixa de Gaza controlada pelo Hamas, um velho companheiro de Yasser Arafat atirou-me – o olhar zangado sugeria isso mesmo: atirar, e não fazer, uma pergunta – “o que é que vocês, europeus, ainda querem de nós? Não chega já tudo o que fizeram e a situação que criaram?” Dei por mim a pensar: mas eu não quero nada, estou aqui apenas a tentar perceber. Este homem estava a tentar dizer-me que o olhar europeu e norte-americano tinha permitido criar um Estado de Israel sem que na realidade europeus e norte-americanos percebessem as verdadeiras consequências que essa decisão teria para a população da Palestina. Quase 60 anos depois, aquele homem estava a dizer-me que nós, europeus e norte-americanos, não percebíamos nada do que tinha acontecido e do que estava a acontecer.

É para escapar da possibilidade de ser acusado de olhar as revoltas árabes com lentes que desfocam a realidade que tentei ouvir quem está ou esteve o mais próximo possível da realidade árabe, com olhar árabe sempre que possível. Estou convicto que essa abordagem permitirá ficar mais próximo de um desenho realista dos acontecimentos e de uma interpretação mais em sintonia com o que de facto aconteceu.

Mas há outras dificuldades neste trabalho praticamente em cima dos acontecimentos. Sabemos que há uma diferença grande entre as diferentes leituras dos acontecimentos na “rua”, nos media, nos gabinetes da diplomacia e nos serviços e agências de informação. Em relação a estes últimos teremos de esperar pela abertura de arquivos daqui por algumas décadas para sabermos se a análise que fazemos hoje foi a correcta e se teve em conta as premissas que verdadeiramente influenciaram os acontecimentos. Mas essa é uma tarefa que terá de esperar. Agora a única possibilidade é tratar os dados conhecidos, seja por testemunho directo, por relatos de protagonistas ou ainda através de análises de estudiosos da região e dos países envolvidos numa maré de revolta que fez cair ditadores, tendo a noção de que ainda não se pode ter certezas em relação às verdadeiras mudanças que vão surgir.

Da Tunísia, à Síria, passando pelo Egipto e Líbia, o abanão foi enorme. Outros países sentiram apenas uma leve aragem da vontade de mudança, casos de Marrocos, Argélia, Jordânia ou de alguns países da Península Arábica.

Sem termos certezas quanto ao resultado das revoltas que saíram à rua, há um dado que podemos registar nos países em que os ditadores caíram sem que possa sofrer

grande contestação, mesmo que estejamos perante revoluções inacabadas: o povo tornou-se o senhor/actor das independências conquistadas pelos antigos movimentos de libertação do tempo colonial. Mas Hasni Abidi⁵ pergunta de que serve essa independência se os cidadãos ainda não são livres? E essa noção de liberdade do individuo, no mundo árabe, tem estado quase esquecida perante um “nós” que sempre se sobrepôs. (Abidi, 2011, p. 9-10)

A chamada Primavera Árabe, com diferentes consequências nos vários países, foi um movimento que fez cair ditadores e os que não caíram foram obrigados a prometer reformas e a fazer algumas concessões. Foi, surpreendentemente, um movimento que abrangeu um espaço desde o Atlântico ao Golfo (persa ou árabe consoante a perspectiva) e também até ao Mediterrâneo Oriental. Um espaço que tem em comum a língua e uma religião dominante. Ao contrário do que se possa pensar, o espaço árabe tem uma longa tradição de revoltas mas foram sempre acções que nunca provocaram mudanças de sistema ou de regime mas apenas de protagonistas. Desta vez, para além de ser uma revolta que foi atravessando sucessivas fronteiras, há uma ruptura com a tradição porque, não se sabendo ainda que regimes vão surgir nos países que vivem a Primavera Árabe, é certo desde já que alguns ditadores caíram e há sinais de que algo está a mudar.

2.3. ELIMINAR O PRECONCEITO

Recordo-me de um dos primeiros dias de aulas da licenciatura em que a uma pergunta de um professor sobre terrorismo uma jovem colega respondeu: “árabes”. O terrorismo era árabe e os árabes eram terroristas. Não se seguiu nenhuma pergunta que fizesse alusão ao Islão, mas já todos ouvimos essa associação do Islão ao terrorismo, como se o Islão fosse algo homogéneo que se pudesse catalogar assim facilmente. A mesma lógica da jovem colega que associou sem hesitação os árabes ao terrorismo certamente que associaria também o Islão às duas outras premissas. E recordo-me como foi longo e eventualmente não conseguido o processo para tentar reverter este olhar. Talvez que para entendermos este tipo de reacção tenhamos que recuar cerca de mil e quatrocentos anos quando “Uma das primeiras impressões com que a Europa ficou a partir da morte do profeta Muhammad em 632 foi a forte e ameaçadora

⁵ Hasni Abidi, Le Manifeste des Arabes, “Finalement, quel est l'intérêt d'une révolution inachevée? Une indépendance confisquée par ses artisans. C'est un objectif louable et légitime de rendre sa souveraineté à un pays, mais quell sens donner au mot indépendence, si les citoyens ne sont toujours pas libres. L'individu: une notion Presque oubliée dans les pays arabes, sous le flux du *nous*” (2011, p. 9-10)

expansão militar dos exércitos muçulmanos a oriente e a ocidente” (Keshavjee, 2009, p. 111). Imagens que ficam e atravessam os tempos. Faranaz Keshavjee, autora desta afirmação, sugere também uma passagem por manuais escolares para se perceber como, de forma consciente ou não, é induzido o preconceito pelo Islão e pelos árabes no conto “O árabe e o vizinho” (Afonso, 2007, p. 44) sugerido como aula planificada para alunos do 1º Ciclo/3º ano. Para além de considerar que nos manuais de história o muçulmano já é “deficitariamente referenciado” (Keshavjee, 2009, p. 118), o texto de “O árabe e o vizinho” utiliza uma conversa aparentemente banal para revelar a “estupidez de um – o árabe – e a inteligência de outro – o vizinho” (Keshavjee, 2009, p. 118). Faranaz Keshavjee considera que “o juízo de valor que acompanha cada um dos intervenientes acaba por referenciar e hierarquizar as diferenças culturais, o que não ajuda em nada, por exemplo, a imagem do muçulmano, já deficitariamente referenciada nos manuais de história” (Keshavjee, 2009, p. 118).

Como se tal não bastasse para incutir o preconceito quase desde o berço, Faranaz Keshavjee, no artigo já referido, aborda o tratamento dado pelos media a assuntos que envolvem o Islão, referindo a superficialidade desse tratamento em nome de uma necessidade de espectáculo permanente que resumem muitos temas a trinta segundos necessariamente insuficientes, chegando a uma conclusão: “O resultado final é sempre o fracasso de ver reproduzida a imagem recorrente de que muçulmano, terrorista, bombista ou suicida são todos sinónimos” (Keshavjee, 2009, p. 120).

É todo este caminho que precisa de ser modificado e que, não sendo afastado este preconceito, o fenómeno da Primavera Árabe dificilmente será entendido. Desde logo porque o próprio fenómeno teve origens diferentes, com diferentes protagonistas, em contextos diferentes, com um lastro diferente e por que não dizê-lo, com objectivos diferentes, sendo que coincidiam num aspecto: o que existia não podia continuar a existir. Esse foi o grito que, de um modo geral, se ouviu em vários países árabes e cujo eco o mundo ocidental interpretou de formas muito diversas, criando expectativas também diversas e chegando a conclusões por vezes divergentes. Afinal, depois da imolação de Mohammed Bouazizi, na Tunísia, em Dezembro de 2010, o que é que o Ocidente esperava que acontecesse?

3. AS ORIGENS DA REVOLTA E OS DIAS QUE ISOLARAM MOUBARAK

3.1. POR QUE É QUE OS EGÍPCIOS SE REVOLTARAM?

O Egipto vivia em estado de emergência desde Dezembro de 1981. Na Primavera de 2007, houve reformas constitucionais que reforçaram o poder do Governo e institucionalizaram as leis de emergência em vigor. Sem definir o conceito de terrorismo, as reformas permitiam que os suspeitos de terrorismo fossem julgados por tribunais especiais. Foram abolidas as garantias individuais do estado de direito e o *habeas corpus*.

Em 2005, pela primeira vez, o Egipto tivera eleições presidenciais com vários candidatos que se apresentaram como independentes. Mubarak venceu. Também houve eleições legislativas em 2005 com o Partido Nacional Democrático – controlado por Mubarak – a obter uma clara maioria absoluta, embora com a oposição a conquistar 112 dos 444 lugares, num sistema que se podia definir de pluripartidarismo mas sem democracia.

Mas as raízes da revolta no Egipto podem ser encontradas num tempo mais distante, apesar de ter sido aproveitada a onda da revolta na Tunísia. Os factores socioeconómicos de há muito que provocavam pequenas revoltas na sociedade egípcia. Na *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Iside Gjergji, publica um artigo em que demonstra essa realidade e em que, com dados do *Land Center for Human Rights*, mostra um significativo aumento das acções dos trabalhadores egípcios em luta por melhores condições de trabalho e de remuneração. Os números oficiais do Governo egípcio, em 2011, mostravam cerca de 2,3 milhões de desempregados numa população superior a 82 milhões de pessoas. Mas porque o Egipto também foi afectado pela crise económica a partir de 2008, Iside Gjergji acredita que entre 2008 e 2011 o desemprego aumentou bastante e aceita que esse terá sido um dos motivos dos protestos e das greves. (Gjergji, 2014, p. 81-110)

No referido artigo, a autora afirma que “há no Egipto uma ‘velha tradição’ de lutas e greves por salários mais altos e melhores condições de trabalho” (Gjergji, 2014, p. 81-110) e dessa tradição recorda aquela que terá sido a primeira greve de que há registo em todo o mundo: a dos trabalhadores das pirâmides.

Nos tempos mais recentes, com as políticas neoliberais dos anos 80 e 90 houve uma vaga de privatização de empresas, os preços dos alimentos tiveram uma escalada e os salários estagnaram. Iside Gjergji atribui a estes factores a saída à rua de mais de dois milhões de trabalhadores entre 1998 e 2009. Os protestos dos trabalhadores tiveram um momento alto em 2006 aquando de uma greve dos trabalhadores da indústria têxtil de Mahalla atingiu os objectivos e serviu de inspiração a trabalhadores de outros sectores. Surgiram sindicatos independentes e dois anos mais tarde, de novo em Mahalla, os trabalhadores fizeram uma greve que gerou uma onda de apoio em todo o país e deu origem ao “Movimento da Juventude 6 de Abril”. Dia em que se tentou organizar uma greve geral para apoio aos grevistas de Mahalla.

Antes, já tinha surgido em 2004 um outro “Movimento Kefaya” (palavra árabe para ‘basta’) que tentava dar alguma organização a partidos políticos e movimentos sociais que exigiam mudanças no poder político. O Kefaya, cujo surgimento também é associado à segunda Intifada palestina e à oposição contra a guerra no Iraque, daria origem a uma plataforma *online*. Estes movimentos apoiavam as lutas dos trabalhadores.

No já citado artigo, Iside Gjergji, refere que “embora as reivindicações dos trabalhadores fossem essencialmente de natureza económica, não foi incomum a apresentação de reivindicações de carácter político, e menos incomuns ainda as denúncias contra o regime de Mubarak e a repressão do Estado” (Gjergji, 2014, p. 81-110).

Apesar da evidência de uma fraca organização dos sindicatos, a investigadora refere também que os trabalhadores participaram nos protestos de rua no início de 2011 e, mais importante, “lograram dar a última machadada no governo de Mubarak” (Gjergji, 2014, p. 81-110), porque as greves no início de Fevereiro de 2011, contribuíram para desequilibrar a balança a favor da revolução e “revelaram-se cruciais para o êxito da revolta” (Gjergji, 2014, p. 81-110). E foi na Praça Tahrir, a 30 de Janeiro de 2011, que foi anunciada a criação da Federação Egípcia de Sindicatos Independentes.

O jornalista Robert Fisk, que vive em Beirute e há quase quatro décadas faz a cobertura do Médio Oriente, também sublinha o papel dos movimentos de trabalhadores. “Quando estive no Egipto em 2011 descobri que os primeiros trabalhadores industriais a chegar à Praça Tahrir eram de Mahalla (...) Eu fui a Mahalla e descobri que em 2006 eles realizaram a sua própria revolução contra

Moubarak (...) A primeira revolução que pôs seriamente em perigo o regime do Egipto, não foi no Cairo, foi em Mahalla e foram os sindicatos que realmente delinearão a estrutura de acção: o uso da tecnologia, a ocupação da praça central, a recusa em recuar diante da polícia armada com gás lacrimogéneo e bastões, etc. Por isso estou convencido de que o elemento sindical nas sociedades árabes tem sido subestimado e ignorado” (Fisk, 2014)⁶.

Quanto aos motivos que fizeram eclodir a revolta no Egipto, Robert Fisk destaca três: mais educação, mais viagens, mais tecnologia. Os jovens, de famílias de rendimentos modestos, tiveram acesso à educação “apesar de Moubarak”, os egípcios começaram a viajar ao estrangeiro e voltavam com essas experiências e a televisão e o acesso que ela proporciona a outras realidades. “Quando fui pela primeira vez ao Egipto, há uns 35 anos, como correspondente, mais exactamente há 38 anos, havia talvez uns dois mil livros na biblioteca do Cairo, agora há dezenas de milhares. Os alunos são mais instruídos. Praticamente qualquer aluno que conheci fala bem inglês” (Fisk, 2014), afirma Robert Fisk para explicar o que levou os egípcios à rua contra Hosni Moubarak, para além de que “ao ver o que se passava na Tunísia, muitos árabes noutros países disseram simplesmente: se a Tunísia pode conquistar a sua liberdade, por que não o haveremos nós de fazer? Por que razão havemos de ser tão desonrados e humilhados?” (Fisk, 2014). Robert Fisk prefere trocar a designação Primavera Árabe por uma outra que considera mais adequada: “o despertar do mundo árabe” (Fisk, 2014).

Adel Sidarus, cristão copta, Professor Jubilado da Universidade de Évora para os Estudos Árabes e Islâmicos, considera que a revolta dos egípcios foi provocada por “uma motivação profunda de desespero em relação à situação social e económica do país” (Sidarus, 2014)⁷. Adel Sidarus lembra factores que por vezes escapam à observação ocidental: “dois terços da população egípcia tem menos de 30 anos, as oportunidades de emprego são quase nulas apesar de haver uma boa parte com estudos secundários e até universitários. E (os jovens) não viam nenhum futuro – porque casar nos nossos países não é só ter relações fortuitas com alguém, é necessário ter uma casa própria, o que é absolutamente impraticável” (Sidarus, 2014). A revolução na Tunísia também contou, mas a forma como o regime tratou os activistas ligados a blogues e a redes sociais nos meses que antecederam a revolta

⁶ Entrevista completa no Apêndice C.

⁷ Entrevista completa no Apêndice A.

terá sido um ponto de viragem nas atitudes: “Nem sequer era gente vincadamente ligada a um partido político, partidos que quase não existiam, ou a uma corrente organizada. Este foi mesmo o motivo que espoletou de uma maneira imediata a revolta dos jovens, sobretudo dos jovens” (Sidarus, 2014).

Há muitas teorias sobre os levantamentos populares da Primavera Árabe. Não especificamente em relação ao Egípto, mas também, Raúl M. Braga Pires, arabista, professor na Universidade de Rabat e correspondente do Observatório Político em Marrocos, considera que “em rigor devia ser chamado o Outono Árabe porque aquilo que de facto aconteceu foi uma queda da folha. Eram regimes que já se perpetuavam, por exemplo no caso de Kadhafi, há quarenta anos e as pessoas pura e simplesmente perceberam que já não tinham nada a perder. Perderam o medo. Por outro lado a questão das irmandades muçulmanas e dos partidos islamistas estarem muito bem organizados, o que até se pode comparar com o Partido Comunista em Portugal depois do 25 de Abril que era quem tinha toda a logística no terreno e sabia quem era quem” (Pires, 2013)⁸.

Por vezes tenta-se estabelecer uma ligação entre as revoltas árabes e o discurso do presidente norte-americano Barack Obama, no Cairo, em 4 de Junho de 2009, na Universidade de Al-Azhar. O discurso, intitulado “Um novo começo” era um estender de mão ao mundo árabe depois da desastrada presidência de George W. Bush, mas há uma parte do discurso sobre democracia e direitos humanos que tem sido vista como uma eventual fonte de inspiração para as revoltas árabes. “Tenho uma crença inabalável de que todos os povos anseiam por determinadas coisas: a capacidade de dizerem o que pensam e poderem opinar sobre a forma como são governados; confiança no Estado de Direito e na administração igualitária da justiça; um governo que seja transparente e não roube o povo; a liberdade de viver como desejarem. Essas ideias não são apenas americanas, trata-se de direitos humanos, e é por isso que as apoiaremos seja onde for” (Estados Unidos da América), disse Obama no Cairo.

Robert Fisk acha que não, que o discurso de Obama não teve influência nas revoltas árabes: “Nunca vi nenhuma prova, em lugar algum, em qualquer país, quer seja o Bahrein, a Líbia, o Egípto ou a Síria, em que o discurso de Obama tivesse tido algum efeito nas revoluções que se seguiram” (Fisk, 2014). E até argumenta que o

⁸ Entrevista completa no Apêndice B.

presidente norte-americano revelou um “entendimento muito básico” em relação a uma questão central no mundo árabe que é o conflito israelo-árabe: “se nos lembrarmos do que Obama disse na altura, e eu estava lá – é preciso ver Obama para perceber, pois a televisão tende a anular as subtilidades – ele referiu várias vezes a crise de refugiados palestinianos, em termos que davam a impressão de que eram vítimas de... uma espécie de desastre natural, como um *tsunami* ou um terramoto – como se um dia tivessem acordado e decidido ir para a praia em Gaza e ficassem isolados; ou como se tivessem decidido ir fazer ski no Líbano e de repente estivessem todos no Líbano – não houve qualquer compreensão ou sequer reconhecimento, naquilo que ele disse, de que os palestinianos foram expropriados por Israel” (Fisk, 2014).

Também o professor Mostafa Zekri, antropólogo e especialista em assuntos do mundo árabe e islâmico, admite que as palavras de Obama não foram relevantes: “talvez de forma indirecta. A necessidade de mudar as coisas no Médio Oriente. Relembrou a importância da civilização árabe e islâmica para o Ocidente através do legado técnico científico, o que sempre estimulou a consciência colectiva dos povos árabes e muçulmanos...” (Zekri, 2014)⁹. Admitindo que uma revolta é sempre um “acontecimento/fenómeno complexo”, Mostafa Zekri destaca vários motivos principais para o que aconteceu no Egipto: “a rua estava preparada para receber os revoltados. Muitas décadas de opressão, falta de liberdade, injustiça, pobreza, monopólio de riquezas e do poder por algumas pessoas, famílias, tribos, falta de projecto social e de visão para o futuro” (Zekri, 2014). Depois há que contar com outros aspectos, como por exemplo o que aconteceu na Tunísia. Mas, antes e depois de eclodir a revolta, houve um aspecto que foi determinante: “A juventude. Antes de sair à rua e fazer a sua revolta, estava já na ‘rua virtual’ a manifestar-se. A geração da Internet utilizou as novas tecnologias para libertar-se mental e fisicamente. Evidentemente que apareceram líderes jovens que conduziram as revoltas, à margem das pseudo-estruturas políticas. Diria mesmo que os representantes dessas estruturas, mesmo da dita oposição, foram apanhados de surpresa” (Zekri, 2014).

Há portanto um conjunto de factores complexos, como genericamente é reconhecido e como anteriormente explicou o professor Mostafa Zekri, para justificar a revolta que eclodiu no Egipto em Janeiro de 2011. É preciso não esquecer uma tradição de luta, que existia, embora desorganizada e que apenas esporadicamente conseguiu afrontar o regime, não esquecendo igualmente que, mesmo com todas as restrições de um

⁹ Entrevista completa no Apêndice D.

regime autocrático e violentamente repressivo, de contornos ditatoriais, o povo egípcio e sobretudo a juventude das classes que conseguiam ter trabalho e podiam ter assim acesso a alguma educação, começaram a conhecer outras realidades. De um momento para o outro o povo perdeu o medo e, se na Tunísia tinha sido possível, então no Egipto também poderia ser possível.

3.2. A REVOLTA - CAIRO - PRAÇA TAHRIR

A Praça da Libertação (*Midan al-Tahrir*) tem um lugar na história do Egipto. Já tinha, depois de ser rebaptizada aquando da queda da Monarquia em 1952. Até esse momento chamou-se Praça de Ismail (*Midan al-Ismailia*) em honra a Ismail Paxá, vice-rei do Egipto no século XIX. A Praça Tahrir, no centro do Cairo e junto ao Rio Nilo, é lugar para o antigo *Campus* da Universidade Americana do Cairo, para a sede da Liga Árabe, também para o Museu Egípcio e, não na Tahrir mas a poucos metros de distância, para o quartel general do Partido Nacional Democrático (de Hosni Mubarak) incendiado logo nos primeiros dias de revolta.

Foi na Praça Tahrir, palco de outras manifestações anteriores, que esteve o epicentro da revolta que trocou as voltas a Hosni Mubarak. Ali esteve um mosaico quase completo da sociedade egípcia: jovens licenciados e desempregados, operários, intelectuais, médicos, professores, padres ortodoxos, religiosos islâmicos, pessoas que vieram do interior, camponeses, velhos e novos, homens e mulheres e até militares desertores. Mas eram os jovens que estavam na linha da frente: mobilizavam forças do exterior para apoio em alimentos e outros bens mais necessários a quem não arredava pé; davam a cara para falar aos jornalistas estrangeiros sem nunca largarem os telemóveis. Inundaram a Praça com cartazes e faixas com palavras de ordem contra o regime e contra Mubarak. Surgiram voluntários para dar assistência médica e psicológica. Foi criada uma banca para perdidos e achados, foi construído um palco e havia tomadas eléctricas para recarregar telemóveis e computadores. Os próprios manifestantes organizavam a limpeza da praça. Os estrangeiros eram bem recebidos.

A Praça foi ocupada e não mais os opositores a Mubarak a abandonaram, defendendo-a com sangue, sobretudo num momento crítico em que a revolução quase foi abafada por uma turba de agentes de Mubarak e povo que se deixou instrumentalizar ao serviço do ainda Presidente. Foi a 2 de Fevereiro, quando uma

manifestação pró-Moubarak conseguiu furar as defesas da Praça. Antes, durante vários dias, num frente a frente constante junto ao Museu Egípcio, houve troca de argumentos, acusações e ofensas. Depois da oração do meio-dia, eram 13h45, os manifestantes pró-Moubarak avançaram e levaram à frente centenas de manifestantes anti-Moubarak cansados por vários dias de luta em defesa da Praça. Cartazes com a fotografia de Hosni Moubarak passearam na Praça Tahrir e apenas os cartazes (e muitos casacos de cabedal pretos acompanhados de óculos escuros) permitiam diferenciar os revoltosos dos defensores do regime. Chegou a parecer que tudo tinha terminado, mas os pró-Moubarak acabaram expulsos após uma longa e sangrenta batalha campal que começou nesse dia e continuou nos seguintes. Os militares, com tanques de guerra e outros blindados a marcarem presença nos vários acessos à Praça Tahrir, limitaram-se a assistir.

Sempre perante o impasse, mas sempre sem qualquer sinal de desmobilização, os revoltosos comeram e dormiram na Praça Tahrir, trataram dos feridos e retiraram os mortos, perseguiram agentes infiltrados, bebiam chá, ergueram tendas atrás de tendas e havia cobertores para protecção da brisa nocturna, e provaram ao mundo que se há coisas que nenhum ser humano pode esperar que alguém faça por ele é lutar pela sua própria liberdade e dignidade.

Foi à Praça Tahrir que se deslocaram algumas das personalidades egípcias, casos de Mohamed el Baradei, do Ministro da Defesa Mohamed Hussein Tantawi e também do General Sami Hafez Anan, chefe do Estado Maior. Por uma razão ou por outra, porventura com objectivos opostos, mas foram, numa espécie de tributo e também em busca de reconhecimento.

E seria na Praça Tahrir, 18 dias depois de tudo ter começado, que o fogo-de-artifício sinalizou a queda de Hosni Moubarak. O presidente renunciava “devido às circunstâncias”, assim foi anunciado, através da televisão, pelo Vice-presidente Omar Suleiman. O discurso de Moubarak lido por Suleiman demorou 37 segundos. O ex-director da televisão egípcia, Abdel Latif el Menawy, iria contar em livro (“*Tahrir: os últimos 18 dias de Mubarak*”) que a renúncia devia ter sido anunciada na véspera, não fosse o filho do Presidente, Gamal Moubarak, ter reescrito o discurso que tinha sido escrito pelo Ministro da Informação (Binyon e Hider, 2012). A renúncia de Moubarak só foi assim anunciada na sexta-feira, dia sagrado para os Muçulmanos, quando na Praça Tahrir estava uma multidão compacta de muitas dezenas de milhares de

egípcios. Mubarak caiu e a Praça da Libertação fez jus ao nome. As atenções mediáticas estiveram centradas, por razões óbvias, na Praça Tahrir, mas todas as principais cidades do Egito fizeram força para mudar o rumo do país. De Alexandria a Suez, de Port Said a Luxor e Ismailia, a revolta saiu à rua.

3.3. MOUBARAK, E DEPOIS?

E depois de Mubarak cair? Sem oposição política organizada, quase sem partidos políticos, sem líderes populares reconhecidos, com instituições políticas deslegitimadas devido à queda do símbolo que as controlava, o Egito teria de ser entregue nas mãos de alguém.

As Forças Armadas surgem então como a única instituição, com estrutura organizada e disciplinada, com capacidade para assumir o poder. Enquanto a rua gritava palavras de ordem e batalhava pela mudança, nos corredores do poder e da diplomacia preparava-se a transição que parecia mais inevitável a cada dia que passava.

E de entre os militares, quem poderia ser o homem para liderar o país e os outros militares? Esse poder foi entregue ao Marechal Hussein Tantawi, apontado pelo jornal *El País* (Navarro, 2011 *El País*) como o favorito de Washington para suceder a Mubarak. O Conselho Supremo das Forças Armadas (CSFA) era presidido por Hosni Mubarak e passa a ser presidido por Tantawi. Ora se Mubarak presidia ao CSFA por inerência do cargo de Presidente da República, tendo Tantawi sido indicado para presidir ao CSFA é ele na prática quem exerce as funções de Presidente da República. Mas o *El País* também explica que Tantawi simbolizou a divisão no seio dos militares quando se colocou a questão de apoiar, ou não, Hosni Mubarak e que alguns oficiais se referem a este Marechal como o *rafeiro* de Mubarak. Diz ainda o *El País* que nas duas semanas que antecederam a queda de Mubarak, o Marechal Tantawi manteve contacto permanente com o Secretário da Defesa norte-americano Robert Gates e, apesar do currículo com 20 anos de Ministro da Defesa de Hosni Mubarak, Tantawi foi o primeiro membro do Governo a deslocar-se à Praça Tahrir. Aliás, a preferência por Tantawi não surgia apenas de Washington, também em Israel era um nome que recolhia apoios: fontes diplomáticas israelitas¹⁰, no momento em que se perfilavam candidatos à presidência da República, referiram que Tantawi seria o homem que Telavive gostaria de ver como Presidente da República. Tantawi

¹⁰ Informação dada ao autor por fonte que exigiu anonimato

representava a velha guarda, com presença em todas as guerras que envolveram o Egípto e com mais de meio século de serviço militar.

Para além de Tantawi, o *El País*, no artigo anteriormente citado, referia também outros militares que faziam parte do Conselho Supremo das Forças Armadas e que deviam ser tidos em conta: o Tenente-General Sami Hafez Anan, chefe do Estado Maior do Exército, descrito como o grande líder dos oficiais da geração anterior a Tantawi. A 25 de Janeiro, dia da primeira grande manifestação, estava em Washington numa visita que o *El País* considera que não foi por acaso. Ainda um outro homem a ter em conta: o Marechal Mahmoud Hafez Mohamed, comandante da Força Aérea e que tinha no currículo ter sido oficial de ligação com os Estados Unidos.

Estes homens tinham a particularidade de manterem laços estreitos com o Ocidente, em particular com os Estados Unidos mas também com o Reino Unido. Na formação militar e depois em plena carreira, foram elos importantes nessa ligação, para além da fidelidade que sempre mantiveram a Hosni Mubarak. Os dois primeiros acabariam por ser reformados quando Mohammed Morsi chegou à presidência e Mahmoud Hafez Mohamed faleceu em 3 de Dezembro de 2013, quando ocupava o cargo de Ministro da Produção Militar no Governo interino após o derrube do Presidente Mohammed Morsi.

Foram estes homens (o Conselho Supremo das Forças Armadas tinha ainda outros chefes militares) que receberam das mãos de Hosni Mubarak (forma de evitar a humilhação de um Presidente – também ele militar) o decreto que acabaria por ser lido através da televisão pelo Vice-presidente Omar Suleiman e que lhes dava a responsabilidade de dirigir o país até que a situação política permitisse encontrar outro Presidente da República.

Raúl M. Braga Pires partilha desta visão relativamente ao desempenho dos militares nos acontecimentos que levaram à queda de Mubarak: “os dias em que Omar Suleiman foi Vice-presidente, tínhamos de um lado, em Washington, no telefone vermelho, Obama a dizer (a Mubarak) ‘está na hora de sair, saia...’ e do outro lado houve sempre uma insistência de que ainda não estava na hora de sair e não saiu. E saiu por força da base – a Praça Tahrir – e por pressões internas, quando o exército, o Omar Suleiman, os serviços secretos... quando a instituição exército percebe que é preciso sair, e percebe também uma outra coisa: que o poder não pode cair na rua e que tinha de garantir questões absolutamente incontornáveis – os serviços secretos

militares manterem a gestão exclusiva do conflito israelo-palestiniano, manterem o pedaço de economia que tinham (...) manterem a imunidade e controlarem a questão da renegociação dos Acordos de Camp David (que os israelitas também queriam renegociar)” (Pires, 2013).

Outra explicação é avançada por Adel Sidarus: “O poder de Mubarak não era tão forte como parecia porque apenas era possível ele manter-se no poder enquanto os militares o tolerassem e continuassem a ter a sua vida e a sua dinâmica interna (...) os militares receavam um pouco que a classe capitalista comesse a atacar os privilégios dos militares e a pôr em causa o seu papel económico e empresarial através de privatizações e de lentamente roerem o poder real dos militares” (Sidarus, 2014).

3.4. AS REVOLTAS QUE NÃO CONSTAVAM DAS PREVISÕES

Se Mohamed Bouazizi tivesse antecipado em dois ou três meses a imolação em Dezembro de 2010, talvez *The Economist* (edição portuguesa) tivesse feito outro tipo de previsões para 2011. Assim, nem uma palavra quanto à possibilidade de mudanças nos regimes que viriam a soçobrar com a Primavera Árabe. Nas previsões, país a país, escreve *The Economist* relativamente à Líbia: “Muammar Khadafi detém o poder há 40 anos e completará certamente os 41. Suprimindo opositores e minando rivais, removeu todas as ameaças significativas ao seu poder; o único sucessor digno de crédito é o seu filho, Saif al-Islam. Mas a sucessão não se dará em 2011” (*The Economist*, 2010, p. 96). Previsão absolutamente taxativa e absolutamente errada.

Sobre a Síria, a previsão de *The Economist* foi a seguinte: “O Presidente Bashar al-Assad e o Partido Baath manterão mão firme sobre o país. A defesa de reformas políticas quando o Presidente chegou ao poder, em 2000, revelou-se decepcionante, na prática; mas promete agora maior descentralização e uma segunda câmara no Parlamento” (*The Economist*, 2010, p. 97). A “mão firme” que *The Economist* atribuía ao Presidente Bashar al-Assad e ao Partido Baath já se sabe no que deu. Mais uma previsão errada.

Finalmente, sobre o Egito, *The Economist*, admite alguma contestação, embora em tons muito suaves: “A eleição presidencial programada para finais de 2011 é uma competição entre a continuidade (o Presidente Hosni Mubarak, no poder há muito tempo, já envelhecido), a dinastia (o seu filho, Gamal, que pode candidatar-se no seu

lugar) e a improbabilidade (vitória de um candidato da oposição, nomeadamente o ex-director da Agência de Energia Atómica, Mohamed El-Baradei). Supondo que um Mubarak fica no poder, o governo procurará investimentos infra-estruturais geradores de emprego. Isso não impedirá que os trabalhadores vão para a rua protestar contra os salários baixos e os padrões de vida miseráveis” (The Economist, 2010, p. 97). É esta alusão à possibilidade de protestos no Egito a única referência que se pode ler em *The Economist*, nas previsões para 2011, que pode ser associada – embora com algum esforço – ao que viria a acontecer logo em Fevereiro de 2011. Aliás, o próprio el Baradei acabaria por anunciar pouco depois que não seria candidato.

Não querendo colocar em causa a credibilidade das análises e das previsões da *The Economist*, a revista não dava o menor sinal de que algo importante pudesse acontecer nos países que estavam prestes a viver enormes turbulências políticas. As previsões de *The Economist* são o exemplo de como o Ocidente foi apanhado desprevenido com a onda de revoltas.

Mas o Ocidente foi apanhado desprevenido porque não deu atenção a algumas vozes, nomeadamente no caso do Egito em relação ao qual, na sequência das eleições parlamentares de Novembro de 2010 cujos resultados foram denunciados – devido a manipulação – por observadores internacionais, Mohammed el Baradei apelou ao boicote das eleições presidenciais agendadas para 2011 e avisou: “o regime precisa entender que é nosso direito protestar em demonstrações pacíficas por mudanças. Se o povo egípcio não puder fazer isso, e eu espero que isso não aconteça, então haverá violência” (Gazeta do Povo, 2010).

E depois de ser apanhado desprevenido, o Ocidente teve dificuldade em decodificar o que estava a acontecer. Por um lado, as revoltas fugiam aos padrões tradicionais (não havia líderes, ou pelo menos não havia líderes reconhecidos – por algum motivo – pelo Ocidente); por outro lado, os interesses do Ocidente nos países em causa levaram a alguma – muita – prudência no apoio às revoltas, obviamente em detrimento do apoio que, até ao momento, o Ocidente tinha dado aos ditadores que estavam a ser contestados.

Mas esta diferença da revolta egípcia em relação aos padrões tradicionais – a ausência de líderes reconhecidos – pode ter sido uma vantagem para fazer cair Mubarak, embora no médio prazo se tivesse revelado problemática: “Não houve uma organização e essa é uma das debilidades que depois teve consequências... (...) se

tivesse havido uma liderança partidária (o regime) ‘teria cortado a cabeça’ ou teria agido mais violentamente... imagino que sim. Quando nós vemos agora os militares, ou os restos do antigo regime, a perseguirem a Irmandade Muçulmana, se tivesse havido uma coisa estruturada teriam ‘cortado a cabeça’ e nunca o Moubarak teria saído” (Sidarus, 2014).

3.5. VOZES MAIS AVISADAS

Mais próximo da realidade esteve Ghassan Salamé quando respondeu às perguntas do *Courrier International* logo em Fevereiro de 2011. Quando confrontado com a possibilidade de estarmos perante um novo Médio Oriente, Ghassan Salamé respondeu que não, não estamos. Definiu as revoltas como “o resultado da pressão das pessoas, e especialmente dos jovens” e sentenciou que estávamos perante “apenas o começo”. E fez notar que “todos os países árabes sofreram nas últimas semanas as mudanças em diferentes graus na estrutura de poder numa tentativa de evitar uma revolta e de conter a maré” (Hajjar e Farah, 2011, p. 16-17).

Apesar desta análise correcta, Ghassan Salamé, politólogo, antigo ministro da cultura do Governo do Líbano liderado por Rafic Hariri, e antigo conselheiro especial de Kofi Annan, foi mais ineficaz na previsão do futuro. Na já referida entrevista ao *Courrier International* apontou para uma mudança da relação dos países árabes com o Ocidente e com os Estados Unidos, e foi peremptório na resposta sobre se essa mudança significaria um Médio Oriente islamista dizendo que não, não significaria. Mas enganou-se, pelo menos no curto prazo, em relação à expectativa sobre a atitude dos movimentos islâmicos. Quer a Irmandade Muçulmana, no Egipto, quer o partido Ennahada, na Tunísia, venceram eleições, apesar de não terem sido eles a iniciarem as revoltas. Ghassan Salamé contava que estes dois movimentos perdessem eleições, mas isso não aconteceu, apesar de ainda assim terem sido afastados do poder, no caso do Egipto, tendo a Irmandade Muçulmana vencido eleições legislativas e presidenciais.

Ainda no *Courrier International*, na edição seguinte (Thureau-Dangin, 2011, p. 3), o director Philippe Thureau-Dangin escreve que as revoltas árabes significam a “verdadeira derrota do Velho Continente”. E aponta duas razões principais para essa derrota da Europa: as ligações de países europeus aos regimes árabes através de vários negócios e também porque as revoltas não foram feitas com o apoio do

Ocidente nem contra o Ocidente. Isto é: o Ocidente foi ignorado por todos os que saíram à rua a exigir mudanças políticas. O director do *Courrier International* vai mais longe e explica que as revoltas árabes assentaram nos princípios do Iluminismo, o que deveria ter sido visto como “uma forma de homenagem ao Velho Continente”. Mas, ainda assim, sendo esses os valores defendidos pela “rua-árabe”, os países europeus ficaram confusos e conseguiram ser hipócritas e incapazes de ter uma política coerente perante os factos novos que tinham pela frente.

No *Le Monde Diplomatique*, Samir Aita¹¹ dá conta da esperança assente nesse Iluminismo a que Philippe Thureau-Dangin fazia referência: “Derrotar o poder para libertar o Estado”. Samir Aita explica que as instituições constituídas após as independências dos países árabes atribuíram a si próprias os mecanismos que lhes permitiram perdurar no tempo e é a libertação do Estado desse poder supremo acima dele que motivou as revoltas. Samir Aita conclui que “o que tem que ser reconstruído nos países árabes é o Estado de direito. Um Estado onde o poder seja temporário, submetido às instituições e não que paire acima delas” (Aita, 2011, p.13).

Mas esse poder que Samir Aita diz que tinha tomado conta do Estado é o mesmo poder que era o mais fiel e útil aliado árabe dos Estados Unidos naquela região. Alain Gresh¹² destaca logo em Março de 2011 as cautelas que são necessárias na abordagem à situação do Egipto e lembra que Hosni Mubarak era o pilar da política dos Estados Unidos e da União Europeia relativamente ao dossiê do Irão (a questão do nuclear) e ao conflito israelo-árabe (Gresh, 2011, p. 1).

3.6. A ESTRATÉGIA DOS MILITARES

O papel dos militares na revolta egípcia estava ainda por conhecer. É preciso ter em conta que apesar dos militares não terem iniciado a revolta não se sabe até que ponto não terão gostado de a ver sair à rua. No *Le Monde Diplomatique* de Março de 2011, Salam Kawakibi e Bassma Kodmani¹³ descrevem (Kawakibi e Kodmani, 2011, p. 11-12) que o ressentimento dos militares em relação a Hosni Mubarak tinha aumentado nos últimos 10 anos. Os motivos do descontentamento eram simples: Mubarak recusava nomear um Vice-presidente e promovia o filho Gamal como potencial

¹¹ Samir Aita é chefe de redacção das edições árabes do *Le Monde Diplomatique*.

¹² Alain Gresh é director-adjunto do *Le Monde Diplomatique*

¹³ Salam Kawakibi e Bassa Kodmani, director de investigação e directora executiva, respectivamente, da Iniciativa de Reforma Árabe (*Arab Reform Initiative*)

sucessor. Os militares não reconheciam legitimidade a Gamal Moubarak e a sua ascensão era também o sinal de que os militares iam ficar privados *du rôle de «faiseuse de rois»* (Kawakibi e Kodmani, 2011, p. 11-12).

Sem apoiar os manifestantes, os militares egípcios recusaram disparar sobre eles. Ao mesmo tempo, não impediram – aliás assistiram sem intervir – que as “milícias” ao serviço de Hosni Moubarak atacassem violentamente os que se concentravam na Praça Tahrir. Em resumo pode dizer-se que, após muita hesitação (e divisão), os militares não apoiaram os manifestantes mas deixaram cair Moubarak.

“Não temos que estranhar a existência de colaboradores dos regimes ditatoriais revoltados. Eles próprios, apesar de todos os benefícios e vantagens que têm, no fundo vivem sem uma verdadeira dignidade, sem verdadeira liberdade e têm consciência de que são simplesmente instrumentos. Os regimes precisam da sua lealdade, submissão e capacidade executiva. Assim, os próprios regimes alimentaram a “revolta de alguns servidores-colaboradores. Em muitos países árabes existe um ditado: ‘a mão que não podes morder tens de beijar’” (Zekri, 2014), explica Mostafa Zekri.

O Presidente contestado ainda tentou uma última solução nomeando para Vice-presidente¹⁴ um militar com mais de meio século de carreira e antigo chefe dos serviços secretos, o poderoso Omar Suleiman. A BBC (BBC, 2011b) destaca no perfil de Suleiman o facto de este ter vivido na sombra nos anos mais recentes mas ter sido um visitante frequente nos Estados Unidos e ter ganho reputação internacional como mediador entre israelitas e palestinianos e também entre facções rivais palestinianas. Após conversações com a oposição, Omar Suleiman chegou a dizer que tinha um calendário para uma transição pacífica e organizada (Público, 2011a, p. 15), libertou alguns dos manifestantes presos dias antes e prometeu maior liberdade de imprensa. O exército voltou a hesitar. Os militares já tinham dito que não iam disparar contra o seu próprio povo mas a indefinição/hesitação dos Estados Unidos reforçou a hesitação dos militares egípcios.

Já a Praça Tahrir fervia há mais de uma semana e a Secretária de Estado norte-americana Hillary Clinton dizia em Munique: “O presidente Moubarak anunciou que não vai recandidatar-se. Nem o seu filho (Gamal). Ele (Moubarak) deu uma clara

¹⁴ Omar Suleiman foi vice-presidente de 29 de Janeiro a 11 de Fevereiro de 2011.

mensagem ao seu governo (...) para liderar este processo de transição” (Borgen, 2011). Clinton acrescentou: “É isso que o governo diz que está a tentar fazer, é isso que apoiamos e esperamos vê-lo mover-se nessa direcção o mais rapidamente possível, dadas as circunstâncias” (Borgen, 2011). Uma referência à transição pacífica e organizada que tinha sido referida por Omar Suleiman. Os Estados Unidos deixavam cair Mubarak mas ainda sonhavam em manter um regime – necessariamente com os militares enquanto garantia das políticas que interessavam a Washington. Também em Munique, ao lado de Hillary Clinton, a Europa, sempre a reboque, seguia os Estados Unidos e o *The Guardian* dava conta que a Chanceler alemã Angela Merkel e o Primeiro-Ministro britânico David Cameron repetiram o apelo para uma transição organizada advertindo para o perigo de eleições antecipadas. O Ocidente, calculista, hesitava entre o apoio a um regime repressivo e corrupto, mas fiel, e o desconhecido que a Praça Tahrir representava. Tinha sido mais ou menos assim em relação à Tunísia mas em relação ao Egípto havia um outro problema chamado Israel. Sobre esse problema, escreveu José Ignacio Torreblanca, sublinhando antes os 1.300 milhões de dólares anuais de ajuda militar que os Estados Unidos faziam chegar ao Egípto: “(os Estados Unidos) não poderiam ver com mais pavor a possibilidade de o famoso discurso de Obama no Cairo estendendo uma mão ao mundo árabe e muçulmano terminar num regime egípcio de recortes iranianos emparedando o seu sacrossanto aliado israelita” (Torreblanca, 2011, p. 8).

Victor Ângelo, diplomata português com longa experiência ao serviço da Organização das Nações Unidas, descreveu de forma sintética e certa os motivos da atitude norte-americana e europeia: “Durante anos, a Europa e os EUA apostaram em regimes complacentes, como o do Egípto, capazes de oferecer estabilidade interna e paz com Israel. Essas foram as duas matrizes da relação com o Médio Oriente” (Ângelo, 2011, p. 66). Explicada a razão da atitude, Victor Ângelo criticava-a evidenciando, no já citado artigo, a necessidade de mudança de regime no Egípto: “A liberdade e a dignidade podem não trazer mais oportunidades de emprego. Mas a opressão também não traz. Podem levar ao caos, dirão alguns. Mas, que eram os regimes opressivos se não uma forma de caos organizado, escondido e adiado?”

3.7. ISRAEL - SILÊNCIO

Nos dias conturbados e violentos que antecederam o afastamento de Hosni Mubarak, à gritaria da Praça Tahrir Israel respondia com um silêncio absoluto. De um momento

para o outro Israel via-se confrontado com a complexidade de uma situação em que o seu aliado mais fiel e mais poderoso em todo o mundo árabe atravessava uma profunda crise de consequências imprevisíveis. Por esses dias, as únicas fontes israelitas citadas na imprensa internacional são fontes a coberto do anonimato. Essas fontes (González, 2011, p. 5) expressavam “preocupação” mas destacavam as diferenças entre Moubarak e o tunisino Ben Ali para sustentarem que Moubarak conseguiria ultrapassar as dificuldades provocadas pela revolta. A única posição oficial nos primeiros dias de revolta surge através de Yigal Palmor, porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros, citada no *El País*: “Seguimos com a máxima atenção os acontecimentos no Egito” (González, 2011, p. 5). Outra fonte anónima na mesma edição do *El País* referia que “qualquer palavra que disséssemos poderia ser prejudicial” (González, 2011, p. 5).

O maior receio de Israel chamava-se Irmandade Muçulmana porque tinha obtido 20 por cento dos votos nas eleições legislativas de 2005, nas eleições mais livres que o Egito alguma vez tivera, e porque Israel sabia do trabalho da Irmandade junto das populações, satisfazendo necessidades a que o Estado não dava resposta. Foi aliás essa a estratégia da Irmandade durante décadas para ultrapassar o impedimento de participação na vida política a que os sucessivos presidentes egípcios a tinham forçado. Ganhar influência a partir da base e fazer crescer essa base até ter capacidade para influenciar o poder político. Muito antes de Moubarak chegar ao poder já a Irmandade Muçulmana era “a prova de como se podia constituir um movimento político-religioso de massas numa base islâmica” (Campanini, 2007, p. 110).

Perante esta possibilidade, quase que se pode dizer que, na perspectiva israelita, ganhavam uma nova vida as imagens do Irão em 1979 quando os rebeldes derrubaram o Xá Reza Pahlevi e instauraram uma República Islâmica. Imagens que constituíam um pesadelo para Israel admitindo que tal pudesse repetir-se mesmo ali do outro lado da fronteira. Para além disso a Irmandade Muçulmana servia de inspiração ao Hamas, movimento de resistência islâmico que não reconhece Israel e que domina a Faixa de Gaza. A Agência *Associated Press* explica que a Irmandade Muçulmana não tem ligações com o Irão mas atribui-lhe um fundamentalismo religioso que é motivo de preocupação para Israel. Apenas três dias depois de Moubarak ser afastado já Israel não escondia a preocupação com vários governantes a pronunciarem-se e a fazerem soar as campainhas de alarme. Citado pela Agência

Associated Press, o Primeiro-Ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, afirmava: “se as forças extremistas forem autorizadas a usar o processo democrático para chegarem ao poder e para avançarem com objectivos antidemocráticos – como aconteceu no Irão e noutros lugares – o resultado será mau para a paz e mau para a democracia” (Teibel, 2011). Um outro alerta é deixado por Avigdor Lieberman, Ministro dos Negócios Estrangeiros, que considera a situação no Egípto como terra fértil para o Irão aumentar a sua influência: “O Irão penetra em cada lugar onde há instabilidade (...) quando vejo o que está a acontecer na Argélia e na Tunísia e em toda a região, o que nos incomoda é o Irão. Não quero vê-los ganhar poder noutros lugares” (Teibel, 2011).

Poucos dias depois, a tese de potencial influência do Irão sobre o Egípto ganhava um novo argumento. A Agência France Press (Al-Atrush, 2011a) noticia que as autoridades do Irão e do Egípto estão em contacto para que seja autorizada a passagem de dois navios de guerra iranianos através do Canal do Suez para o Mediterrâneo. Israel, através de Avigdor Lieberman considera “uma provocação”; o Irão, através do canal de televisão Press-TV assegura que os navios estão a caminho e que o Egípto não vê nisso nenhum problema; do lado do Egípto a France Press dá conta de declarações contraditórias mas através de fontes não identificadas confirma que o processo está em marcha.

Um dia depois surge a confirmação: a Agência MENA¹⁵ é citada pela Agência France Press (Agence France-Press, 2011a) para dizer que o Egípto autorizou a passagem de dois navios de guerra iranianos no canal do Suez e explica que tal acontece pela primeira vez desde 1979.

Pouco mais de um ano depois, Israel e o Tratado de Paz foram temas da campanha eleitoral para as presidenciais. O candidato islamista Abdel Aboul Foutouh qualificou Israel de “um estado racista com 200 ogivas nucleares” e acrescentou que “sempre pensou que o Tratado de Paz era uma ameaça à segurança nacional do Egípto e deve ser revisto” (Agence France-Press, 2012a). Outro candidato, Amr Moussa, liberal, também defendeu a revisão do Tratado e descreveu a política de Israel em relação aos palestinianos como “uma questão de segurança nacional (do Egípto)” (France Press, 2012b). Israel foi aliás um tema recorrente no debate político pós-Moubarak e sobre o próprio candidato presidencial que tinha sido Primeiro-Ministro de Moubarak,

¹⁵ MENA (Middle East and North Africa), agência de notícias oficial do Egípto

Ahmed Shafiq, a sua candidatura lembrou num comunicado que tinha abatido dois aviões israelitas durante a guerra de 1969/70 (Agence France-Press, 2012c).

A revolta no Egíto e a queda de Mubarak reavivaram as memórias do ano de 1979. Um ano crucial para o Egíto e para o Médio Oriente. “Na linha do tempo do Médio Oriente, a fronteira não é o fim da guerra fria, nem o 11 de Setembro. A fronteira é a ascensão da República Islâmica do Irão e da mudança do Egíto para o campo Ocidental através do Tratado de Paz com Israel, que é 1979-1980. Estes desenvolvimentos abriram o caminho para um conflito multifacetado e até mesmo violento entre um forte movimento anti-ocidental assente em forte nacionalismo, na religião e na identidade, e um campo árabe ‘moderado’ de regimes e dinastias amplamente conservadores, eminentemente preocupados em garantir a sua própria sobrevivência e conseguir para isso o apoio do Ocidente” (Albioni, 2011, p. 5), afirma Roberto Albioni. Esta leitura que faz a triangulação entre o Irão, Israel (e o Ocidente) e o Egíto, explica a preocupação sentida em Israel por uma eventual mudança que coloque em perigo um *Status Quo* com mais de três décadas.

3.8. QUEM SÃO OS POTENCIAIS LÍDERES?

Depois de terem assumido o poder, os militares egípcios responsabilizaram-se por criar condições para a realização de eleições que permitissem erguer uma Assembleia Constituinte e redigida uma nova Constituição. A que estava em vigor com Hosni Mubarak foi suspensa. Depois seria o momento de realizar eleições parlamentares e presidenciais. Para que isso fosse viável era forçoso que houvesse forças políticas organizadas com os respectivos líderes.

Apesar deste quadro, a sociedade egípcia apenas podia contar com a Irmandade Muçulmana enquanto força estruturada e organizada. Os outros partidos políticos que vinham do tempo de Mubarak eram vistos apenas como legitimadores do regime e não como verdadeiras forças políticas de oposição. A este quadro de incerteza somava-se o desagregar do regime de Mubarak. Os generais no poder dissolveram a famigerada Agência de Segurança do Estado e deram ordens para que fossem feitas investigações criminais contra vários membros do Governo de Mubarak e contra homens de negócios que com eles mantinham ligações. O Supremo Tribunal dissolveu o Partido Nacional Democrático (controlado por Mubarak) e o próprio Mubarak,

juntamente com os filhos, Alaa e Gamal, enfrentaram acusações de corrupção e homicídio (devido à morte de manifestantes durante a revolta).

O regime parecia esboroar-se, mas da revolta não havia surgido alguém para suceder a Mubarak. Havia no entanto algumas personalidades que em tempos se tinham manifestado contra as políticas de Mubarak, mas ainda assim eram homens que tinham feito parte da estrutura do regime ou então tinham optado por viver longe do Egito.

Algumas dessas personalidades vistas com potencial político para suceder a Mubarak, logo que desembarcaram no Cairo fizeram uma 'peregrinação' à Praça Tahrir. Foi o caso de Mohammed el Baradei, que recebeu o Nobel da Paz em 2005 em função do desempenho contra a proliferação das armas nucleares enquanto director-geral da Agência Internacional de Energia Atómica. Este diplomata e advogado, doutorado em Direito na Universidade de Nova Iorque, denunciou duramente o que apelidou de "dupla moral" dos países que tinham armas nucleares mas que estavam sempre muito determinados a impedir que outros países as possuíssem, mas nada determinados a eles próprios destruírem as suas como aliás impõe o Tratado para a Não Proliferação Nuclear. Mas não foi isso que lhe granjeou alguma simpatia no mundo árabe e no Egito em particular. El Baradei fez parte também das inspecções no Iraque sobre as alegadas armas de destruição maciça e foi nestas funções que "bateu o pé" aos Estados Unidos, questionando as alegadas provas com que a Administração liderada por George W. Bush pretendia justificar – e justificou – a invasão do país liderado por Saddam Hussein. Aí sim, até pelas consequências da invasão do Iraque, Mohammed el Baradei conquistou pontos no mundo árabe.

Entrevistado no Jornal *Expresso* (Follath, 2011, p. 32), el Baradei manifestou-se disponível para ser Presidente – se a população assim quisesse – mas marcou logo distâncias: "gostaria de permanecer independente e de me poder manter a uma certa distância, tanto da Irmandade Muçulmana como da política dos EUA". Disse também que existiam vários mitos em torno da presidência de Mubarak que era necessário desmontar. Não seria por Mubarak cair que haveria caos, que seria anulado o tratado de paz com Israel, que haveria nova guerra no Médio Oriente, e que haveria um *ayatollah* a assumir o poder no Cairo. Palavras de um diplomata que pretendia sossegar o mundo ocidental.

Apesar da simpatia (Schemm, 2011)¹⁶ que el Baradei recolhia no Egípto era um homem com destino definido tendo em conta as críticas que dirigia aos Estados Unidos e tendo em conta que os militares no poder dificilmente abririam mão de uma relação de décadas com os Estados Unidos, da qual aliás dependiam. Mohammed el Baradei, entrevistado pela *Revista Única* (Cardoso, 2011, p. 60-62), explicou que as alegadas provas que sustentaram a guerra no Iraque (2003) eram falsas e que tinham sido fabricadas pelos serviços-secretos norte-americanos: “A guerra começava a parecer inevitável, independentemente dos factos”. Noutra passo da mesma entrevista el Baradei volta a embaraçar norte-americanos e também os britânicos ao descrever as revelações do vice-ministro líbio da Ciência e Tecnologia. Em Dezembro de 2003, o Ministro de Kadhafi disse-lhe que a Líbia tinha trabalhado vários anos num programa de enriquecimento de urânio e que estava há nove meses a negociar em segredo com norte-americanos e britânicos um acordo para que a Líbia abandonasse o programa de armamento nuclear. Pormenor desta revelação: segundo o ministro líbio, Trípoli queria informar a Agência Internacional de Energia Atómica (da qual El Baradei era Director-geral), mas Estados Unidos e Reino Unido não o permitiram. Revelações destas não deixaram margem a Mohammed el Baradei para ser Presidente do Egípto.

Outro homem que nos dias quentes do Cairo foi apontado como potencial sucessor de Hosni Mubarak foi Amr Moussa, Embaixador, Ministro dos Negócios Estrangeiros de Mubarak durante uma década (1991-2001) e Secretário-geral da Liga Árabe também durante uma década (2001-2011). Amr Moussa tinha deixado sem resposta um movimento com milhares de assinaturas para que se candidatasse às eleições presidenciais de 2005, mas não foi por isso que a sua popularidade caiu. A Agência *France Press* recorda (Agence France-Press, 2011b) que a sua nomeação para Secretário-geral da Liga Árabe foi vista no Egípto como a forma de Hosni Mubarak afastar da política interna um homem que tinha grande popularidade, mas durante os dez anos que permaneceu no cargo Amr Moussa deu ouvidos às reivindicações populares. A *France Press* recorda igualmente que em Fevereiro de 2006 Amr Moussa foi recebido triunfalmente num estádio do Cairo onde foi longamente ovacionado por cerca de cem mil egípcios durante a final da Taça de África de futebol. Amr Moussa também foi ao encontro dos manifestantes na Praça Tahrir durante os dias da revolta e a juntar a isso, ainda antes do 25 de Janeiro no Cairo, Amr Moussa declarou (a 19

¹⁶ Sondagem do *Pew Research Center* citada pela Associated Press, a 26 de Abril de 2011, coloca el Baradei em terceiro lugar numa eventual candidatura presidencial, atrás de Amr Moussa e Ayman Nour (antigo candidato presidencial)

de Janeiro), durante uma cimeira económica árabe que a revolta na Tunísia traduzia “a cólera e a frustração sem precedentes” que reinavam no mundo árabe. Amr Moussa foi crítico dos Estados Unidos e de Israel e esse aspecto, quando se trata do mundo árabe, é sempre favorável. A sondagem (Schemm, 2011) feita pelo *Pew Research Center* refere que Amr Moussa é o nome que recolhe maior favoritismo numa eventual candidatura presidencial. Uma coincidência que poderia sugerir que essa era uma forte possibilidade foi a saída de Amr Moussa da liderança da Liga Árabe: foi substituído a 15 de Maio de 2011.

Os diferentes grupos que tinham mobilizado a população para a revolta eram grupos seculares, muitos deles com fortes referências ocidentais. Tinha chegado o momento de se saber até que ponto conseguiam convergir numa acção construtiva da mesma forma que tinham convergido para derrubar Hosni Mubarak. Outro aspecto que ia ser aferido era o de saber até que ponto o secularismo desses grupos que gritaram e morreram pela liberdade iria encontrar eco na população egípcia. A iliteracia atinge de forma significativa a população egípcia, a ignorância é outra condicionante e o factor religioso tem um peso que poderia revelar-se um obstáculo intransponível. Houve esforços para que algo de substancial fosse criado a partir da Praça Tahrir de modo a poder traduzir-se nas urnas, mas veremos como desse esforço nada de muito concreto resultou.

4. DA REVOLTA ÀS ELEIÇÕES

4.1. A IRMANDADE MUÇULMANA

Pode dizer-se que a Irmandade Muçulmana se aproximou de forma muito cautelosa e muito devagarinho da revolta na Praça Tahrir e sentou-se no banco de trás. Mais de 80 anos de relação difícil com o poder político aconselhavam prudência.

Nos dias da revolta, os religiosos que circulavam pela praça Tahrir expressavam simpatia pelos jovens que exigiam a queda de Moubarak, mas pouco mais do que isso. Lentamente, nos dias que se seguiram, começaram a surgir os líderes da Irmandade a fazer declarações de conteúdo político. Aliás, desde cedo que a revolução e a contra-revolução utilizaram responsáveis religiosos do Islão e da Igreja Copta, para tentarem demonstrar que contavam com o seu apoio. Muitas imagens obtidas na Praça Tahrir mostram o Corão e a Cruz Copta juntos. Os religiosos eram convidados a usar da palavra nos púlpitos improvisados. Os revoltosos tratavam-nos com reverência. Mas os fiéis de Moubarak fizeram o mesmo.

A Irmandade Muçulmana, fundada em 1928, por Hassan al Banna, um jovem professor primário rapidamente ganhou base de apoio no Egípto. Al Banna foi morto pela polícia na sequência da morte do Primeiro-Ministro egípcio após este ter ilegalizado a Irmandade Muçulmana. Mas a morte de Hassan al Banna, mais de 20 anos depois da fundação da Irmandade, não deteve a sua actividade. Os Irmãos “estavam tão ramificados e presentes na sociedade que desempenharam um papel nada marginal em fazer triunfar a revolução dos Oficiais Livres de Julho de 1952. Muitos desses oficiais eram Irmãos, entre os quais Sadat; o próprio Nasser teve assíduos contactos com os vértices da organização. Sem o apoio da Irmandade talvez a revolução tivesse falhado” (Campanini, 2007, p. 111). Aliás, até aos dias de hoje a Irmandade Muçulmana teve um percurso que oscilou sempre entre períodos de clandestinidade e outros de aproximação ao poder, entre promessas e exigências de criação de um Estados islâmico e garantias de respeitar o jogo democrático. A Irmandade Muçulmana foi alvo de perseguição mas também acarinhada quando internamente isso era mais conveniente à política dos três presidentes. Foi assim com Nasser, com Sadat e com Moubarak. Para o professor Adel Sidarus, as cautelas da Irmandade no início da revolta de 2011, têm uma explicação: “Em primeiro lugar para eles não ficarem na vanguarda que podia apanhar com a repressão do Estado e para

não darem a impressão de que eram eles a liderar o processo. A repressão teria sido logo muito violenta. E em segundo lugar precisavam de se preparar para saber como aproveitar a situação” (Sidarus, 2014).

A 30 de Abril de 2011, cerca de um mês e meio depois da queda de Hosni Mubarak, a Irmandade Muçulmana anunciou a criação de um partido político e a 18 de Maio apresentou a documentação necessária para formalizar o Partido da Liberdade e da Justiça (Agence France-Press, 2011c). Entre os fundadores é então destacada a presença de um pensador copta, Rafiq Habib, justificada com o facto de ser um intelectual de grande valor e não unicamente por ser cristão. No dia em que foi anunciada a formalização da constituição do Partido da Liberdade e da Justiça foi também dito que o partido não era uma formação religiosa, era um partido civil que se apoiava nos princípios da Lei Islâmica.

Do período que mediou até às eleições de Novembro surgiram vários sinais. Um deles chegou do próprio Primeiro-Ministro, Essam Sharaf¹⁷ que ao ser entrevistado num canal turco de televisão admitiu que o Tratado de Paz com Israel podia sofrer alterações: “O Acordo de Camp David não é sagrado e há sempre a possibilidade de o discutir ou alterar se isso beneficiar a região e no caso de uma paz justa... podemos fazer alterações se necessário” (Reuters, 2011a). Em 9 de Setembro, a embaixada israelita no Cairo foi atacada e na sequência desse ataque foi reposta a lei de emergência. Foi um ataque de uma violência sem precedentes em que a embaixada foi invadida e parcialmente destruída. Nos confrontos entre manifestantes e forças de segurança registaram-se 3 mortos e mais de um milhar de feridos.

Outro sinal surgiu da União Europeia que anunciou a intenção de iniciar negociações com o Egipto (e outros países árabes) para a assinatura de acordos de livre comércio.

Surgiram também sinais de que a revolução podia tropeçar. A juntar às reivindicações da rua por melhores condições de vida, o choque entre cristãos coptas e a polícia e entre coptas e salafistas ameaçou arrastar o Egipto para o caos. A pouco mais de um mês das eleições, o Cairo assistiu a cenas de violência durante uma manifestação de cristãos coptas que protestavam contra o incêndio de uma Igreja. Cristãos e muçulmanos marchavam juntos quando rebentou a violência. Terminou com mais de

¹⁷ Essam Sharaf foi Primeiro-Ministro de 3 de Março a 21 de Novembro de 2011. Tinha sido Ministro dos Transportes de Junho de 2004 e Dezembro de 2005. Quando abandonou o Governo deixou também de pertencer ao Partido Nacional Democrático.

duas dezenas de mortos e três centenas de feridos depois da intervenção da polícia de choque, da polícia militar e do arremesso de pedras e *cocktails molotov*. Soaram as campainhas de alarme. O dedo é apontado aos salafistas. O Primeiro-Ministro Sharaf, citado no jornal *Público* (Fernandes, 2011) avisou que “a coisa mais perigosa que pode ameaçar a segurança da nação é tocar na questão da unidade nacional e provocar a sedição entre cristãos e muçulmanos, e entre o povo e o exército”. Os militares acusaram provocadores desconhecidos e o grande Imã de Al-Azhar reuniu-se com o Papa de Alexandria (Igreja Copta) numa tentativa para travar o sectarismo.

O aproximar da data das eleições fez aumentar a tensão no Egito. A Irmandade Muçulmana, apostada em eleições o mais tranquilas possível, por antever uma forte votação, afastava-se dos confrontos. Mas os que estiveram na Praça Tahrir estavam atentos e faziam denúncias constantes. Era o caso de Alaa al-Aswany, médico e escritor, que em declarações ao jornal *Público* (Lorena, 2011) acusou os militares no poder de “não estarem a proteger suficientemente a revolução. Estamos a assistir a uma tendência do Conselho (Supremo das Forças Armadas) para reproduzir o regime e resistir à mudança”. A juntar a esta acusação, Alaa al-Aswany apresentava exigências: “o fim da lei de emergência, o fim do julgamento de civis em tribunais militares, a proibição dos que estavam envolvidos no regime de participarem nas eleições”. A lei eleitoral, que previa um terço dos lugares para independentes, acabou por ser alterada depois de forte pressão das muitas forças políticas que entretanto surgiram. A formulação que estabelecia lugares reservados era vista como uma forma de permitir a entrada no Parlamento de membros do antigo regime e do Partido Nacional Democrático que entretanto tinha sido dissolvido.

As palavras de Alaa al-Aswany foram premonitórias. O Egito estava a poucos dias de uma profunda crise que provocaria a demissão do Primeiro-Ministro e talvez tenha hipotecado qualquer possibilidade de candidatura do Marechal Tantawi à Presidência da República. A uma semana da data marcada para as eleições, a Praça Tahrir encheu-se de novo e desta vez o alvo era o poder da junta militar.

As eleições decorreram após meses em que Mubarak foi encarcerado e a rua exigia a punição dos polícias responsáveis por mais de 800 mortos e cerca de seis mil feridos durante os dias da revolta. Após dias de festa e expectativa, as multidões voltaram à Praça Tahrir exigindo mais mudanças e o afastamento dos funcionários

que simbolizavam o regime de Mubarak nas instituições do país. A Irmandade Muçulmana manteve-se à margem dos protestos.

Inicialmente anunciadas para Setembro, as eleições acabaram por ser adiadas. Várias formações políticas e movimentos ligados à revolta popular criticaram a data inicial com o argumento de que não tinham o tempo necessário para se prepararem e, por outro lado, receavam a mais preparada das instituições: a Irmandade Muçulmana.

A 3 de Agosto, começa o julgamento de Mubarak, que chega a tribunal de helicóptero e é mostrado na televisão deitado numa maca e atrás das grades. Na mesma cela estavam os filhos Alaa e Gamal, o ex-ministro do Interior, Habib el-Adly, e seis altos responsáveis da polícia. Mubarak negou as acusações proferidas pelo procurador: ter ordenado, ou pelo menos ter concordado com o uso de balas reais contra os manifestantes pacíficos, com a intenção de matar. O Egípto quase parou para assistir, incrédulo, ao momento histórico em que o todo-poderoso Mubarak estava perante a justiça. A Junta militar tinha prometido que Mubarak ia mesmo a tribunal, e foi, mas perante o que se passava nas ruas, o início do julgamento também foi visto como uma manobra de distração para acalmar os que exigiam melhores condições de vida e para distrair as pessoas de um comportamento dos militares que já dava sinais de autoritarismo.

4.2. DIAS CRÍTICOS

Nos dias que antecederam as eleições, a Praça Tahrir voltou a encher-se e desta vez as dezenas de milhares de pessoas protestavam contra o poder militar. O jornal *El País* resume a situação: “O que os cidadãos entenderam como o apoio incondicional do exército que protegia o seu povo parece, nove meses depois, ter-se convertido numa manobra para se perpetuar no poder” (Tesón, 2011). O jornal explica ainda que desde o início da revolução que os egípcios queriam o poder político nas mãos dos civis quanto antes, mas os militares não davam sinais de ceder o poder nem de renunciar aos privilégios. Para além destas denúncias o *El País* lembra que há outras que referem a detenção arbitrária de manifestantes, a tortura e a violência utilizada para dispersar manifestações. Ao contrário do que tinha acontecido em Janeiro, desta vez a Irmandade Muçulmana está na Praça Tahrir a manifestar-se com aqueles que, segundo o *El País*, não querem que a revolução seja sequestrada.

Estas manifestações foram reprimidas violentamente provocando um elevado número de vítimas. No dia 21 de Novembro, precisamente a uma semana das eleições, o Governo demitiu-se lamentando tudo o que aconteceu. Foi um governo que viveu emparedado entre as reformas exigidas na rua e o poder que, de facto, estava nas mãos dos militares.

A rua, que tinha demonstrado simpatia inicial pelo governo, percebeu o que se estava a passar e rapidamente corrigiu o alvo. A Agência *France Press* (Al-Atrush, 2011b) cita manifestantes na Praça Tahrir que deixam a marca das manifestações: “Nós apenas derrubámos Mubarak, mas o seu regime e a junta militar ainda lá estão”... “Precisamos de um Governo que tenha verdadeiros poderes. Nenhum Governo sob a égide do Conselho Supremo das Forças Armadas tem qualquer valor”. O Governo caiu, os militares ficaram, mas a *France Press* explica que os manifestantes da Praça Tahrir tinham encontrado uma nova “besta negra”: o Marechal Husseín Tantawi, líder da junta militar e, na prática, o Presidente da República. Nos dias seguintes ecoou na Praça Tahrir uma adaptação do “grito de guerra” do mês de Janeiro (O povo quer a queda do regime!): “O povo quer a queda do Marechal (Tantawi)!”

O receio de que algo de mais grave pudesse acontecer levou a numerosos apelos à calma. Nos editoriais dos jornais e nas declarações feitas às agências de notícias, professores universitários e destacadas personalidades egípcias apelaram aos militares para estabelecerem um calendário rigoroso com etapas bem definidas para que o poder passasse para mãos civis, de modo a acalmar a ira dos manifestantes e a permitir um horizonte de esperança. El Baradei apelou a um governo de salvação nacional e o Secretário-geral da Liga Árabe, o egípcio Nabil al Arabi, apelou à manutenção de um processo político que se traduzisse numa mudança democrática de acordo com os ideais do levantamento popular que derrubou Hosni Mubarak.

Ainda no dia em que o Governo apresentou a demissão, os confrontos continuaram e a junta militar apelou a uma reunião com todas as forças políticas.

A 21 de Novembro, os movimentos egípcios que tinham desencadeado a revolução (liberais, democratas, de esquerda...) jogam a carta de convocarem uma manifestação para o dia seguinte onde seria exigido o fim do poder militar e a formação de um governo de salvação nacional. Mas o Partido da Liberdade e da Justiça decide que não vai à Praça Tahrir. Não vai porque a menos de uma semana das eleições em relação às quais tinha a expectativa de obter um bom resultado, a Irmandade

Muçulmana não quer hipotecar um acto eleitoral que lhe pode dar uma legitimidade de que nunca gozou no Egípto: a legitimidade das urnas. A Irmandade “salta” da manifestação mas não deixa de exigir à junta militar que encontre os responsáveis pela violência e pelas mortes dos últimos dias, exigindo ao mesmo tempo dos militares que seja parado o banho de sangue.

El Baradei, que tinha sugerido um governo de salvação nacional, é a figura que os militares admitem como próximo Primeiro-Ministro e o nome do antigo director-geral da Agência Internacional de Energia Atómica é discutido na reunião que os militares fizeram com várias forças políticas. Outro nome que foi equacionado foi o de Abdel About Foutouh, um homem com ligações à Irmandade Muçulmana.

Sem anúncio de qualquer decisão quanto a um novo governo, os militares, pressionados, avançam algumas datas para tentar satisfazer as reivindicações da Praça Tahrir. Dia 22 de Novembro, já com quatro dias de manifestações no centro do Cairo e um pouco por todo o país, a junta militar anuncia (Associated Press, 2011b) que o poder será transferido para um governo civil a 12 de Julho de 2012 e que vai trabalhar desde já para constituir um governo de salvação nacional. Na Praça Tahrir a proposta é rejeitada e os manifestantes exigem a transferência imediata do poder para um governo civil de transição e exigem também a partida de Tantawi.

Mais tarde, nesse mesmo dia, conta ainda a *Associated Press*, o próprio Marechal Tantawi vai à televisão e acrescenta mais promessas às promessas iniciais: os militares estão dispostos a organizar um referendo sobre a transferência imediata do poder e as eleições presidenciais terão lugar até 30 de Junho de 2012. A Praça Tahrir voltou a rejeitar as propostas e a exigir a saída de Tantawi.

O braço-de-ferro estava instalado e, aparentemente, os manifestantes podiam derrubar Tantawi: o jornal *Público* (Público, 2011b) refere que a Amnistia Internacional produziu um relatório onde afirma que “A resposta brutal aos protestos dos últimos dias tem todas as características da era Mubarak”; o Secretário-Geral da ONU telefonou à junta militar para pedir respeito pelos direitos humanos; e os Estados Unidos condenaram a “violência policial excessiva” e assumiram que iam cobrar aos militares os compromissos assumidos.

O Conselho Supremo das Forças Armadas, e em particular o Marechal Tantawi, não tinham muitas escapatórias. O que aconteceu a seguir pode ser o exemplo de como

só a rua pode dar o que a rua tira. A 25 de Novembro, a três dias das eleições, surge uma manifestação de apoio a Tantawi e ao exército. Tem lugar numa zona de classe média – Praça Abbassyia. As palavras de ordem são de apoio ao exército, contra os manifestantes da Praça Tahrir, contra El Baradei, e acima de tudo pela “estabilidade”. Será esta a palavra que vai mobilizar muitos egípcios após meses sucessivos de revolta e de instabilidade com a economia a afundar e as dificuldades dos mais pobres a aumentarem. Os militares aproveitam a onda e um dos membros do Conselho Supremo das Forças Armadas, General Mandouh Chahine, declara que “se nós – os militares – deixarmos o poder nas actuais circunstâncias, é o mesmo que dizer que é o colapso do único pilar que resta do Estado” (Moussaoui, 2011a).

Em véspera de eleições, a Irmandade Muçulmana permanece um enigma aos olhos do Ocidente. A Agência *France Press* (Agence France-Press, 2011d) recorda que o Ocidente receia a instauração de um estado islâmico no Egípto mas ao mesmo tempo deve lidar com isso se a Irmandade Muçulmana se impuser democraticamente. Por estes dias, na memória dos políticos ocidentais está ainda fresca a vitória do Hamas nas eleições palestinianas em 2006. A agência recorda as cautelosas palavras dos Estados Unidos pela voz da Secretária de Estado Hillary Clinton ao declarar que Washington pretende conservar uma “abordagem de contactos limitados” com a Irmandade Muçulmana e as não menos cautelosas palavras de William Taylor, coordenador norte-americano para a transição no Médio Oriente, que referiu, no início de Novembro, cerca de cinco meses após as palavras de Hillary Clinton, que os Estados Unidos aceitarão uma vitória da Irmandade Muçulmana desde que as eleições sejam livres e justas.

Três dias antes das eleições, o Conselho Supremo das Forças Armadas nomeou um novo Primeiro-Ministro: Kamal al Ganzouri¹⁸.

Se os militares já eram acusados de mostrarem grandes reticências quanto a eliminar verdadeiramente o antigo regime, essas acusações ganharam novo argumento com a nomeação de al Ganzouri. Apesar de Kamal al Ganzouri ter permanecido em silêncio (voluntário ou imposto?) desde a sua saída do Governo, o recurso a um antigo Primeiro-Ministro do tempo de Mubarak foi um sinal de que os militares preferiam alguém com experiência e que não havia soluções entre as personalidades associadas à revolução.

¹⁸ Kamal al Ganzouri tinha sido Primeiro-Ministro de Janeiro de 1996 a Outubro de 1999, durante a presidência de Mubarak. Antes de chefiar o Governo liderou vários ministérios.

5. ELEIÇÕES LEGISLATIVAS E PRESIDENCIAIS

5.1. FINALMENTE AS PRIMEIRAS ELEIÇÕES

A 28 de Novembro começam as primeiras eleições (quase) livres da história do Egipto. Mais de nove meses depois da queda de Mubarak. Os votos vão decidir quem ocupa 498 lugares na Assembleia do Povo (a câmara baixa ou câmara dos deputados), enquanto 10 outros lugares na mesma Assembleia serão ocupados por quem o Presidente da República (no caso o Marechal Tantawi) designar¹⁹.

São eleições com uma arquitectura complexa. Um terço dos deputados que os eleitores vão escolher serão eleitos através de um escrutínio nominal a duas voltas e os dois terços restantes serão eleitos através de listas e em termos proporcionais. Para além dessa fórmula, a arquitectura eleitoral estabelece que as regiões administrativas sejam divididas em três grupos onde as eleições decorrerão em diferentes datas. A 28 de Novembro as eleições decorrem nas províncias do Cairo e Alexandria com uma segunda volta marcada para 5 de Dezembro; a 14 de Dezembro votam outras províncias, nomeadamente Suez e Assouam e, depois, a 3 de Janeiro chega a vez do Sinai e da região do delta do Nilo. Apontava-se para que os resultados finais fossem conhecidos a 13 de Janeiro de 2012.

Para além da Irmandade Muçulmana através do Partido da Liberdade e da Justiça, apresentam-se a eleições uma grande variedade de forças políticas: Al Nour (“A Luz”), a Aliança Islamista que agrega cinco formações que saíram de uma Aliança em que acusaram a Irmandade Muçulmana de monopolizar as listas de candidatos; El Thaoura al Moustamira (“A revolução continua”) que junta pequenos partidos da esquerda marxista; El Kotla el Masreya (“O Bloco Egípcio”) representa a principal corrente liberal, que tem em Mohamed el Baradei um dos dirigentes mais conhecidos e junta cerca de quinze partidos, entre eles os “Egípcios Livres” de Naguib Sawiris, um copta multimilionário da área das telecomunicações, e ainda o Partido Social Democrata. O Partido Comunista acabou por não integrar o Bloco Egípcio.

Nestas eleições, depois de alguma incerteza, a justiça autorizou as candidaturas de antigos membros do Partido Nacional Democrático através de candidaturas independentes ou integrados noutras forças políticas. A campanha eleitoral foi

¹⁹ No Egipto, militares e polícias não têm direito de voto. Os lugares reservados são uma forma de compensação da ausência deste direito.

praticamente eclipsada pela violência e contestação ao poder militar que se traduziu em 42 mortos e mais de três mil feridos (Agence France-Press, 2011e).

A Assembleia que saísse destas eleições teria com uma das principais tarefas (juntamente com a Câmara Alta, ou Senado) a nomeação de uma comissão para redigir uma nova Constituição, aspecto decisivo na transição que o Egipto se propunha fazer.

Ainda não tinham passado 48 horas do fecho das urnas no primeiro dia de eleições nas primeiras regiões administrativas que são as das maiores cidades do país (Cairo e Alexandria) e já a Irmandade Muçulmana reivindicava vitória. O Partido da Liberdade e da Justiça emitiu um comunicado em que afirmava: “os primeiros resultados obtidos após a contagem na maioria dos locais de voto mostram que as listas do Partido da Liberdade e da Justiça estão à frente com mais de 40% dos votos” (Moussaoui, 2011b). Salafistas e Liberais surgiam a seguir.

Poucos dias depois a Irmandade Muçulmana começa a falar de contactos para a formação de um governo, mas os militares tinham sido claros na calendarização do processo de transição e não voltaram atrás: o poder passaria para as mãos dos civis quando fosse eleito um Presidente da República e o Primeiro-Ministro indigitado, Kamal al-Ganzouri, acabou por formar um gabinete e tomar posse em período eleitoral. E foi já o novo Governo que teve de enfrentar os protestos, de novo na Praça Tahrir, com os manifestantes a exigirem que os militares cedessem o poder. O poder respondeu com violência e o Primeiro-Ministro, que também o tinha sido no tempo de Mubarak embora depois se afastasse do ditador, estava perante quase uma dezena de mortos e mais de 300 feridos. Al Ganzouri defendeu a actuação das forças de segurança e acusou os manifestantes de não serem a juventude da revolução, de estarem a desenvolver uma contra revolução, sustentando que “elementos que se infiltraram no protesto dispararam. Tudo o que está a acontecer agora não tem nada a ver com a revolução” (Guimarães, 2011).

Com a situação política e social a degradar-se, e com os resultados já conhecidos a darem uma vitória muito clara das forças islamistas, os militares dão um pequeno sinal de que pretendem acelerar o processo. No dia em que se iniciava a votação no último terço das regiões administrativas, o Marechal Hussein Tantawi decidiu reduzir o tempo previsto para as eleições da Choura (Câmara Alta ou Senado). As eleições estavam previstas em três fases, mas passam a ser apenas duas e deveriam estar terminadas

a 22 de Fevereiro (a data prevista inicialmente com as três fases era 11 de Março). Por consequência Tantawi decide também antecipar a primeira reunião das duas Câmaras para o dia 28 de Fevereiro de modo a começarem mais cedo os trabalhos em que deviam nomear a comissão de redacção da nova Constituição. Também esta questão não iria ser nada pacífica com a maior parte dos partidos políticos a defenderem que a nova Constituição devia estar pronta antes do final de Junho, momento previsto para as eleições presidenciais.

Por estes dias, 5 de Janeiro, os Estados Unidos davam conta de terem recebido da Irmandade Muçulmana a garantia de que o Tratado de Paz com Israel iria ser respeitado. Em paralelo às eleições, o Egipto continuava de olhos postos no julgamento de Hosni Mubarak. A 5 de Janeiro o Ministério Público pede a pena de morte para o antigo Presidente, para o antigo Ministro do Interior e para quatro altos responsáveis da polícia. Estavam todos acusados da morte de 850 manifestantes durante a revolta popular no início de 2011. A Agência *Associated Press* (Hendaoui, 2012) explica que o Ministro do Interior deu ordens para (a polícia) disparar sobre os manifestantes com as respectivas instruções de Mubarak que estaria perfeitamente informado da situação no país. Apesar deste pedido de condenação de Hosni Mubarak à pena de morte, uma das figuras da Praça Tahrir, Shadi Ghazali Harb²⁰, expressou à *Associated Press* a convicção de que a condenação, a existir, seria uma condenação política que seria sem dúvida anulada depois de um apelo da defesa. A *Associated Press* explica também que o Conselho Superior das Forças Armadas tinha poder para vetar a condenação no caso de a sentença ser confirmada após recurso.

Outro facto deste mês de Janeiro de 2012 no Egipto foi o Natal copta. A tradicional missa do galo na noite que antecede o dia de Natal foi celebrada com um dispositivo de segurança reforçada em redor das Igrejas. Aos apelos internacionais para protecção das minorias religiosas no Médio Oriente, as autoridades egípcias e os novos actores políticos responderam com uma presença na Catedral Copta de São Marcos em Abbassyia, na véspera de Natal, para participarem na vigília celebrada pelo Patriarca da Igreja Copta Ortodoxa Chenouda III. O número dois do Conselho Supremo das Forças Armadas, Sami Anan, e outros generais estiveram presentes, tal como Mohammed Morsi, o líder do Partido da Liberdade e da Justiça. Aliás, a Irmandade Muçulmana vinha a fazer repetidos apelos aos seus militantes para que

²⁰ Shadi Ghazali Harb faz parte do “Juventude 25 de Janeiro” e foi uma das vozes mais ouvidas na Praça Tahrir.

participassem na protecção das Igrejas num período – o Natal – em que, em anos anteriores, houve atentados que fizeram mortos entre a comunidade cristã. Talvez por isso, os coptas não estavam muito inquietos com a anunciada vitória do braço político da Irmandade Muçulmana nas eleições que ainda decorriam, mas estavam extremamente preocupados com o movimento salafista que as previsões colocavam em segundo lugar nas eleições. O discurso salafista classificava os cristãos de “infiéis” e considerava que não deviam poder desempenhar funções oficiais.

O Patriarca Chenouda III disse por esta altura que “O Egipto atravessa um período transitório crítico mas estamos certos que vamos percorrê-lo em paz”, saudando o papel das Forças Armadas “que têm feito sacrifícios para o bem do Egipto e do seu povo” (Zayan e Aboul Ezz, 2012). A Agência *France Press* sublinha, no mesmo artigo em que dá conta destas declarações de Chenouda III, que em Outubro de 2011 a repressão do exército contra uma manifestação de coptas no Cairo tinha feito 25 mortos sendo a maioria das vítimas cristãos coptas, algo que tinha feito subir o sentimento de precariedade e discriminação na comunidade e que ficou conhecido como o massacre de Maspero. Com esta atitude de Chenouda III resta a leitura de que perante a votação esmagadora nas forças islamistas e mesmo tendo em conta a repressão de Outubro, o Patriarca Copta ainda vê numa aproximação aos militares a única forma de conseguir alguma segurança para uma comunidade que representa 6 a 10% dos mais de 80 milhões de egípcios.

Quando ainda não tinham sido feitas as eleições no último terço das regiões administrativas do país, face aos resultados provisórios que iam sendo conhecidos, a vitória do braço político da Irmandade Muçulmana era já um dado adquirido. Prova disso a deslocação ao Cairo do número 2 do Departamento de Estado norte-americano. É certo que o representante norte-americano não era uma personalidade do topo da hierarquia, mas a Irmandade Muçulmana rapidamente desvalorizou esse facto dizendo que um encontro com qualquer representante norte-americano é sempre um encontro de alto nível.

O Secretário de Estado Adjunto William Burns reuniu-se com dirigentes do Partido da Liberdade e da Justiça e, em comunicado, o líder do partido, Mohammed Morsi, sublinhou a importância do encontro e a importância de relações equilibradas entre o Egipto e os Estados Unidos. No mesmo comunicado (Zayan, 2012a) Morsi revela que fez dois apelos a Washington: que reveja a sua política em conformidade com uma

Primavera Árabe que varreu os regimes autocráticos na Egipto, na Líbia e na Tunísia e que adopte uma atitude positiva em relação às causas árabes e islâmicas. Neste comunicado do Partido da Liberdade e da Justiça nota-se uma crítica implícita à anterior atitude norte-americana de apoio aos regimes que a Primavera Árabe tinha derrubado, nota-se também que há um discurso que já sente a legitimidade das urnas para deixar de se limitar a aceitar o que é ditado a partir de Washington e nota-se ainda um ligeiro “perfume” de tom pan-arabista quando Morsi refere os outros países árabes e, embora não em nome deles, também chama a atenção de William Burns para a situação na Tunísia e na Líbia.

Citado no já referido comunicado do Partido da Liberdade e da Justiça, William Burns terá dito que os Estados Unidos respeitavam a escolha do povo egípcio e que Washington estava disponível para ajudar a economia egípcia a ultrapassar a crise.

A Irmandade Muçulmana que esteve sentada à mesa com William Burns foi a mesma Irmandade Muçulmana que já tinha recebido Ismail Haniyeh, Primeiro-Ministro do Hamas na Faixa de Gaza e também tinha mantido encontros com vários políticos norte-americanos entre os quais o então ainda Senador John Kerry.

A Irmandade Muçulmana geria este difícil equilíbrio com a aparente noção de que teria primeiro de ganhar o Egipto, consolidar apoios internos, e depois então tratar da questão mais importante em termos internacionais: a relação com Israel. Se por um lado alguns responsáveis políticos da Irmandade, entre os quais aquele que viria a ser Presidente da República, Mohammed Morsi, diziam que o Egipto iria respeitar os Tratados Internacionais (o que incluía o Tratado de Paz com Israel), outras declarações tinham diferente sentido. Como já foi referido, o Tratado de Paz com Israel não era visto como “sagrado” e se tal se mostrasse necessário deveria ser revisto. Por outro lado, outros responsáveis da Irmandade também fizeram declarações contraditórias. Enquanto o líder do Partido da Liberdade e da Justiça, Mohammed Morsi, dizia a John Kerry que o Egipto “respeita as convenções e tratados que assinou” (Associated Press, 2012b), outro dirigente, Rashad Bayoumi, adjunto do líder espiritual da Irmandade Muçulmana, negava que tivessem sido dadas quaisquer garantias, assegurava que os membros da Irmandade não iriam sentar-se à mesa com Israel: “Nós não reconhecemos Israel, de todo. (Israel) é um inimigo, um ocupante, um violador (“*rapist*”, no original da AP) e um criminoso” (Michael, 2012).

Embora com sucessivos tropeções que se traduziam num importante rasto de violência e sangue, o Egípto ia cumprindo etapas e a 15 de Janeiro, o General Mohsen Fangary, membro do Conselho Supremo das Forças Armadas, anuncia através da televisão que a partir de 15 de Abril poderiam ser apresentadas as candidaturas às eleições presidenciais previstas para Junho. Por estes dias admitia-se também que o referendo à Constituição poderia ter lugar em meados de Maio.

Mas um dia antes do Conselho Supremo das Forças Armadas ter feito saber que a partir de 15 de Abril poderiam apresentar-se as candidaturas às eleições presidenciais, Mohamed el Baradei anunciou que não iria candidatar-se. Motivo maior para esta decisão foi el Baradei considerar que não existia uma verdadeira democracia. Citado pela Agência *France Press* (Boncompagni, 2012) el Baradei acrescentou que “o antigo regime não caiu” numa alusão ao poder militar que sucedeu a Hosni Mubarak. Grande parte das leituras políticas a partir desta decisão de el Baradei consideravam-na uma crítica à atitude dos militares. Um jornal considerado independente, o *Al Masri al Youm*, citado no já referido artigo da *France Press*, escrevia que “a bomba el Baradei explode na cara dos militares”. Muitos egípcios consideravam que as Forças Armadas, espinha dorsal do sistema egípcio depois da queda da monarquia em 1952, apenas tinham feito uma retirada táctica para assegurarem os seus privilégios e a sua influência política. A própria *France Press* interpreta a decisão de el Baradei como “um reflexo do descontentamento crescente face à gestão do país pelas Forças Armadas, nomeadamente a perpetuação do sistema repressivo herdado da era Mubarak”.

A decisão do antigo director-geral da Agência Internacional de Energia Atómica deixou o campo laico e liberal sem um dos potenciais candidatos com mais probabilidades de disputar as presidenciais.

Foi notório que a retirada de el Baradei da corrida presidencial apenas não incomodou os sectores islâmicos. O secretário-geral do Partido da Liberdade e da Justiça deu “uma no cravo e outra na ferradura” ao classificar el Baradei como um verdadeiro patriota mas dizendo simultaneamente que esperava que el Baradei fosse mais perseverante. Quanto ao partido salafista Al Nour considerou que a decisão de el Baradei foi motivada pelo forte apoio que o povo egípcio expressou aos islamistas nas primeiras eleições pós-Mubarak. E foi neste clima que se avançou até serem conhecidos os resultados das eleições para a Câmara Baixa do Parlamento.

5.2. IRMANDADE CONCRETIZA O SONHO DE CHEGAR AO PODER

A 21 de Janeiro, os resultados, que não foi possível encontrar na página de Internet (em língua inglesa) do Governo do Egipto, mas publicados pela BBC (BBC, 2012a), mostram o que nos últimos dias já se sabia através dos resultados parciais e não oficiais que foram sendo conhecidos: a Irmandade Muçulmana fica com 47% dos lugares e transforma-se na primeira força política do país através do Partido da Liberdade e da Justiça que concorreu integrado numa “Aliança Democrática” com mais sete formações políticas que ainda integrava independentes. Em segundo lugar, os salafistas do Al Nour ficaram com cerca de 25% dos lugares. O campo liberal sofreu uma pesada derrota fruto da falta de entendimento, da dispersão de votos por várias forças políticas e de uma campanha dividida face a adversários disciplinados, organizados, com estratégia e objectivos bem definidos. O novo Wafd (nacionalista e liberal) não chegou aos 8% dos lugares e o Bloco Egípcio não atingiu os 7%. Depois seguem-se outros partidos com menor expressão. Quinze forças políticas que participaram nas eleições conseguiram representação parlamentar enquanto outras 21 ficaram de fora por não terem atingido 0,5% dos votos, a fasquia mínima para eleger representantes. A somar aos parlamentares eleitos outros 10 foram nomeados pelo Conselho Superior das Forças Armadas. A Comissão eleitoral revelou uma participação de 62% dos eleitores inscritos.

A forte afluência às urnas num país em que o analfabetismo atinge cerca de 26% da população e em que a taxa de desemprego ronda os 25% (United States of America, 2014) é um dado significativo que expressa a vontade dos egípcios em participarem nas decisões políticas, em castigarem o antigo regime votando em massa naqueles que sempre se lhe opuseram. Saber se o voto nos islamistas é um voto consciente que aponta para a vontade de ter um regime que tenha o Islão como primeiro pilar ou se é apenas o tal castigo que os egípcios decidiram aplicar ao antigo regime é uma questão que dificilmente terá uma resposta definitiva e objectiva e que encontrará argumentos de peso para defender qualquer uma das teorias.

Seja como for, os resultados eleitorais foram genericamente aceites por participantes, observadores e comunidade internacional. Seria difícil ao Ocidente, depois do exemplo da Faixa de Gaza e Cisjordânia em 2006 (vitória do Hamas nas eleições legislativas), não aceitar o resultado da vontade popular expressa nas urnas. E a Irmandade Muçulmana sabia disso.

Conquistada a vitória nas eleições para a Câmara Baixa do Parlamento seguiam-se as eleições para a Câmara Alta e a apresentação de candidatos à Presidência da República.

Mas enquanto o processo avançava, a Economia do Egipto – muito dependente do turismo – afundava-se e depois de inicialmente ter rejeitado a ajuda do Fundo Monetário Internacional, o governo interino de Kamal al Ganzouri e o Conselho Supremo das Forças Armadas acabam por concordar em pedir a ajuda do FMI.

A poucos dias do primeiro aniversário da revolução, o Ministro do Turismo anunciava que as receitas do Turismo em 2011 tinham sofrido uma queda de 30%.

Entretanto, a 23 de Janeiro, na primeira sessão da recém-eleita Assembleia do Povo (Câmara Baixa do Parlamento) é escolhido para presidente um deputado da Irmandade Muçulmana: Saad al Katatni consegue 399 votos dos 508 deputados. Trata-se de um dos principais dirigentes da Irmandade e secretário-geral do Partido da Liberdade e da Justiça. É um especialista em botânica medicinal. No primeiro discurso, Saad al-Katatni prometeu trabalhar para um “Egipto democrático e moderno” prometendo também “respeito pela liberdade de opinião” (Zayan, 2012b). Para vice-presidentes são eleitos um representante do partido salafista Al Nour e um do partido liberal Wafd. Na rua, simpatizantes dos partidos islamistas fazem a festa.

Com esta primeira sessão, o poder legislativo que desde a queda de Mubarak tinha estado nas mãos do Conselho Supremo das Forças Armadas, fica agora entregue aos deputados eleitos. Mas esta era uma Assembleia que não sabia muito bem – ou não sabia de todo – quais eram os seus verdadeiros poderes. A ausência de uma Constituição deixava um vazio. A única coisa que se sabia era que após a eleição da Choura (Câmara Alta ou Senado), as duas câmaras teriam de nomear uma comissão para redigir uma nova Constituição.

A *France Press*, nesta primeira sessão da Câmara Baixa, dá conta de um ambiente que alternou entre a solenidade e a confusão muito devido à total falta de experiência parlamentar da maioria dos eleitos (Zayan, 2012b).

A expectativa era grande e os receios também. Citado pela *Associated Press* (Al-Shalchi, 2012) o director executivo da *Human Rights Watch*, Kenneth Roth, sublinhava que a Irmandade Muçulmana “está a ter o discurso certo” mas “temos que ver como

vai governar e como vai tratar as mulheres e as minorias religiosas. Essas são as grandes questões”. Apesar desta cautela, o representante da organização de direitos humanos diz também que o Ocidente tem que aceitar que os islamistas são a maioria preferida no Egito e em outros países árabes e naturalmente vão ficar mais fortes num sistema democrático, mas que ainda assim é importante manter a pressão para assegurar o respeito pelos direitos humanos.

5.3. UM ANO DE REVOLUÇÃO

A 25 de Janeiro de 2012 o Egito comemorava o primeiro aniversário do início das manifestações que derrubaram Hosni Mubarak após quase 30 anos de poder. Apesar de já terem sido realizadas as primeiras eleições e de existir um calendário que previa eleições para a Câmara Alta do Parlamento, eleições presidenciais, referendo ao projecto de Constituição e transferência do poder para os civis – Junho de 2012 – existia um profundo receio de que os militares estivessem a fazer tudo para retardar essa transferência de poder. Esse receio era demonstrado em particular pelos movimentos jovens que tinham liderado os protestos contra Mubarak. Foram eles que por várias vezes regressaram à Praça Tahrir reivindicando uma rápida transferência de poder, mas sempre recusada pelos militares. Para os activistas jovens, a revolução estaria incompleta enquanto permanecesse o poder dos militares. Esse protesto quase constante, que deu origem a múltiplos confrontos, provocou dois receios principais entre a população egípcia: o primeiro, de que se instalasse o caos devido ao facto do país viver em permanente instabilidade e transmitindo uma imagem para o exterior que retardava a recuperação do turismo e da economia; o segundo, devido ao facto do poder militar e das forças de segurança responderem aos manifestantes com grande violência, de que poderiam estar de volta tempos muito parecidos aos que foram os tempos de Mubarak.

Perante este cenário, a Irmandade Muçulmana apostava num calendário – o dos militares – cujos resultados lhes estavam a ser favoráveis (e não faltava quem dissesse que militares e Irmandade tinham um acordo para dividir o poder) sendo que estavam ainda frescas as declarações do líder da Irmandade Muçulmana, Mohammed Badie, num aviso aos militares: “Respeitamos e consideramos as Forças Armadas mas o conselho militar deve ser responsabilizado por quaisquer erros... ninguém está acima das responsabilidades” (Awad, 2012). Quanto aos jovens da Praça Tahrir apostavam na continuação das manifestações, enquanto as outras forças políticas,

ainda na ressaca da estrondosa vitória dos islamistas, estavam sem rumo bem definido.

De facto, um ano após a queda de Mubarak, o Primeiro-Ministro do Egipto era Kamal al Ganzouri, escolhido pelos militares, um homem que tinha desempenhado as mesmas funções enquanto Mubarak foi presidente; o Presidente do país e líder do Conselho Supremo das Forças Armadas era o Marechal Husseín Tantawi, que tinha sido Ministro da Defesa durante duas décadas enquanto Mubarak foi presidente; a Lei de Emergência continuava em vigor desde 1981; milhares de pessoas continuavam a ser levadas a tribunal militar. Era esta a situação um ano depois de Mubarak ter caído do poder. As únicas alterações eram uma maior liberdade de expressão e as eleições livres que tinham dado a vitória à Irmandade Muçulmana.

Os militares pretenderam dar um sinal no dia do aniversário da revolução, mas foi um sinal dúbio. Na véspera, 24 de Janeiro, o Marechal Tantawi foi à televisão anunciar que a Lei de Emergência seria levantada a partir do dia 25 de Janeiro, mas as medidas de excepção continuariam a ser aplicadas aos crimes cometidos pelos “bandidos criminosos” (Associated Press, 2012a). Desde logo os grupos de defesa dos direitos humanos chamaram a atenção para o facto de “bandidos criminosos” ser a expressão com que o Conselho Supremo das Forças Armadas designava os manifestantes que contestavam o poder militar. Dessa forma os militares justificavam a violenta repressão com que enfrentavam as manifestações. Para o dia seguinte à ida de Husseín Tantawi estavam convocadas manifestações precisamente contra o poder dos militares.

Outro sinal dado pelos militares foi a libertação de quase dois mil presos através de um perdão. A amnistia, concedida pela justiça militar, abrangia Maikel Nabil, um *blogger* pacifista que tinha sido condenado em tribunal militar a 3 anos de prisão (depois reduzida a dois anos) por ter criticado os militares acusando-os de defenderem os seus próprios interesses e não os do povo egípcio. O caso de Maikel Nabil tinha sido utilizado como exemplo pelas organizações de direitos humanos para denunciarem que no Egipto ainda existia o delito de opinião.

O Conselho Supremo das Forças Armadas decretou o dia 25 de Janeiro como feriado nacional e programou uma parada naval em Alexandria, festivais aéreos no Cairo e em outras regiões do Egipto, fogo-de-artifício e emissão de moedas comemorativas. Os militares tentavam, através do aniversário da revolução, recuperar um capital de

simpatia que sentiam estar a escapar-lhes. Nas declarações políticas, os militares apelaram a que fosse preservado o espírito do 25 de Janeiro que tinha unificado o Egipto. Em contraponto, os movimentos jovens apelaram a manifestações no dia do aniversário da revolução, não para celebrar uma revolução que consideravam inacabada, mas para manifestar determinação em concretizar os objectivos da revolução contra um poder militar liderado por Husseín Tantawi a quem acusavam de ser o fiel entre os fiéis de Hosni Mubarak.

A Irmandade Muçulmana anunciava por seu lado que iria celebrar o aniversário da revolução, mas sem reclamar uma segunda revolução nem que os militares deixassem antecipadamente o poder. Saad al Katatni, presidente eleito do Parlamento, citado pela *France Press*, afirmou que “a formação do parlamento é a maior celebração do aniversário da revolução” (Roquefeuil, 2012a).

5.4. MAIS VIOLÊNCIA

Mas se as forças de segurança podiam ser acusadas de violência quando usavam os bastões ou disparavam as armas, a inacção da polícia também pode potenciar essa violência. Foi essa a acusação feita depois da tragédia durante um jogo de futebol entre as equipas do Al Masry e o Al Ahly, no estádio de Port Said, na noite de 1 de Fevereiro de 2012. O balanço foi de 74 mortos e mais de 300 feridos. O Jornal *Público* (Guimarães, 2012a) conta que havia suspeitas de que o Conselho Supremo das Forças Armadas colocara atacantes no estádio para perseguirem a claque do Al Ahly. O *Público* explica que há muitas perguntas sem resposta, desde logo por que razão a claque do clube que jogava em casa e que até venceu o jogo (3-1) perseguiu os adeptos adversários, como é que pessoas armadas conseguiram entrar no estádio, por que é que as luzes se apagaram, por que é que os portões estavam fechados evitando a fuga das pessoas e por que é que a polícia assistiu a tudo sem nada fazer. Muitas perguntas. A assinar por baixo o facto de a polícia não ter feito nada para travar os confrontos, a declaração de Pedro Barny, o treinador-adjunto português do Al Ahly, que estava sentado no banco de suplentes quando tudo começou: “A segurança não existiu, havia polícias mas não fizeram nada. Felizmente não havia nenhuma estratégia para linchar qualquer um de nós. Trouxemos adeptos para o balneário para serem assistidos e alguns não sobreviveram” (Guimarães, 2012a).

O apontar de dedo à polícia e também ao Conselho Supremo das Forças Armadas voltou a incendiar o já incendiado Egipto até porque a claque do Al Ahly também tinha desempenhado um papel de relevo sempre que foi necessário defender a Praça Tahrir.

Aos incidentes no estádio de Port Said sucedeu-se mais violência com especial destaque para os confrontos no Cairo e em Suez que provocaram mais de uma dezena de mortos e mais de dois mil feridos.

5.5. NOVA VITÓRIA DA IRMANDADE MUÇULMANA

Depois da vitória nas eleições para a Câmara Baixa do Parlamento, a Assembleia do Povo, o Partido da Liberdade e da Justiça conseguiu uma vitória ainda mais expressiva nas eleições para a *Shura*, a Câmara Alta ou Senado. Neste último caso, o Partido da Liberdade e da Justiça ficou com 106 dos 180 lugares que foram sufragados, sendo que outros 90 lugares da *Shura* serão preenchidos com representantes nomeados pelos militares e pelo presidente que vier a ser eleito (BBC, 2012b).

A exemplo do que aconteceu com a Assembleia do Povo, o presidente da *Shura* pertence ao braço político da Irmandade Muçulmana. Ahmed Fahmi, segundo a BBC, um pouco conhecido membro da Irmandade foi eleito e assegurou perante a câmara que iria ser equidistante em relação à maioria e à oposição em defesa de uma prática democrática. Deixou também uma palavra aos militares considerando que apoiaram a revolução e desde então foram como que uma espada e um escudo que protegeu e defendeu o Egipto. Palavras que podem ajudar a sustentar a teoria de que a Irmandade Muçulmana e os militares estariam a trabalhar em conjunto. A BBC (BBC, 2012b) escreve que os liberais receavam que a Irmandade Muçulmana e os militares encontrassem uma forma de partilhar o poder. Eventualmente poderia ser encontrada uma solução que permitisse aos militares manterem alguns privilégios e terem direito de veto em áreas como os negócios estrangeiros e a defesa; em contrapartida a Irmandade Muçulmana teria o controlo das outras áreas na sociedade egípcia.

Também a exemplo do que aconteceu na Assembleia do Povo, os vice-presidentes da *Shura* saíram das bancadas dos salafistas do Al Noura e do Wafd, segundo e terceiros classificados, respectivamente, nestas eleições para a *Shura*.

A Shura é uma Assembleia com funções consultivas que apenas se pronuncia em projectos-lei com origem no Governo ou no Presidente da República. Estando eleita a Shura, poderão ser escolhidos os 100 membros da comissão que vai redigir o projecto de uma nova Constituição para o Egipto, projecto esse que terá de ser referendado.

5.6. ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS

5.6.1. OS CANDIDATOS QUE QUERIAM VENCER AS ELEIÇÕES.

A fechar um mês de Março em que os cristãos coptas tinham sofrido e chorado a morte do Papa Chenouda III depois de 41 anos em que tentou acima de tudo dar à comunidade a necessária protecção em função de ser uma minoria religiosa, o Egipto preparava-se para as eleições presidenciais entretanto marcadas para 23 e 24 de Maio.

De uma forma algo surpreendente, e histórica, a Irmandade Muçulmana que tinha dito que não iria apresentar um candidato próprio lançou o nome de Khairat al Shater, número 2 de Mohammed Badie o Guia Supremo e líder espiritual da Irmandade. Em toda a sua existência com períodos altos e baixos no relacionamento com o poder dos militares, nunca a Irmandade Muçulmana tinha apresentado um candidato à Presidência da República. A decisão foi do Conselho Consultivo da Irmandade, o órgão máximo do movimento. Al Shater estava preso aquando da revolta que fez cair Mubarak e foi libertado apenas a 3 de Março de 2011.

O jornal *El País* (González, 2012a) explica que a questão de apoiar um outro candidato ameaçava dividir a Irmandade Muçulmana, organização caracterizada por uma grande coesão e disciplina interna, e por isso a solução mais indicada para preservar essas características foi a apresentação de um candidato próprio.

A decisão também não deixará de ter sido um reflexo das duas vitórias eleitorais – Assembleia do Povo e *Shura* – e com um crescimento de peso eleitoral na segunda destas eleições. Se a primeira vitória podia ter deixado algumas dúvidas, a vitória ainda mais expressiva nas eleições para a *Shura* terá levado a Irmandade Muçulmana a acreditar que poderia eleger um presidente, o que acabaria por acontecer. A Irmandade contava ainda que a partir de Junho – promessa dos militares – controlaria o Governo. A perspectiva era a de ter todo o poder num Egipto que durante décadas a tinha excluído dos centros de poder e da participação na vida política.

Mas, obviamente, não foram estes os argumentos utilizados para explicar a apresentação de um candidato próprio. Mohamed Morsi, citado pelo jornal *El País*, afirmou que “reparámos que havia obstáculos para o Parlamento tomar decisões que sirvam para cumprir as exigências da revolução... por isso escolhemos o caminho da presidência, não por termos fome de poder” (González, 2012a).

Apesar de ter lançado o nome de Khairat al-Shater, havia ainda um caminho a percorrer até que a candidatura fosse uma realidade. Al Shater era um engenheiro, multimilionário, de 62 anos, pai de 10 filhos, que em 2006 tinha sido condenado à prisão depois de acusado de fornecer armas a estudantes (terrorismo) e branqueamento de dinheiro. Tinha afrontado Mubarak nas eleições legislativas de 2005. Era também um dos três adjuntos do Guia Supremo da Irmandade mas até era apontado como o homem mais poderoso dentro da organização e a Agência *France Press* classifica-o como a “eminência parda” (Roquefeuil, 2012b) em termos políticos.

Esta candidatura que não chegou a concretizar-se viria a ser um choque entre a Irmandade e os militares no poder. Uma lei ainda em vigor não permitia que alguém fosse candidato a cargos públicos se tivesse saído da prisão – fim da pena – há menos de 6 anos. Era o caso de al Shater. Por outro lado, o Partido da Liberdade e da Justiça estava a forçar a apresentação de uma moção de censura ao Governo de Kamal al Ganzouri. Em sentido oposto, o Conselho Supremo das Forças Armadas, o único órgão com poder para nomear ou demitir o governo, reiterou o apoio a al Ganzouri. Era precisamente a estes obstáculos – os militares a segurarem o Governo – que Mohamed Morsi se referia quando justificou a apresentação de um candidato presidencial. Três meses depois da primeira vitória eleitoral, a Irmandade Muçulmana e os militares já mediam forças.

Esta apresentação de um candidato por parte da Irmandade Muçulmana a menos de dois meses da data das eleições permitiu diferentes interpretações. Em declarações à Agência *France Press* o professor de Ciência Política da Universidade do Cairo Moustafa Kamel Sayed refere que “a Irmandade Muçulmana tenta obter todas as ferramentas de poder no país, não surpreende que tenha um candidato” (Roquefeuil, 2012b); outro professor de Ciência Política e investigador, Hassan Nafaa, previa uma batalha dura para a Irmandade porque a vontade hegemónica era cada vez mais evidente, o que poderia “tornar-se muito perigoso e conduzir a uma polarização do país” (...) “eles vão ser entendidos como querendo controlar todo o aparelho de

Estado, negando as promessas de cooperação e não de domínio” (Roquefeuil, 2012b); também para a professora na Universidade do Cairo, Rabab al Mahdi, a demora e a indecisão da Irmandade Muçulmana relativamente à apresentação de um candidato traduziram um embaraço e hipotecaram a estratégia a seguir. Por isso Rabab al Mahdi conclui que a Irmandade “tem uma máquina política poderosa, mas esgotou todas as possibilidades de encontrar um candidato consensual. Khairat al Shater acaba por ser o último recurso” (Roquefeuil, 2012b).

Ainda o Egípto digeriria a decisão da Irmandade Muçulmana e os rumores de que Omar Suleiman também iria candidatar-se foram confirmados. Dois dias depois de ter dito que não seria candidato, Suleiman acabou por confirmar a candidatura justificando a decisão com o forte apelo que recebeu dos apoiantes. O jornal *El País* interpreta a situação como um sinal da “intenção de restaurar a velha ordem” (González, 2012b) e refere a opinião de alguns analistas para dizer que Omar Suleiman deverá ser o candidato da junta militar. O *El País* interpreta desde logo as duas anunciadas candidaturas como “uma intensa luta de poder entre a Irmandade Muçulmana e as Forças Armadas, as duas instituições mais poderosas do Egípto, que historicamente têm mantido uma tortuosa relação. Desde a Revolução, islamistas e militares selaram um casamento de conveniência que parece estar à beira do divórcio”.

5.6.2. OS CANDIDATOS QUE SABIAM QUE NÃO VENCIAM AS ELEIÇÕES.

É assim em todas as eleições: há candidatos com maior potencial do que outros; uns pretendem mesmo vencer, outros apenas procuram a notoriedade e o alargamento do espaço político. Às presidenciais egípcias de 2012 houve 23 candidatos que entregaram os dossiês de candidatura na Comissão Eleitoral. Para além dos dois já referidos, algumas personalidades bem conhecidas dos egípcios há bastante tempo (entre eles figuras do regime de Mubarak) e outros que apenas tinham ficado conhecidos após a revolta, entregaram a documentação exigida até 8 de Abril, data limite para a entrada das candidaturas.

Numa segunda linha, se assim se pode designar, estavam na corrida, Amr Moussa, antigo líder da Liga Árabe, Hamdeen Sabahi (de esquerda, líder do partido pan-árabe Karama), o pregador salafista Hazem Abu Ismail, o antigo membro da Irmandade Muçulmana, Abdel Aboul Foutouh e o último Primeiro-Ministro de Mubarak, Ahmed Shafiq.

E ainda numa terceira linha surgiam nomes como Khaled Ali, um advogado de esquerda, e Abdallah al Achaal do partido salafista Al Assala.

A única mulher que tinha manifestado intenção de se candidatar, a estrela da televisão Bothaina Kamel, acabou por não conseguir as trinta mil assinaturas exigidas. A Lei, aliás, impunha outras condições como por exemplo a de que o candidato apenas tivesse a nacionalidade egípcia, o mesmo teria que se verificar com os pais do candidato e com o cônjuge. E à última hora, precisamente por causa da Lei Eleitoral, prevendo eventuais problemas com o candidato Khairat al Shater, a Irmandade Muçulmana decidiu candidatar também Mohammed Morsi, presidente do Partido da Liberdade e da Justiça. Uma decisão que viria a revelar-se acertada porque seria Mohammed Morsi a vencer as eleições e a tornar-se no primeiro Presidente da República a ser eleito democraticamente no Egipto.

5.6.3. A DECISÃO DA COMISSÃO ELEITORAL

A 15 de Abril, data limite para a decisão sobre as candidaturas apresentadas, a Comissão Eleitoral desqualificou 10 dos candidatos que apresentaram a documentação exigida. E a 17 de Abril, depois dos recursos que alguns deles apresentaram, todos rejeitados, ficou a conhecer-se a lista final de candidatos.

Entre os desqualificados estavam Omar Suleiman, Khairat al Shater e Hazem Abu Ismail. De acordo com a Comissão Eleitoral, Suleiman não terá obtido as assinaturas necessárias em todas as regiões administrativas; Hazem Abu Ismail foi afastado devido ao facto da mãe ter também nacionalidade norte-americana; al Shater foi impedido de se candidatar porque saiu da prisão apenas depois da queda de Moubarak e a Lei Eleitoral exigia que os candidatos não tivessem cumprido pena num período de 6 anos antes das eleições. O que surpreende nesta condição legal é que não tenha sido tido em conta que muitos dos adversários políticos do regime que a revolução derrubou tenham estado presos, tenham sido vítimas de perseguição política, alguns cumpriram dezenas de anos de prisão, precisamente por se oporem ao regime de Moubarak e muitos deles estavam presos quando a revolta começou.

Houve protestos, manifestações e alguns confrontos provocados pelos apoiantes de alguns candidatos que foram desqualificados pela Comissão Eleitoral, mas o processo avançou.

5.6.4. OS DESAFIOS DOS PRINCIPAIS CANDIDATOS

As eleições presidenciais eram vistas como um momento decisivo para a revolução. Carregavam o simbolismo de decidirem quem seria o primeiro Presidente da República verdadeiramente escolhido pelo povo egípcio e, por outro lado, constituíam o último passo do calendário que havia sido estabelecido para que os militares entregassem o poder aos civis e regressassem aos quartéis.

A Irmandade Muçulmana, apesar da organização e disciplina, tinha pela frente o desafio de tentar convencer os egípcios a votarem num candidato que só há relativamente pouco tempo tinha surgido no palco político. Mohammed Morsi, apesar de ser o líder do Partido da Liberdade e da Justiça, não tinha o carisma de Khairat al Shater, um homem de negócios, peso-pesado na hierarquia da Irmandade Muçulmana, com o capital político de ter enfrentado Mubarak e de ter passado muitos anos na prisão.

Perante a desqualificação de al Shater e perante outros candidatos que também representavam a área islamista, não era certo que os votos que em princípio seriam dados a al Shater se transferissem directamente para Morsi apenas por este ser o candidato indicado pela Irmandade Muçulmana. Era preciso considerar Abdel Aboul Foutouh, um islamista moderado, de 60 anos, médico, que tinha feito um percurso que passou a imagem de um homem comprometido com uma reforma democrática, e que tinha sido expulso da Irmandade Muçulmana.

No campo secular, com o afastamento de Omar Suleiman, Amr Moussa, 75 anos, com lastro na opinião pública devido à liderança da Liga Árabe, recuperava alguma margem de manobra e apresentava-se como um liberal nacionalista, que podia capitalizar o voto dos que receavam os ganhos da Irmandade desde que Mubarak tinha sido afastado. Logo no início da campanha eleitoral Amr Moussa lançou de imediato uma promessa que fica sempre bem a um político quando é preciso demonstrar desapego ao poder: prometeu que se fosse eleito apenas iria cumprir um mandato de 4 anos. Acrescentou que “o Presidente tem de liderar uma coligação nacional para salvar a nação” (Reuters, 2012b).

Ahmed Shafiq, antigo Primeiro-Ministro de Mubarak, 70 anos, antigo militar, também entra nesta corrida e essa participação é o elemento que permite duvidar da atitude dos militares: como é que um homem que foi preso político durante o regime de

Moubarak – Khairat al Shater – fica de fora precisamente por ter estado preso, e o homem que até liderou o último governo do regime que prendeu al Shater é autorizado a participar nas eleições?

Ainda assim, o Conselho Supremo das Forças Armadas não se cansou de prometer eleições totalmente honestas e transparentes e também lembrou com frequência que a transferência de poder estava próxima. Foi esse o discurso dos militares durante o período de campanha eleitoral que também conheceu manifestações frequentes contra o poder dos militares e contra a desqualificação do candidato salafista Hazem Abou Ismail.

A 10 de Maio o Egipto assiste, pela primeira vez na história, a um debate televisivo entre dois candidatos presidenciais. Mais do que o conteúdo do debate fica esse facto dos egípcios terem podido assistir a uma troca de argumentos entre dois políticos com o objectivo de conquistar votos. O debate foi transmitido por dois canais privados e os candidatos escolhidos foram Amr Moussa e Abdel Aboul Foutouh, a quem as sondagens do momento atribuíam algum favoritismo sendo que a corrida estava totalmente em aberto.

Com o evoluir da campanha, começa a perceber-se que há 5 candidatos com mais possibilidades de vencer: Amr Moussa, Abdel Aboul Foutouh, Mohammed Morsi, Ahmed Shafiq e Hamdeen Sabahi (candidato de esquerda e líder do partido pan-árabe Karama). E a uma semana da campanha, grande parte dos analistas atribuem o favoritismo a Ahmed Shafiq e a Mohammed Morsi. Tinham razão. Vão ser os dois candidatos que vão enfrentar-se na segunda volta das presidenciais. A partir desse momento a escolha dos egípcios é entre um homem do passado, um militar, orgulhoso das ligações com Hosni Moubarak, e outro homem, Mohammed Morsi, que promete uma ruptura com esse passado, mas que depende mais nestas eleições da máquina da Irmandade Muçulmana do que do seu carisma ou capital de simpatia entre o eleitorado.

Uma vitória de Shafiq significaria manter na presidência a ordem estabelecida em 1952 quando os militares derrubaram a monarquia, seria uma vitória da velha guarda, embora fosse praticamente inevitável fazer algumas reformas; uma vitória de Morsi colocaria a Irmandade Muçulmana como um poder consolidado e poderia mexer com questões regionais, sendo certo que haveria mudanças no Egipto.

Ainda quanto a Ahmed Shafiq é preciso ter em conta que expressou publicamente grande admiração por Hosni Mubarak e nunca se demarcou dessas afirmações. Quando foi questionado sobre a entrevista que tinha dado ao canal Al Hayat, onde afirmou que depois do seu próprio pai tinha em Mubarak um modelo, Shafiq respondeu: “ (...) vou continuar a dizer-vos isto até ao fim da minha vida, por uma razão: ele (Mubarak) teve grande coragem” (Perry, 2012a). O Jornal *El País* referiu-se a Ahmed Shafiq como a “continuidade em estado puro” (Bastienier, 2012).

Perante este cenário polarizado, o professor de ciência política na Universidade do Cairo, Hassan Nafaa, não tem dúvidas de que qualquer que seja o vencedor a polarização no Egípto vai aprofundar-se. Se vencer Shafiq vai ser a “reprodução do velho sistema através de algumas caras novas” (Perry, 2012a); se vencer Morsi “receio que este tipo de polarização dê origem a um golpe (de Estado)” (Perry, 2012a). A previsão revelar-se-ia acertada. Morsi venceu as eleições e seria depois afastado através de um golpe militar.

5.6.5. Os “OUTROS” CANDIDATOS (PFEIFFER, ELYAN E FAYED, 2012)

Para além dos cinco candidatos vistos como fazendo parte de uma primeira linha com mais possibilidades de vencer as eleições, outros homens – nenhuma mulher – entravam na corrida que era ao mesmo tempo uma experiência nova no Egípto.

Mohamed Salim el Awa, de 70 anos, moderado, tinha adoptado um tom menos agreste nas críticas aos militares no poder. Antigo secretário-geral da Federação Internacional dos Estudiosos do Islão, jurista de profissão, trabalhou na legislação de vários países árabes. Tentou concentrar o voto islâmico, mas a mensagem não obteve resposta.

Khaled Ali, 40 anos, o candidato mais jovem, advogado activista, apoiou os jovens revolucionários e participou em campanhas em defesa dos direitos sociais. Forte opositor das privatizações, não tinha filiação partidária e autoproclamava-se o candidato dos pobres.

Hisham el Bastawisy, um juiz de 60 anos que fez campanha contra as eleições no tempo de Mubarak e que acabou por se refugiar no Kuwait para fugir ao que designou como perseguição e vigilância de um estado securitário. Afirmou-se defensor de uma economia de mercado livre e de justiça social.

Abul Ezz el Hariry, 68 anos, activista de esquerda, dissidente do partido também de Esquerda, Tagammu, fundou a Coligação Socialista Popular que o apoiava.

Hossam Khairallah, 67 anos, candidato apoiado pelo Partido da Paz Democrática, antigo militar com muito tempo nos serviços secretos, fez campanha por uma reforma na educação, contra o desemprego e por um Estado civil.

Mahmoud Hossam, de 47 anos, oriundo de uma família militar de Alexandria, passou grande parte da carreira na segurança do estado. Pretendia restaurar a estabilidade e a credibilidade da polícia e aumentar o rendimento da actividade agrícola para reactivar a economia.

Abdallah al Ashal, 67 anos, professor de direito na Universidade Americana do Cairo e diplomata de carreira. Enquanto especialista de direito trabalhou em casos como o atentado do *Lockerbie* e o atentado que vitimou Rafic al Hariri, Primeiro-Ministro do Líbano. Era apoiado por um partido salafista e fazia campanha pela justiça social, liberdade e contra a corrupção.

Mohamed Fawzy Eissa, advogado e antigo oficial da polícia, 67 anos, defendia a justiça social, mais direitos para os trabalhadores e reformas na educação. Era apoiado pelo partido Geração Democrática.

Eram estes os homens, mais os cinco da “linha da frente”, dispostos a dar o passo de se tornarem o Presidente da República do Egipto.

A campanha eleitoral para as presidenciais foi atravessada por uma polémica paralela. No mínimo, pode dizer-se que foi confusa a escolha dos membros da Comissão (Assembleia Constituinte) que tinha por missão redigir uma nova Constituição para o Egipto. A escolha foi feita pelas duas câmaras do Parlamento dominadas por partidos islamistas e acabou por reflectir essa predominância. Mas havia quem tivesse um entendimento diferente sobre a composição da dita Comissão. Quem discordava dos islamistas considerava que a Comissão devia reflectir a diversidade do povo egípcio e não espelhar apenas a maioria que se verificava nas duas câmaras do Parlamento.

5.7. AS ELEIÇÕES

Foi uma campanha eleitoral frenética, própria de um país que está a dar os primeiros passos numa vivência democrática depois de décadas de ditadura. O Egipto assistiu a

tudo o que é habitual numa campanha eleitoral num país democrático mas com uma carga muito forte de emoção e determinação. Tudo era novo para os candidatos mas também para o povo egípcio. Multiplicaram-se os comícios, os debates públicos, as conferências de imprensa, os comunicados e, essa novidade maior porque entrava na casa das pessoas: os debates televisivos, tal como os comentários políticos e até debates entre os próprios comentadores. Foi uma experiência democrática sem precedentes no Egípto.

O aproximar da data das eleições era motivo para que alguns avisos fossem renovados. Mohammed Morsi advertiu contra qualquer tentativa de falsificar a vontade popular; os militares continuaram a prometer um escrutínio 100% honesto e anunciaram que não apoiavam qualquer candidato.

Ao Egípto chegaram também os observadores internacionais e entre eles o antigo presidente norte-americano Jimmy Carter, o homem que ajudou a celebrar os Acordos de Camp David e que patrocinou o aperto de mão entre o Primeiro-Ministro de Israel, Menachem Begin e Anwar Sadat, Presidente do Egípto, no final da década de 70.

A exemplo do que já acontecera nas eleições parlamentares, também nas presidenciais os emigrantes egípcios puderam votar. Nunca tal tinha acontecido no tempo de Mubarak. E a dois dias do início das presidenciais surgem os primeiros resultados do voto dos emigrantes egípcios em 33 países: Mohammed Morsi recolheu uma maioria (não absoluta) dos votos, com uma vantagem significativa sobre Abdel Aboul Foutuh, considerado um islamista moderado. Uma vitória de Morsi que foi atribuída ao grande apoio que recolhia entre os emigrantes egípcios na Arábia Saudita. Surgiam a seguir, Hamdeen Sabahi, Amr Moussa e Ahmed Shafiq.

O jornal *Al Ahram*, a cerca de uma semana das eleições, tinha dado conta de uma expectativa de participação na casa dos 60 a 70%. Quanto a sondagens revelar-se-iam completamente erradas. O *Al Ahram* refere duas sondagens (Dawoud, 2012) com resultados divergentes, mas ambas muito longe da realidade que o voto dos eleitores decidiu. Numa delas Amr Moussa era o vencedor com mais de 40% e Ahmed Shafiq surgia em segundo lugar com quase 20% dos votos; numa outra sondagem Moussa e Shafiq surgiam na liderança, praticamente empatados com 16% dos votos.

Nos dois dias de votação o horário teve que ser prolongado para que as assembleias de voto pudessem receber todos os que à hora oficial de fecho das urnas ainda

aguardavam para votar. Apesar desse cenário que podia induzir a uma participação maciça da população, mais de metade dos egípcios não foram votar. Alguns analistas interpretaram a fraca participação com a ausência de muitos jovens que não se reviam em nenhum dos candidatos.

Ainda sem serem conhecidos os resultados oficiais da primeira-volta, pode dizer-se que a batalha da segunda-volta começou quase de imediato. Mohammed Morsi e Ahmed Shafiq, os dois candidatos que passaram à segunda-volta, começaram de imediato a tentar ganhar o voto dos jovens que tinham comandado a Tahrir e que não tinham um candidato em quem votar. A maioria dos movimentos jovens eram liberais, democratas e alguns de esquerda. Não se reviam num candidato (Morsi) da Irmandade Muçulmana nem num candidato (Shafiq) que fez parte, até ao último minuto, do regime que a Praça Tahrir tinha derrubado e que era o candidato de Mubarak e dos militares. Um desses jovens, citado pelo jornal *Público* refere-se aos dois candidatos com um “pior seria impossível” (Lorena, 2012a).

Para alimentar esta desilusão dos jovens, ao serem conhecidos os resultados ainda provisórios, o porta-voz de Ahmed Shafiq anunciou que a “revolução acabou” (Lorena, 2012b). Shafiq apressou-se a tentar emendar dizendo que “não há lugar para um regresso ao antigo regime” (Lorena, 2012b). Quanto a Mohammed Morsi prometeu, caso fosse eleito, ser o Presidente de todos os egípcios, tentando assim acalmar os receios de jovens liberais e também dos cristãos coptas. Estávamos de facto perante umas eleições da maior importância que o diário britânico *Independent* classificou como “um momento de verdade para a Primavera Árabe” (Lorena, 2012c). No Egipto, tratava-se de saber se as urnas iriam confirmar a vontade de mudança (independentemente das características da mudança) expressa nas ruas ou se acabariam por sufragar um homem do antigo regime.

A segunda volta estava marcada para os dias 16 e 17 de Junho e a campanha voltou às ruas com os dois candidatos a tentarem alargar a sua base eleitoral. Os dois candidatos juraram fidelidade aos ideais da revolução e ambos prometeram que seriam o Presidente de todos os egípcios.

Mas o Egipto estava claramente polarizado, com os islamistas em torno de Mohammed Morsi e com os conservadores e os militares a apoiarem Shafiq. O candidato conservador parecia que também capitalizava o medo dos cristãos coptas face à possibilidade de um Presidente islamista poder trabalhar no sentido de restringir

os direitos de liberdade religiosa ou até mesmo de impor procedimentos que entravam em choque com a tradição dos coptas. Fora destas linhas de apoio aos candidatos estavam os jovens da Praça Tahrir que, mais uma vez, como já tinha acontecido nas eleições parlamentares, ficou claro que as forças e movimentos políticos que fizeram a revolução não tiveram tido tempo nem engenho suficientes para se organizarem e traduzirem em votos (que dessem poder) os ideais que representavam.

Para Alain Gresh “os resultados da primeira volta das presidenciais criaram um choque no seio das forças revolucionárias” (Gresh, 2012). Gresh sublinha que dos candidatos que passaram à segunda-volta nenhum deles obteve um quarto dos votos. E depois faz contas: “ (em terceiro lugar) Hamdeen Sabahi, candidato pouco conhecido de tendência nasseriana, recebeu mais de 20% dos votos – como (no Egipto) nada é simples ele e o seu partido tinham sido aliados da Irmandade Muçulmana para as legislativas. Em quarto lugar, Aboul Foutouh, obteve 17,5% dos votos. Em conjunto, os candidatos próximos da revolução, Hamdeen Sabahi, Aboul Foutouh e alguns outros, receberam perto de 40% dos votos, mas estão afastados do escrutínio”. Assim se explicava o fracasso dos candidatos mais próximos daqueles que começaram a revolução e fizeram cair Hosni Mubarak.

O momento era decisivo e fica ilustrado nas palavras de um proeminente político islâmico, líder do moderado Wasat – considerado uma ramificação moderada da Irmandade Muçulmana – Abou Elela Mady: “a história não terá misericórdia deles – da Irmandade – se eles não fizerem concessões e ficarem com as forças revolucionárias. E nesse caso a nação e a Irmandade vão pagar por isso” (Perry, 2012b).

A 28 de Maio os resultados oficiais foram divulgados pela Comissão Eleitoral: Mohamed Morsi 24,7%, Ahmed Shafiq 23,6%. Havia 40% de votos para serem disputados pelos dois candidatos finalistas. A fractura era evidente e havia o receio de que se pudesse traduzir em violência. No dia em que foram divulgados os resultados oficiais a sede de campanha de Ahmed Shafiq foi saqueada e destruída, algum material de campanha foi incendiado. A candidatura de Shafiq imediatamente apontou o dedo acusador aos adversários islamistas e a grupos de jovens que tinham estado na Praça Tahrir a exigir a queda de Mubarak. Alguma imprensa questionou-se sobre o ataque à sede de campanha de Shafiq sublinhando que sendo um local sensível quase não tinha protecção e perguntava mesmo se não era uma manobra para Shafiq ganhar popularidade.

Quanto a Morsi, inicialmente apontou baterias aos cristãos coptas: “aos nossos irmãos cristãos quero dizer muito claramente que são parceiros nacionais e têm todos os direitos como os muçulmanos” (Salem e De Roquefeuil, 2012). Prometeu também “não impor às mulheres que usassem o *hijab*” (Salem e De Roquefeuil, 2012).

Como se não bastasse o limbo em que o Egipto se encontrava face à escolha de contornos dramáticos de um Presidente da República, os egípcios aguardavam a sentença do Tribunal no julgamento de Hosni Mubarak. Com o país em ebulição devido às presidenciais – com um candidato do antigo regime a disputar a vitória – um veredicto que determinasse a inocência de Mubarak poderia descambar em grande violência. No caso de ser considerado culpado Mubarak enfrentava a possibilidade de ser condenado à morte.

A 1 de Junho, depois de adiada a promessa de levantar o estado de emergência a 25 de Janeiro – para marcar o aniversário do início da revolução – finalmente, os egípcios acordaram sem essa lei opressora.

A 2 de Junho é conhecida a sentença do Tribunal: Hosni Mubarak é considerado culpado e condenado a prisão perpétua; o antigo Ministro do Interior, Habib el Adli é sentenciado com a mesma pena; os seis altos responsáveis da polícia também acusados da morte de 850 manifestantes durante a revolta de 2011, são absolvidos, tal como os dois filhos de Mubarak, acusados de corrupção e em relação aos quais o Tribunal considerou que os factos de que eram acusados já tinham prescrito. A defesa de Mubarak e de el Adli imediatamente fez saber que apresentaria recurso.

O Julgamento de Hosni Mubarak era importante para o Egipto, mas também para o conjunto de países que sentiam os ventos da Primavera Árabe e dificilmente fugiria a um enquadramento e a influências do momento político. Afinal, Mubarak era o primeiro dos governantes varridos do poder que respondiam em Tribunal. O próprio juiz presidente, Ahmed Rifaat, durante a leitura da sentença não se coibiu de utilizar palavras muito duras em relação à situação do país, fazendo referência à pobreza da população e da “podridão dos bairros de lata” (Bel Aïba e Al-Atrush, 2012). Referiu também que os manifestantes da Praça Tahrir, que tinham sofrido as cargas policiais no início de 2011, eram pacíficos e apenas exigiam justiça, liberdade e democracia.

Conhecido o veredicto, estando a decorrer a campanha eleitoral para a segunda-volta das presidenciais, as reacções não se fizeram esperar e o candidato Mohammed

Morsi classificou o julgamento como “uma farsa” e exigiu um novo processo. A Irmandade Muçulmana, que apelou a manifestações para contestar a decisão do Tribunal, fustigou principalmente a absolvição dos altos responsáveis da polícia: “se os chefes da polícia estão inocentes, então quem matou os manifestantes?” (Bel Aïba e Al-Atrush, 2012).

Quanto a Ahmed Shafiq adoptou a postura clássica de um homem do sistema e afirmou que as decisões da justiça devem ser aceites incluindo a absolvição dos responsáveis da polícia.

A Amnistia Internacional e a Human Rights Watch, citadas pela *France Press* consideraram que a absolvição dos altos responsáveis da polícia constituía uma negação da justiça que poderia encorajar uma cultura de impunidade na polícia (Bel Aïba e Al-Atrush, 2012).

Também Zakaria Abd al Aziz, antigo líder eleito do Clube dos Juizes considerou a sentença “um enorme erro profissional” defendendo a condenação dos generais da polícia a prisão perpétua e justificando: “A chacina prosseguiu durante dias, e eles não ordenaram o seu fim. O Ministério do Interior não é o único sítio que precisa de ser limpo. O poder judiciário também precisa disso” (Ashour, 2012). Uma alusão à alegada falta de independência dos juizes. Palavras que encontraram eco na Praça Tahrir.

Hosni Mubarak, que até à decisão do Tribunal tinha estado em prisão preventiva num hospital militar foi imediatamente transferido para a enfermaria da prisão de Tora, nos arredores do Cairo. Mubarak sofria de vários problemas de saúde.

5.8. OS DIAS FRENÉTICOS E O SUAVE GOLPE DE ESTADO

A sentença do primeiro julgamento que envolveu Hosni Mubarak e outros responsáveis do regime foi o pretexto para que os candidatos já derrotados na primeira-volta das presidenciais pedissem a suspensão da segunda-volta que estava marcada para os dias 16 e 17 de Junho. Aos candidatos derrotados juntaram-se os movimentos de jovens. Argumentavam que face à condenação do antigo Presidente e do antigo Primeiro-Ministro era necessário esperar por uma interpretação da justiça relativamente a uma Lei que interditava as altas figuras do antigo regime de se candidatarem a cargos públicos. Uma exigência que tinha como alvo principal Ahmed

Shafiq que, tendo sido Primeiro-Ministro nos últimos dias de poder de Hosni Mubarak estaria assim impedido de participar nas eleições presidenciais.

Aliás, não se entendia muito bem – ou mesmo nada – a demora da justiça em pronunciar-se sobre uma questão tão prática: a de saber se Ahmed Shafiq podia candidatar-se. A chamada Lei do “isolamento político” previa (Agence France-Press, 2012b) que o Presidente da República, Vice-Presidente, Primeiro-Ministro, presidente do PND (Partido Nacional Democrático, de Mubarak, entretanto dissolvido), secretário-geral do PND e os membros da comissão política do partido ficassem impedidos de exercer direitos políticos durante 10 anos. Inicialmente a candidatura de Ahmed Shafiq foi rejeitada pela Comissão Eleitoral, mas logo a seguir a mesma Comissão aceitou um recurso interposto por Ahmed Shafiq e endossou o caso aos tribunais para que se pronunciassem sobre a constitucionalidade da Lei. O problema é que no Egipto não existia Constituição. A Lei Eleitoral tinha sido aprovada pelo Parlamento e posteriormente ratificada pelo Conselho Supremo das Forças Armadas. Aguardava-se então uma decisão do Tribunal Constitucional que não se sabia quando iria ser tomada.

Foi neste clima que alguns dos candidatos derrotados foram à Praça Tahrir com milhares de manifestantes para jurarem prosseguir a revolução e não aceitarem uma segunda-volta das presidenciais com um candidato que devia estar impedido por lei.

E foi neste ambiente de confrontação que a campanha prosseguiu. A incerteza era absoluta porque na eventualidade do Tribunal Constitucional decidir que Ahmed Shafiq não reunia as condições para se candidatar, não se sabia muito bem o que seria decidido em relação à primeira-volta das presidenciais: se teria que ser repetida ou se iria ser repescado o candidato que tinha ficado em terceiro lugar.

Como se a confusão fosse insuficiente, três dias antes do início da segunda-volta das presidenciais, foi eleita a Comissão – na prática uma Assembleia Constituinte – que tinha por função redigir um projecto de Constituição. As duas câmaras do Parlamento elegeram uma comissão a partir de uma lista de mil e trezentos candidatos e que ficou dominada pelas forças islamistas. Salafistas e Irmandade Muçulmana tinham a maioria dos assentos parlamentares e dominaram as votações. Em protesto, vários deputados independentes, de partidos de esquerda e de partidos liberais, abandonaram a votação. Da comissão eleita faziam parte Amr Moussa, candidato derrotado nas

presidenciais, Selim al Awwa, pensador islamista e Ayman Nour, líder do Al Ghad, partido laico e liberal que tinha enfrentado Mubarak nas presidenciais de 2005.

Esta comissão não era a primeira a ser eleita. Antes desta tinha sido eleita uma outra que integrava 50 deputados e 50 representantes da sociedade civil, mas a 11 de Abril o Tribunal Administrativo anulou essa comissão. Depois, um acordo entre forças políticas alterou a constituição da comissão tendo ficado estabelecido que haveria menos deputados e maior presença de representantes religiosos e especialistas em direito. Ficou igualmente estabelecido que a aprovação de cada artigo teria obrigatoriamente uma maioria qualificada de dois terços.

E a 14 de Junho, a dois dias das eleições, surge a decisão do Tribunal Constitucional:

Ahmed Shafiq pode participar na segunda-volta das presidenciais. Mas a surpresa estava guardada para outra decisão: o Tribunal Constitucional declarou o Parlamento (Assembleia do Povo) “ilegal” argumentando que foram ilegais as condições em que os deputados foram eleitos. Uma alteração à lei, num acordo entre forças políticas e militares, permitindo que candidatos filiados em partidos políticos pudessem candidatar-se como independentes, foi o argumento do Tribunal. Isto é, a Lei Eleitoral era considerada inconstitucional, apesar de não haver Constituição. O Tribunal punha em causa um complexo sistema eleitoral que combinava um escrutínio através de lista com outro nominal e que se prolongou por cerca de três meses. A sentença do Constitucional, dominado por juizes do regime que era suposto ter caído com Mubarak, abria a porta para uma eventual dissolução do Parlamento (Assembleia do Povo).

A tensão que já era grande subiu num ápice e a Agência *France Press* cita fontes militares para dizer que o Conselho Supremo das Forças Armadas poderá reassumir o poder legislativo (Jouini, 2012). O jornal *El País* resumiu as decisões titulando que o “Egípto regressou à casa de partida” (Ó. G., 2012). A partir do Cairo, o *El País* dava conta que “poucos duvidam que a dissolução do Parlamento e autorização dada ao antigo Primeiro-Ministro de Mubarak, Ahmed Shafiq, para concorrer às eleições têm o selo da junta militar” (González, 2012c).

O mesmo jornal dá voz a Nathan Brown, catedrático da Universidade George Washington e conhecedor do sistema judicial egípcio. “Os veredictos podem defender-se perfeitamente a partir de um ponto de vista legal... mas a rapidez, a sua sincronia e

velocidade foram uma grande surpresa” (González, 2012c). O jornal acrescenta ainda uma explicação dada por Nathan Brown: “nos anos de 1987 e 1990, o tribunal necessitou de três anos de deliberação antes de dissolver o Parlamento ao considerar inconstitucional a lei eleitoral. Agora, emitiu a decisão num espaço de poucos meses, o que parece suspeito”. Ainda o *El País* fez um editorial (*Golpe suave en Egipto*) sobre a situação no Egipto. O jornal denunciava a instauração da Lei Marcial, o regresso do poder legislativo à junta militar e concluía: “O antigo regime, de que realmente só caiu o Presidente, os militares deixaram cair a máscara. O chamado Estado profundo veio à superfície para cortar o caminho aos islamistas. Neste momento, a Primavera Árabe parece estar liquidada no Egipto. Os manifestantes da Praça Tahrir não estavam satisfeitos com nenhum dos candidatos (presidenciais na segunda-volta), mas lutavam pelo processo democrático. Se nada interromper o processo eleitoral e se Shafiq ganhar, significará um regresso ao regime de Mubarak. Se ganha o candidato islamista, a situação pode entrar numa perigosa segunda fase. As democracias devem condenar o atropelo” (El País, 2012a).

O Egipto estava a viver a contra-revolução e a Irmandade Muçulmana reagiu às decisões do Tribunal declarando que se tratava de um “golpe de estado” dos militares; Ahmed Shafiq reagiu dizendo que a decisão que lhe permitia disputar as presidenciais era “um julgamento histórico” dos juizes do Tribunal Constitucional.

A Agência *France Press* ouviu especialistas sobre a política egípcia e concluía que “As Forças Armadas egípcias deram ao Egipto todos os presidentes desde o derrube da monarquia pelos ‘oficiais livres’ em 1952. Dominadas por uma cultura de segredo, na liderança de um império económico opaco, elas sempre preferiram ser influentes ao lado do presidente em vez de se exporem directamente” (De Roquefeuil, 2012).

A tensão e o medo multiplicaram-se com os rumores de que a junta militar já teria aprovado um decreto que permitia aos serviços de segurança efectuarem prisões durante as manifestações sem necessidade da respectiva ordem judicial. Tinham passado poucos dias do levantamento do “estado de emergência”. Com um cenário carregado e confirmada a candidatura de Ahmed Shafiq, os partidos liberais, de esquerda e diversos movimentos de jovens, confrontados perante uma opção islamista ou de regresso ao passado, começaram a apelar ao voto em branco ou à abstenção. Um comunicado de um colectivo de partidos de esquerda, laicos e liberais, denunciava a manobra dos militares e acusava o CSFA de estar determinado a reconstruir o

antigo regime sendo as eleições presidenciais apenas uma má comédia para permitir ao CSFA reforçar a seu domínio sobre o funcionamento do Estado e colocá-lo ao serviço do candidato do antigo regime, Ahmed Shafiq.

Na verdade e em véspera da segunda-volta das presidenciais, com as decisões do tribunal claramente a prejudicarem a Irmandade Muçulmana e a beneficiarem um candidato do antigo regime, o que acabou por resultar foi um quadro eleitoral em que os eleitores apenas podiam escolher entre um regresso ao passado e um salto em frente, no trilho da revolução, mesmo que esse salto pudesse levar a uma situação que não era a melhor na perspectiva dos liberais e dos partidos de esquerda. A Irmandade Muçulmana apresentava-se como única alternativa ao regime e aos militares e era, de momento, a única salvação possível para a revolução. Afinal, quem ia a votos era o antigo regime e o movimento de contestação que o abalou.

Mohammed Morsi, numa das últimas declarações antes das eleições afirmou que o povo estava determinado a proteger a sua revolução contra os corruptos do antigo regime.

O primeiro sinal de que a Irmandade Muçulmana poderia beneficiar das decisões do Tribunal chegou através dos votos dos emigrantes com Mohammed Morsi a receber 75% dos votos, muito melhor do que os 38% que recolheu na primeira volta.

Ainda antes das eleições, a junta militar declarou nulas as eleições parlamentares e o Parlamento ficou suspenso. Os militares chamaram a si todo o poder legislativo até à eleição de uma nova Assembleia e até a nomeação da Comissão que iria redigir o projecto de Constituição ficou a cargo dos militares. Depois, dia 17 de Junho à noite, quando ainda se começavam a contar os votos das presidenciais, a junta militar publicou o que designou por “anexo constitucional” e que cortava pela raiz o resultado prático de uma vitória nas presidenciais: o Presidente perdia a chefia das Forças Armadas e também a palavra a que tinha direito na aprovação do Orçamento do Estado. Ficava muito claro até onde os militares estavam dispostos a ir.

Os egípcios tinham acabado de eleger um Presidente sem saberem que tipo de poderes ele teria e ficavam agora a saber que tinha perdido os poderes principais que era suposto ter. Uns Presidente que tinha acabado de ganhar a legitimidade democrática concedida pelo voto, mas tinha perdido os poderes que os militares lhe negavam.

E logo na manhã seguinte ao segundo dia de votação, apesar dos resultados oficiais estarem prometidos para três dias depois, ambos os candidatos reivindicaram vitória, revelando cada um deles uma grande surpresa com a declaração de vitória do outro.

Para adensar ainda mais o clima tenso que se vivia no Egipto começam a circular rumores sobre o estado de saúde de Hosni Mubarak. Teria entrado em coma, teria sido declarada a morte cerebral, teria sofrido um acidente vascular cerebral, estaria ligado a um ventilador... apenas rumores. O advogado de Mubarak acabou por dizer que o velho ditador apenas sofreu uma queda, mas estava estável e a respirar sozinho.

5.9. MOHAMMED MORSI PRESIDENTE DA REPÚBLICA

O anúncio dos resultados oficiais das presidenciais vinha sendo sucessivamente adiado enquanto se multiplicavam as declarações hostis entre a Irmandade Muçulmana e os militares. A Comissão Eleitoral foi pedindo mais tempo para analisar todos os protestos apresentados.

Finalmente, uma semana depois das eleições, a 24 de Junho, os resultados foram anunciados pelo presidente da Comissão Eleitoral, Farouk Sultan. Mohammed Morsi venceu as eleições com 51,7% (13,2 milhões de votos); Ahmed Shafiq obteve 48,3%

(12,3 milhões de votos) numa segunda volta em que a taxa de participação foi de 51,85%, uma participação superior à da primeira volta que tinha ficado pelos 46%.

A Irmandade Muçulmana fez a festa na Praça Tahrir, onde o anúncio dos resultados foi seguido em directo através da televisão e muitos egípcios respiraram de alívio perante a vitória de um homem que impedia o Egipto de ter um presidente que vinha do regime que a revolução pretendia derrubar. Mas não é menos certo que a expressiva votação em Ahmed Shafiq era, no mínimo, um sinal do receio de quase metade dos eleitores, que votaram em Shafiq numa tentativa de travar eventuais derivas que pudessem resultar de uma vitória do candidato da Irmandade Muçulmana.

A Agência *France Press* cita a televisão do Estado para dizer que o Marechal Hussein Tantawi, líder do Conselho Supremo das Forças Armadas, endereçou felicitações ao novo Presidente.

Do lado da candidatura de Ahmed Shafiq era a desilusão total. A *France Press* sublinha que o responsável de comunicação da campanha, Ahmed Baraka, recusou comentar a derrota (Agence France-Press, 2012l). Depois de reclamarem sucessivamente a vitória através dos resultados provisórios e parciais a que iam tendo acesso, os apoiantes de Shafiq enfrentaram o peso da derrota numas eleições que sabiam ser decisivas para o futuro do Egípto.

Nas reacções internacionais à vitória de Mohammed Morsi, uma das primeiras chegou de Teerão. O Ministro dos Negócios Estrangeiros iraniano difundiu um comunicado em que saudou a vitória do candidato da Irmandade, deixou uma palavra de homenagem aos mártires da revolução e declarou confiança no progresso para o qual considerava importante a presença do povo egípcio no xadrez político e social.

Na Faixa de Gaza, como é habitual, os tiros disparados para o ar foram o sinal da festa pela vitória de Morsi. O Primeiro-Ministro do Governo do Hamas, Ismail Haniyeh, fez dois telefonemas de felicitações: a Mohammed Morsi e também ao Guia Supremo da Irmandade Muçulmana, Mohammed Badie. A Agência *France Press* conta que a Praça do Soldado Desconhecido, em Gaza, encheu-se de dezenas de milhares de apoiantes do Hamas e da Jihad Islâmica (Zaanoun e Agret, 2012). “É uma nova era que começa no Egípto. É um retrocesso para o programa de normalização e de cooperação securitária com o inimigo (Israel)” (Zaanoun e Agret 2012), declarou Mahmood Zahar, alto dirigente e ideólogo do Hamas. O movimento islâmico esperava agora um maior apoio à sua causa contra Israel.

Em Ramallah, sede da Autoridade Palestiniana, registou-se uma relativa indiferença, enquanto em Israel a *France Press* registou um “certo fatalismo”. Ramallah enviou felicitações através do negociador Saeb Erekat. De Israel, através de um comunicado do gabinete do Primeiro-Ministro, Benjamin Netanyahu, partiu também uma saudação ao “processo democrático” e ao mesmo tempo o desejo de “prosseguir a cooperação com o Governo egípcio na base do Tratado de Paz” (Agence France-Press 2012n) de 1979.

A Agência *Reuters* conta que Mahmood Abbas endereçou calorosas palavras à Irmandade Muçulmana, apelidando Morsi de uma “escolha do grande povo do Egípto” (Al-Mughrabi, 2012).

No mesmo dia em que foi conhecida a vitória de Mohammed Morsi, todas as principais capitais saudaram o novo presidente egípcio e emitiram palavras de apoio e incentivo.

Os Estados Unidos, através de um comunicado da Casa Branca, apelaram ao novo Presidente do Egípcio para que o país continuasse a ser “um pilar da paz na região” (uma alusão ao Tratado de Paz com Israel) e desafiaram Mohammed Morsi a “num momento histórico tomar as medidas para fazer avançar a união nacional consultando todas as forças políticas para a formação de um novo governo” (Agence France-Press 2012n). O telefone também tocou no Cairo com uma chamada do outro lado do mundo: Barack Obama, presidente norte-americano, quis falar com Mohammed Morsi para “sublinhar o seu interesse em colaborar com o presidente eleito (...) numa base de respeito mútuo, para fazer avançar os numerosos interesses que eram partilhados pelos Estados Unidos e pelo Egípcio” (Agence France-Press, 2012o).

De Londres, partiu também uma saudação ao povo do Egípcio. O chefe da diplomacia britânica, William Hague, em comunicado, referiu, o momento histórico e, tal como os Estados Unidos, disse que “será importante que o novo governo trabalhe em favor da unidade nacional e da reconciliação” (Agence France-Press 2012n).

O Presidente francês, François Hollande, referiu que a França estava pronta a trabalhar com Mohammed Morsi, sublinhando que seria importante continuar o que foi começado em Fevereiro de 2011 (o derrube de Moubarak): “que se estabelecesse no Egípcio um sistema político democrático e pluralista e um Estado de Direito que garantisse as liberdades civis e políticas de todos os cidadãos, minorias incluídas” (Agence France-Press 2012n).

Mohammed Morsi felicitado e encorajado, mas o Egípcio era um país sem Parlamento, sem Constituição com a economia a ruir e com um Presidente sem os maiores poderes que um Presidente pode ter: a chefia das Forças Armadas e uma palavra a dizer sobre o Orçamento do Estado. A tarefa era gigantesca e para além das dificuldades naturais, Morsi teria de enfrentar a hostilidade, já demonstrada, dos militares, e uma oposição que tinha sido derrotada, mas por uma escassa margem, o que lhe dava alguma legitimidade para o combate político. Para além desses factores mais visíveis, Mohammed Morsi teria de enfrentar um aparelho judicial e um sistema (poder económico incluído) que ainda vivia com aqueles que tinham servido Hosni Moubarak. Mas também era verdade que a escolha dos egípcios tinha sido feita: perante a opção revolução/antigo regime os egípcios tinham escolhido a primeira e

perante a opção presidente civil/presidente militar tinham escolhido um presidente civil. Pode dizer-se que as eleições presidenciais encerraram um primeiro ciclo do Egípto pós-Moubarak, no entanto, como fez notar o jornal *El País*, Mohammed Morsi ia ser um “Irmão vigiado” (El País, 2012b).

6. TODO O PODER POLÍTICO NAS MÃOS DA IRMANDADE MUÇULMANA

6.1. PARTIR DO ZERO, CRIAR UMA “NOVA CIVILIZAÇÃO”

Mohammed Morsi, 60 anos, engenheiro, com um doutoramento na Universidade de Carolina do Sul, Estados Unidos, chega à presidência depois de ter sido uma segunda opção da Irmandade Muçulmana, mas não era um novato na política. Tinha sido deputado eleito em 2000 e reeleito em 2005, antes de ser preso durante sete meses por ter participado numa manifestação de apoio aos magistrados reformistas. Em 2011, já a revolta tinha começado, voltou a ser preso durante três dias, em 28 de Janeiro. Foi também militante do Comité de Resistência ao Sionismo, mas a sua actividade mais dedicada foi à Irmandade Muçulmana, fazendo parte do seu núcleo duro e chegando, em 2010, a porta-voz.

No dia seguinte à vitória, Mohammed Morsi fez o seu primeiro discurso à nação (Carbajosa, 2012) e todas as suas palavras foram enquadradas pelo projecto que a Irmandade vinha defendendo e a que dava a designação de “renascer”. Para além de frequentes referências a Alá e ao Corão (pormenores que o *El País* sublinha como fazendo parecer que se estava mais perante um sermão religioso do que perante um discurso presidencial), Morsi tentou desde logo acalmar os mais cépticos e para além da fórmula de ir ser o Presidente de todos os egípcios, proferiu uma comunicação vista como conciliadora e tentou desfazer a ideia de que iria devolver o Egipto à idade média.

“Renascer” era a linha mestra que Mohammed Morsi se propunha seguir: abarcava a sociedade civil, o Estado e o sector privado. Um conjunto de ideias inspiradas no Corão e que se traduziam em políticas concretas. Em declarações ao *El País*, Gehad el Haddad, porta-voz da Irmandade explica que “a ideia é partir do zero. Criar uma nova civilização” (Carbajosa, 2012).

A primeira deslocação oficial de Mohammed Morsi foi anunciada para a Arábia Saudita, a 11 de Julho. Os dois países tinham relações estreitas desde o tempo de Mubarak e, certamente com as dificuldades económicas em agenda, Morsi quis assinalar um bom princípio com o grande e rico país árabe.

Na mesma semana, 14 de Julho, a chefe da diplomacia norte-americana, Hillary Clinton tinha viagem prevista para o Cairo com a transição democrática e o

desenvolvimento económico na agenda. Washington fez saber que Obama e Morsi iriam encontrar-se na Assembleia Geral da ONU, em Setembro.

Mas foi logo a 8 de Julho, com o Secretário de Estado Adjunto norte-americano no Cairo para entregar a Morsi uma mensagem de Barack Obama, que Mohammed Morsi tomou uma decisão que afrontou o poder militar. O Presidente publicou um decreto em que anulava a dissolução do Parlamento e convidada os deputados a reunirem-se na Assembleia e a retomarem as suas funções. O decreto presidencial, segundo a agência de notícias *MENA*, citada pela *France Press* (Salem, 2012), previa também a organização de eleições antecipadas para a Assembleia do Povo, 60 dias depois da aprovação em referendo da nova Constituição.

No mesmo dia, o Conselho Supremo das Forças Armadas respondeu com uma reunião de urgência para analisar a decisão de Mohammed Morsi. O decreto de Morsi acabaria por ser anulado mas estava aberta a “guerra” entre Morsi e os militares. O Presidente eleito usava a legitimidade das urnas para tentar inverter uma ordem legal que os militares, sem ninguém lhe outorgar esse poder, tinham chamado para eles. Falar de legalidade nestes dias que o Egito atravessava era algo absolutamente subjectivo.

Uma segunda afronta aos militares surge em Agosto quando Morsi afastou os chefes militares mais poderosos: Marechal Hussein Tantawi (líder do CSFA e Ministro da Defesa) e Sami Anan (chefe do Estado Maior) e todos os chefes dos ramos das Forças Armadas. Ouvido pelo jornal *Público*, o analista Shadi Hamid, do *Brookings Institution em Doha*, sugeriu que “um volte-face desta natureza só pode evidenciar uma divisão no interior do Conselho Supremo das Forças Armadas – Morsi não afastaria o chefe do Conselho, o todo-poderoso Marechal Hussein Tantawi, sem o apoio de muitos e poderosos militares” (Lorena, 2012e). Uma semana antes, Mohammed Morsi tinha afastado o chefe dos serviços secretos depois de (5 de Agosto) um ataque de combatentes islamistas no Sinai que matou 16 guardas fronteiriços.

Esta decisão de substituir chefias militares foi acompanhada de uma outra: Mohammed Morsi assumiu todos os poderes que a declaração constitucional (também designada de adenda constitucional...) da junta militar lhe retirara no momento das eleições presidenciais. A essa decisão dos militares o jornal *El País*, como já foi referido, apelidou de *Golpe Suave*, agora Mohammed Morsi respondia com um

contragolpe de surpresa, desferido num momento de fragilidade dos militares depois do atentado no Sinai em que morreram 16 guardas fronteiriços. O jornal *Público* chamou-lhe “a desforra dos Irmãos Muçulmanos” (Fernandes, 2012).

Mohammed Morsi não dissolveu o Conselho Supremo das Forças Armadas mas afastou os militares mais poderosos. Cabia ao Presidente da República, por inerência, chefiar o Conselho, o que Morsi pretendia fazer. Para Ministro da Defesa nomeou o General Abdel al-Sissi, antigo chefe das informações militares. Morsi estaria certamente longe de imaginar que acabava de nomear o homem que iria liderar o golpe que o afastaria do poder menos de um ano depois. Al Sissi tinha sido o interlocutor entre militares e islamistas e era um homem que recolhia simpatias em Israel e nos Estados Unidos.

O contra-ataque da Irmandade Muçulmana teve ainda uma outra vertente: a nomeação do juiz Mahmoud Mekki para vice-presidente. Mekki tinha sido o juiz que denunciara a fraude eleitoral nas eleições de 2005. A nomeação de um juiz para vice-presidente tentava também acalmar a oposição do sistema judicial cujos órgãos de topo estavam ainda ocupadas por homens nomeados por Mubarak.

Aparentemente, os militares acataram as decisões de Mohammed Morsi. Apesar do confronto ter sido previsto pela generalidade dos analistas, os militares talvez não esperassem que acontecesse tão cedo e com um tom assim tão determinado. Erro de cálculo, porque Mohammed Morsi ao desferir este contra-ataque e no momento em que o fez tentou precisamente tirar partido da legitimidade ainda recente do voto que os egípcios depositaram nas urnas. Como é que os militares poderiam explicar aos egípcios que não aceitavam as decisões de um presidente democraticamente eleito? Foi a primeira vez na história do Egípto que um civil eleito destituiu militares e para que isso tenha ocorrido de forma aparentemente pacífica talvez tenha contribuído a “óbvia necessidade de rejuvenescer as chefias e abrir oportunidades às novas gerações” (Rodrigues, 2012).

Ainda assim, os militares afastados receberam um forte incentivo ao silêncio como refere Alexandre Reis Rodrigues no *Jornal de Defesa e Relações Internacionais*: “ao aceitarem cargos financeiramente muito atractivos na administração de empresas do Estado (por exemplo, a ‘Suez Canal Authority’ e a ‘Araba Organization for Industrialization’)” (Rodrigues, 2012).

Mas a tarefa de Mohammed Morsi e da Irmandade Muçulmana, para além da questão dos militares na vertente interna, tinha outros desafios não menos importantes na vertente externa. No momento em que os militares egípcios perderam poder, Washington e Telavive sabiam que tinham perdido os mais fiéis aliados. Morsi não hostilizava Estados Unidos nem Israel, mas essa ausência de hostilidade podia apenas ser o reflexo das prioridades da agenda do Presidente. Para além desta questão, a um nível mais regional e de uma outra dimensão, estava também em causa a liderança dos muçulmanos sunitas. Irmandade Muçulmana e Arábia Saudita são rivais nesta matéria. O Qatar também queria ter uma palavra a dizer. E tudo isto podia traduzir-se na luta pela liderança da Universidade de Al-Azhar que envolveria ainda os salafistas egípcios.

O Governo que entretanto entrou em funções, liderado por Hisham Qandil não integrava personalidades laicas.

A voz de um Mohammed Morsi encarnando os grandes problemas do Médio Oriente fez-se ouvir em Nova Iorque, durante a Assembleia Geral da ONU. No seu primeiro discurso, Morsi apelou ao fim da guerra civil na Síria e à renúncia de Bashar al Assad. Apelou também à Turquia, Arábia Saudita e Irão para se juntarem num grupo de contacto para acabarem com o que considerou ser “a catástrofe na Síria”²¹.

Por outro lado, Morsi apelou para que as Nações Unidas reconhecessem o estatuto de Estado aos palestinianos, existisse ou não um acordo de paz com Israel. Nesta questão, muito sensível para o aliado norte-americano e para o vizinho israelita, Mohammed Morsi contrariou claramente a perspectiva norte-americana uma vez que Barack Obama já tinha dito que os Estados Unidos bloqueariam qualquer decisão nesse sentido até que palestinianos e israelitas assinassem um acordo de paz. Morsi afirmou que “os frutos da dignidade e da liberdade não devem permanecer longe do povo palestiniano” (Hurst, 2012), acrescentando ser “vergonhoso” que as resoluções da ONU não sejam aplicadas.

Outro aspecto que gerava expectativa em torno do primeiro discurso de Mohammed Morsi na Assembleia Geral da ONU era a questão da liberdade de expressão. Sobre isso, num momento em que a circulação na Internet do filme “*Innocence of Muslims*” incendiava o mundo islâmico, Morsi afirmou que a liberdade de expressão não

²¹ Por esta altura, as estimativas apontavam para cerca de 30 mil mortos desde que tinham começado as manifestações na Síria, em Março de 2011.

autoriza ataques contra a religião. A Agência *France Press* interpretou a afirmação: “o Presidente Morsi coloca limites religiosos à liberdade de expressão” (Agence France-Press, 2012d).

Em termos internos Mohammed Morsi assinalou os 100 dias de presidência com a assinatura de um decreto em que amnistiou os envolvidos nas manifestações desde o início da revolução até 30 de Junho de 2012. Os termos do decreto não agradaram totalmente à *Human Rights Watch* que alertou para a possibilidade de ficar aberta a porta à arbitrariedade das autoridades para dizerem quem é e quem não é “revolucionário”.

Outro ponto da agenda egípcia era a redacção do projecto de Constituição. Enquanto os órgãos de comunicação social iam dando notícias sobre o que estaria a ser discutido e as propostas que iam sendo debatidas na Assembleia Constituinte, surge a “Coligação para defesa da Sharia”. Esta coligação de salafistas pretendia uma Constituição que incluísse toda a Sharia e pretendia combater o que designava por “perigo secularista” (Aboulenein, 2012).

No dia em que foi apresentada esta coligação foi marcada uma manifestação precisamente para defender a implementação da Lei Islâmica através da Constituição, mas a Irmandade Muçulmana rapidamente se demarcou e disse que não iria participar no protesto.

Ainda sem o projecto de Constituição e perante pressões e entraves vários, Mohammed Morsi decide dar o passo que marcou o fim do período que terá sido o seu “estado de graça”. A 22 de Novembro, decretou que nenhuma instituição do Estado poderia anular as suas decisões. Esta era apenas uma das regras que constavam de um pacote legal que Morsi decidiu decretar. Quatro decretos presidenciais tentavam, de uma vez por todas, sair do emaranhado legal em que se transformara a transição e em que um sector judicial com cúpulas (ainda) afectas a Mubarak utilizava para travar o poder da Irmandade Muçulmana. Assim, o Presidente decretou que nenhuma das suas decisões legais poderia ser revogada por outra instituição do Estado, incluindo o poder judicial; substituiu o Procurador-Geral do Estado, Abdel Mahmud, uma das figuras que ainda restava do tempo de Mubarak, e que era apontado como o grande responsável pela absolvição dos responsáveis policiais acusados da morte de manifestantes aquando da revolta que fez cair Mubarak; decidiu que todas as pessoas absolvidas pelos tribunais nos julgamentos em que eram acusadas da morte

de manifestantes e de abusos cometidos durante os 18 dias de revolução voltariam a ser julgadas (com poucas excepções, os altos responsáveis e oficiais das forças de segurança foram absolvidos por falta de provas); por fim, o Presidente blindou a Assembleia (ameaçada de dissolução – em apreciação no Tribunal Constitucional) e prolongou o prazo para que a Assembleia Constituinte apresentasse um projecto de Constituição. Eram decretos que, segundo o próprio Mohammed Morsi, apenas estariam em vigor até haver uma nova Constituição, mas alguma oposição qualificou-o de “ditador temporário”.

A cartada jogada por Mohammed Morsi configurava um “tudo ou nada” da Irmandade Muçulmana que via o tempo passar e não conseguia fazer avançar o processo de transição, permanentemente enredado e travado por questões legais.

Da mesma forma que Morsi pressentiu o momento ideal para decapitar a cúpula militar (chefias militares diminuídas devido ao incidente no Sinai) também agora o Presidente percebeu que tinha a oportunidade política para mais um passo em frente. Morsi tinha visto subir a sua popularidade face ao êxito diplomático que conseguiu na crise da Faixa de Gaza.

Em meados de Novembro de 2012 registavam-se ataques aéreos israelitas à Faixa de Gaza e o Governo de Telavive chamara trinta mil reservistas. As tropas israelitas colocaram-se junto à fronteira e havia sinais de que poderia avançar uma ofensiva terrestre (uma possível repetição da ofensiva israelita em 2008/2009).

Os Estados Unidos e a Grã-Bretanha acusavam o Hamas de ser o responsável pela escalada de violência; o mundo árabe condenou de forma unânime os ataques israelitas; o Irão e a Conferência Islâmica apelaram à ONU para que fizesse cessar os ataques israelitas.

Perante este cenário, Washington pediu ao Egipto para utilizar a sua influência na região de modo a conseguir uma redução da tensão. Também Tony Blair, enviado especial do Quarteto (ONU, União Europeia, Estados Unidos e Rússia) para o Médio Oriente, considerou que o Egipto poderia desempenhar um papel construtivo na resolução da crise.

Mas o Egipto que, de facto, tinha habitualmente um papel de intermediário entre Israel e o Hamas, desta vez condenou a “agressão” israelita, segundo palavras atribuídas a

Mohammed Morsi. O embaixador egípcio em Israel foi chamado ao Cairo e o Egípto pediu aos Estados Unidos para intervirem junto de Israel para que parassem os ataques aéreos. Mas, sinal maior de que algo tinha mudado, o Egípto decidiu enviar a Gaza o seu Primeiro-Ministro, Hicham Qandil (onde foi recebido pelo Primeiro-Ministro do Governo do Hamas, Ismail Haniyeh) “para exprimir o nosso apoio ao povo palestino e ver quais são as necessidades” (Agence France-Press, 2012e).

As palavras de Mohammed Morsi não deixavam dúvidas quanto à mudança de atitude do Egípto em relação ao conflito israelo-palestino: “os israelitas devem compreender que nós não aceitamos esta agressão e que ela apenas pode conduzir à instabilidade na região” (Bel Aïba, 2012a). Perante estes acontecimentos, Mustapha Kamel al Sayyed, professor de ciência política na Universidade do Cairo, considera que a chamada ao Cairo do embaixador egípcio em Israel, não significa apenas que há uma mudança na política em relação a Israel: “A mudança é que a reacção foi rápida. Antes, demorava tempo e não acontecia antes de algumas pressões” (Bel Aïba, 2012a).

No dia seguinte, simbolicamente à porta de uma mesquita depois de ter feito as orações, Mohammed Morsi foi ainda mais incisivo e considerou os ataques israelitas como “uma agressão flagrante contra a humanidade” (Agence France-Press, 2012s)²² e prometeu que o Egípto “não deixará Gaza sozinha” (Agence France-Press, 2012s)²³, acrescentando: “Digo-lhes em nome de todo o povo egípcio que o Egípto de hoje é diferente do Egípto de ontem, e que os árabes de hoje são diferentes dos árabes de ontem” (Agence France-Press, 2012s)²⁴. Mais uma vez transparece nas palavras de Morsi a ambição de algo mais do que apenas a presidência do Egípto. Por causa da situação em Gaza, o Iraque, a Turquia, o Irão e a Arábia Saudita multiplicavam esforços e Mohammed Morsi precisava de marcar posição. Por esta altura, o Egípto era o local de exílio do líder político do Hamas, Khaled Mechaal.

O cessar-fogo entre Israel e o Hamas foi anunciado no Cairo a 21 de Novembro. Lado a lado, a Secretária de Estado norte-americana e o Ministro dos Negócios Estrangeiros egípcio. O Egípto tinha mudado de atitude em relação ao conflito mas manteve a influência e a capacidade enquanto mediador. Os Estados Unidos não se

²² Agência France Press, *Le président égyptien qualifie les raids israéliens d'agression contre l'humanité*”, Cairo, 16 de Novembro de 2012.

²³ *Idem*

²⁴ *Ibidem*

coibiram de considerar Morsi “construtivo” e “pragmático”, segundo um alto responsável norte-americano (a coberto do anonimato) citado pela Agência *France Press* (Quemener e Biddle, 2012). A Agência conta ainda que Morsi e Obama falaram ao telefone por cinco vezes em dois dias e o mesmo alto responsável norte-americano citado anteriormente acrescenta que “(Morsi) foi verdadeiramente construtivo, ele pretendia conseguir o cessar-fogo e provou ser fundamentalmente pragmático”. A *France Press* conclui que “a crise provou a Washington que Mohammed Morsi, apesar da desconfiança inicial devido às suas raízes na Irmandade Muçulmana (...) poderia ser considerado como um parceiro confiável de Washington, pelo menos pontualmente” (Quemener e Biddle, 2012).

O antigo embaixador norte-americano em Telavive e no Cairo, Daniel Kurtzer, também ouvido pela *France Press* referiu-se à intervenção de Mohammed Morsi: “fez o que tinha de fazer (...) evoluiu de uma forma bastante brilhante” (Quemener e Biddle, 2012).

Na opinião de Raúl M. Braga Pires, “o Egípto, sobretudo Mohammed Morsi, saíram muito bem nesta fotografia (...) já que o cessar-fogo foi conseguido e anunciado no Cairo, onde Hillary Clinton disse a seu lado ‘o novo governo do Egípto está a assumir a responsabilidade e a liderança que há muito faz deste país a pedra angular da estabilidade e da paz regionais’. Não poderia ter corrido melhor (...)” (Pires, 2013, p. 93).

Foi com o lastro deste êxito diplomático que Mohammed Morsi decidiu avançar com um pacote legal que o colocava acima do poder judicial e até mesmo numa posição que nem o próprio Hosni Mubarak obteve em 30 anos de presidência. Muitos escreveram que Morsi tinha ascendido a um patamar em que parecia um “novo faraó”. Mas, se em relação aos militares Morsi conseguiu o que queria, desta vez teve que enfrentar uma forte oposição das outras forças políticas. Com excepção da Irmandade Muçulmana e dos salafistas, a esmagadora maioria das forças políticas saiu à rua para contestar os poderes que Mohammed Morsi atribuiu a si próprio. Cairo, Alexandria, Suez, Port Said foram algumas das cidades em que houve protestos e várias sedes do Partido da Liberdade e da Justiça (braço político da Irmandade Muçulmana) foram atacadas e destruídas. A Praça Tahrir voltou a encher. Algumas figuras da oposição tinham apelado à participação no que designaram como a “marcha de um milhão de homens” para protestarem contra os decretos de Morsi. Era sexta-feira.

A Irmandade Muçulmana respondeu com uma manifestação de apoio a Mohammed Morsi frente ao Palácio Presidencial. Foi aí que Morsi argumentou em defesa da decisão de publicar os polémicos decretos: “Não quero ter todos os poderes... mas se eu ver a minha nação em perigo, eu vou fazê-lo e vou agir. Tenho de o fazer...” (Al Jazeera, 2012). Morsi disse ainda que o objectivo era dar estabilidade social e económica ao Egipto e que isso requeria “livrar-se dos obstáculos do passado” (Al Jazeera, 2012). Uma alusão clara aos centros de decisão ocupados por antigos fiéis de Hosni Mubarak.

Para além da resposta das ruas, um dos centros de decisão (e obstáculos) a que Morsi se referiu quando falou aos apoiantes respondeu quase de imediato. Os juízes do Supremo Tribunal criticaram as opções de Morsi e anunciaram a suspensão dos trabalhos apelando também a uma greve dos juízes e funcionários judiciais.

El Baradei, que tinha sido uma das personalidades a convocar a “marcha de um milhão de homens” apelou à desobediência civil e a protestos pacíficos até que os decretos fossem revogados.

Se os resultados eleitorais tinham evidenciado um Egipto partido ao meio, as decisões de Mohammed Morsi e os protestos que se seguiram tiraram todas as dúvidas. Morsi tinha conseguido unir toda a oposição: liberais e seculares, jovens da Praça Tahrir, com os fiéis do antigo regime e os militares a juntarem-se, fizeram ouvir uma palavra de ordem – “Morsi igual a Mubarak”.

Mohammed el Baradei deu uma entrevista à revista alemã *Der Spiegel*, citada no jornal *Público*: “Ele (Morsi) agarrou o máximo de poder para si próprio. Nem os faraós tinham tanta autoridade, para não falar de Mubarak. Isto é uma catástrofe – é fazer pouco da revolução que o conduziu ao poder e um acto que faz temer o pior” (Barata, 2012).

Como se o Egipto não vivesse já dias suficientemente agitados, um tribunal do Cairo condenou à revelia sete cristãos coptas egípcios a viverem nos Estados Unidos e um pastor norte-americano (Terry Jones) por implicação no filme “A Inocência dos Muçulmanos” que havia pouco tempo tinha incendiado o mundo muçulmano. Sentença: pena de morte!

6.2. A DETERMINAÇÃO DE MOHAMMED MORSI

Perante os protestos de um país em evidente fractura, Mohammed Morsi não recuou. Em finais de Novembro de 2012, a Assembleia Constituinte anunciou que ia dar início à votação do projecto de Constituição que seria posteriormente submetido a referendo. Se tudo corresse bem, tal como Morsi tinha prometido – quando houvesse uma nova Constituição – os decretos polémicos seriam revogados. Morsi repetiu o argumento até à exaustão. Desbloquear a nova Constituição era a chave para que as confusões jurídicas terminassem.

Morsi foi à televisão para uma entrevista onde mais uma vez repetiu que logo que houvesse uma Constituição ele revogaria os decretos que a oposição contestava. Considerou que o Egito vivia um ambiente são em que a oposição podia exprimir as suas ideias e os responsáveis do regime assumiam responsabilidades, mas também deixou um recado: “os partidários do antigo regime infiltram-se nas fileiras dos revolucionários” (Agence France-Press, 2012t)²⁵. Uma explicação para os confrontos que já tinham provocado pelo menos três mortos e centenas de feridos.

A Assembleia (ou Comissão) Constituinte começou a votação dos 234 artigos do projecto da nova Constituição poucos dias antes de 2 de Dezembro – data a partir da qual estava previsto que o Tribunal Constitucional se pronunciasse sobre a legalidade da dita Assembleia. Os trabalhos tinham começado há cerca de seis meses e já eram conhecidos vários rascunhos, mas nada era definitivo.

Uma das questões mais sensíveis era a de saber qual o peso que a *Sharia* (Lei Islâmica) iria ter no texto constitucional. Havia uma diferença que não era apenas semântica e que tinha ocupado grande parte do debate: era preciso decidir se a *Sharia* devia ser a fonte da legislação egípcia ou se os princípios da *Sharia* seriam a principal fonte da legislação. Os salafistas defendiam a primeira possibilidade; a Irmandade Muçulmana talvez também defendesse mas estrategicamente, para não inflamar mais a situação política, não o fez, e as notícias que foram surgindo davam conta que iria ser aprovada a segunda possibilidade. E isso foi confirmado a 29 de Novembro – já madrugada dentro – com a Assembleia Constituinte a terminar as votações e a finalizar o texto que iria ser submetido a referendo. O Artigo 2º acabou por ficar com a mesma redacção da Constituição de 1971: “O Islão é a religião do Estado, o árabe é a

²⁵ Agência France Press, *Egypte: Morsi répète que ses pouvoirs élargis sont temporaires*, Cairo, 29 de Novembro de 2012

sua língua oficial e os princípios da Sharia são a principal fonte de legislação” (González, 2012d).

Os protestos continuaram e para além da contestação aos decretos presidenciais passaram a visar também o projecto de Constituição. Mohammed Morsi voltou a ser acusado de comandar um golpe de estado contra a democracia. Mas as pretensões dos representantes da esquerda, laicos e também dos coptas, não se concretizaram. Tinham abandonado a Assembleia Constituinte na esperança de que isso provocasse a formação de uma nova Assembleia, mas a 3 de Dezembro o Conselho Superior da Justiça aceitou nomear os juizes para supervisionarem o referendo à Constituição. De alguma forma o poder judicial estava a validar a Assembleia Constituinte e a fazer avançar o processo de transição. O referendo foi marcado para 15 de Dezembro mas o Clube dos Juizes (sindicato representativo dos magistrados) anunciou a intenção de boicotar o referendo. Este mesmo clube tinha apelado a uma greve dos juizes para protestar contra os decretos de Mohammed Morsi.

Para além da questão do peso e da influência da *Sharia* na Constituição, a liberdade de imprensa também foi motivo de protestos e greves. A 4 de Dezembro, 12 jornais diários e cinco canais de televisão fizeram greve. O motivo era a restrição à liberdade de imprensa expressa nos artigos 31º e 44º do texto constitucional proposto. Esses dois artigos estabeleciam a proibição de ofensas a pessoas e profetas, o que os jornalistas contestavam e diziam estar em choque com a liberdade de expressão prevista no artigo 45º. Os receios dos jornalistas fundavam-se em detenções feitas já depois de Mohammed Morsi ter chegado à presidência por alegadas ofensas ao Presidente da República.

Outra questão a provocar polémica foi a possibilidade de civis serem julgados em tribunais militares – uma questão que vinha do tempo de Mubarak e que mesmo durante e após a revolta de 2011 nunca foi alterada.

Nas ruas continuavam as manifestações e os confrontos entre apoiantes e adversários de Morsi iam deixando um rasto de sangue. Os adversários tinham mais um argumento: diziam que uma Constituição não tinha sido fruto de consenso e não devia ser referendada.

Os militares tentaram manter-se à margem dos protestos. Avisaram que não iriam permitir que o país entrasse numa situação de caos, mas foram apelando ao diálogo.

Acabou por ser o próprio Presidente, perante o crescendo dos confrontos e da contestação, que acabou por dar ordem ao exército para garantir a segurança até aos resultados do referendo constitucional. Mohammed Morsi publica um decreto determinando que “os oficiais e sargentos das Forças Armadas que participem em missões de preservação da segurança e de protecção de instalações do Estado (...) têm todos os poderes de efectuar prisões” (Bel Aïba, 2012b).

Por estes dias a sensibilidade política de Mohammed Morsi determinou alguns gestos para acalmar a opinião pública que lhe começava a ser adversa. O Presidente recusou uma proposta do Governo para aumentos em alguns produtos do cabaz alimentar e acabou mesmo por retirar os decretos que lhe davam poderes excepcionais.

Mas, em vésperas de um importante referendo, a sociedade egípcia estava polarizada ao limite. De um lado estava a Coligação de Forças Islamistas que tinha como principal actor a Irmandade Muçulmana através do Partido da Liberdade e da Justiça, e os partidos salafistas Al Nour, Al Assala e Al Islah. O Jamaat al Islamiya, grupo que juntamente com a Jihad Islâmica esteve na origem da vaga de atentados nos anos 90, antes de renunciar à violência, também fazia parte desta coligação. E é esta coligação que defende a realização do referendo na data prevista e que faz campanha pelo “Sim” à Constituição.

Em oposição, a Frente de Salvação Nacional, formada no dia em que Mohammed Morsi publicou os decretos que lhe davam um poder quase total no Egipto, que tentou ser uma resposta à maioria da Irmandade e dos Salafistas, constituindo-se como força política que representasse a oposição a uma só voz. Esta Frente, presidida por Mohammed el Baradei, Prémio Nobel da Paz, contava também com Amr Moussa, antigo líder da Liga Árabe e com Hamdeen Sabahi, que tinha recebido quase cinco milhões de votos na primeira volta das eleições presidenciais. A Frente de Salvação Nacional agrupava partidos políticos nacionalistas, laicos, de esquerda, coptas, e o Movimento 6 de Abril que esteve na origem dos protestos que derrubaram Mubarak. O objectivo maior desta força política liderada por El Baradei era tentar anular a marcação do referendo por considerar que o texto do projecto de Constituição abria uma via à islamização e não dava garantias de liberdade.

Na véspera do referendo, a oposição marcou uma marcha de protesto em direcção ao Palácio Presidencial. Os partidários do Presidente marcaram concentração numa mesquita do Cairo. O (novo) Patriarca Copta, Tawadros II, apelou aos egípcios para

irem votar, apesar dos representantes coptas terem abandonado a comissão que redigiu o texto constitucional. Uma última decisão motivada pelo receio de confrontos – na semana que antecedeu o referendo os confrontos provocaram oito mortos – e também para obstar a um eventual boicote dos juizes, determinou que a votação seria feita em dois sábados sucessivos (15 e 22 de Dezembro) e não apenas num dia como estava previsto. Estava tudo em jogo no Egipto: não apenas o texto constitucional mas também a confiança dos egípcios no Presidente da República. A decisão cabia a 51,3 milhões de eleitores inscritos numa população de 83 milhões de pessoas. Cento e vinte mil militares e cento e trinta mil polícias foram chamados para fazer a segurança dos locais de voto (Bel Aïba, 2012b).

Os seiscentos mil emigrantes egípcios votavam em cento e cinquenta representações diplomáticas, uma votação que se prolongava por quatro dias.

6.3. A CONSTITUIÇÃO APROVADA EM REFERENDO

Vejamos então as grandes linhas (Agence France-Press 2012u) do texto que foi aprovado a 30 de Novembro pela Assembleia Constituinte.

6.3.1. INSTITUIÇÕES

O Presidente da República é eleito para um mandato de quatro anos renovável uma vez (Art.º 133). Desaparece a função de vice-presidente. Em caso de impedimento temporário o Presidente é substituído pelo Primeiro-Ministro. Em caso de vacatura da presidência, compete ao Presidente da Assembleia do Povo assumir as funções; os dirigentes do Partido Nacional Democrático (controlado por Moubarak) em funções no momento da revolução ficam impedidos de se apresentar a eleições presidenciais e legislativas durante 10 anos (Art.º 232); o Ministro da Defesa é escolhido entre os militares (Art.º 195). Um Conselho presidido pelo Chefe de Estado, tendo vários ministros e os presidentes das duas Câmaras do Parlamento, mas composto em maioria por militares, discute o orçamento das Forças Armadas e as leis relativas aos militares (Art.º 197).

6.3.2. RELIGIÃO

É retomada a formulação da antiga Constituição em que os princípios da *Sharia* (Lei Islâmica) são a principal fonte da legislação. Fica implícito que a *Sharia* não é a única

fonte do Direito. O Islão é a religião do Estado (Art.º2); fica previsto que as diversas doutrinas sunitas são consideradas como as fontes de interpretação para a *Sharia* (Art.º 219); a liberdade de crença é garantida (Art.º 43) mas o projecto de Constituição não faz referência se é em relação ao Islão e se quanto ao cristianismo e ao judaísmo há alguma garantia da prática de culto por parte do Estado.

6.3.3. DIREITOS

Os civis não podem responder perante a justiça militar, salvo em casos de crimes contra as Forças Armadas (Art.º 198); o texto afirma a igualdade dos cidadãos perante a lei, sem discriminações, mas não refere explicitamente a igualdade entre sexos. Uma disposição que previa que a igualdade entre sexos é coerente com a *Sharia* foi descartada; A liberdade de expressão é protegida, mas os insultos contra as pessoas são interditos (Art.º 31) tal como os insultos contra os profetas (Art.º 44); o Estado protege a moral, os costumes e a ordem pública (Art.º 11); não é permitido ratificar convenções internacionais contrárias à Constituição (Art.º 145).

Estas eram as questões que mais polémica suscitavam na sociedade egípcia. Logo depois do primeiro dia de votações ficou a saber-se que o mais provável era a vitória do “Sim”. Os resultados oficiais conhecidos depois da votação nas regiões administrativas de Cairo, Alexandria e Sinai davam 57% ao “Sim”.

A 25 de Dezembro, o juiz presidente da Comissão Eleitoral anunciou os resultados finais oficiais: o “Sim” obteve 63,8% dos votos, a participação foi de 32,9%.

E esta passou a ser a questão: a fraca participação passou a ser argumento dos que contestavam a Constituição aprovada. Foi aliás o que escreveu o jornal *Al Sharouk* (Guimarães, 2012b): “A batalha do referendo acabou e a guerra sobre a legitimidade da Constituição começou”.

Nas reacções aos resultados do referendo, a Irmandade Muçulmana apelou a um virar de página enquanto o líder da Frente de Salvação Nacional, Mohammed el Baradei, pareceu assumir a derrota e embora considerando que a aprovação da Constituição foi um momento triste para o Egipto disse ao jornal *Al-Sharouk* que estava “pronto a dar a mão ao Presidente Morsi na condição de que ele formasse um Governo (de unidade) nacional e que falasse como Presidente de todos os egípcios” (Guimarães,

2012b). A frente de oposição que tinha tentado boicotar o referendo, falhou. O Egipto tinha agora uma nova Constituição, estava por saber se iria ter estabilidade.

7. QUEDA DA IRMANDADE MUÇULMANA

7.1. DOIS ANOS DEPOIS DA REVOLTA QUE FEZ CAIR HOSNI MOUBARAK

Mais uma vez, à turbulência política e aos confrontos nas ruas, juntou-se uma outra questão com potencial de inflamar ainda mais os apoiantes e os adversários da Irmandade Muçulmana e de Mohammed Morsi: um tribunal de apelo revogou a pena de prisão perpétua com que Hosni Mubarak tinha sido sentenciado. Determinou este tribunal que Mubarak voltasse a ser julgado sem no entanto dar a conhecer os argumentos da decisão nem marcar uma data para o novo julgamento. Mubarak tinha sido considerado culpado (e condenado à morte), tal como o seu Ministro do Interior, da morte de 850 manifestantes durante a revolta de Janeiro e Fevereiro de 2011.

O segundo aniversário da revolução de 2011 coincidiu com uma sexta-feira. No mundo muçulmano, e em particular no mundo árabe, sendo a sexta-feira o dia sagrado, é também o dia das grandes manifestações. Muitas vezes, e em diferentes países, são apelidadas de “dia da raiva” ou, como atrás se referiu, a “marcha de um milhão de homens”.

Em 2013, o aniversário da revolução não fugiu à regra e um pouco por todo o país houve confrontos entre apoiantes e adversários da Irmandade Muçulmana, com a polícia a interpor-se. A agência *Reuters* deu conta de mais de uma centena de feridos. Os argumentos da oposição eram os mesmos: contra um Estado dominado pela Irmandade Muçulmana; contra a Constituição. Mohammed el Baradei, que recentemente tinha prometido dar a mão a Morsi, escrevia no Twitter: “Saíam à rua, vão para as praças, para finalmente serem conseguidos os objectivos da revolução” (Al Jazeera, 2013). “A nossa revolução continua. Rejeitamos o domínio do Estado por qualquer partido. Dizemos ‘não’ ao Estado da Irmandade Muçulmana”, afirmou Hamdeen Sabahi, líder de esquerda, citado pela Agência *Reuters* (Perry e Youssef, 2013).

Num artigo no *Al Ahram*, o líder da Irmandade Muçulmana, Mohammed Badie, desvaloriza o que se passava nas ruas: “As diferenças de opinião e visão que o Egipto está a atravessar é uma característica base das transições das ditaduras para a democracia, e expressa claramente a diversidade da cultura egípcia” (Perry e Youssef, 2013). A Irmandade optou por marcar o dia do aniversário da revolução com uma iniciativa que designou por “Juntos vamos construir o Egipto”, que consistia numa

marcha de caridade social com distribuição de bens aos mais carenciados. Houve grande violência no dia do aniversário e nos dias seguintes. Houve mortos e centenas de feridos.

Mohammed Morsi estava na presidência há quase sete meses. O Egípto vivia em grande instabilidade há dois anos. Para além da crise política, a economia afundava-se e a libra egípcia batia recordes de desvalorização face ao dólar norte-americano.

Não parecia haver legitimidade das urnas que calasse a oposição à Irmandade Muçulmana e o Egípto começava a caminhar para um beco sem saída. Pelo menos uma saída que fosse pacífica e encontrada através da porta do diálogo. Todos os sinais apontavam para um crescer da violência.

No início de Fevereiro de 2013, um édito religioso (“*fatwa*”) apelava à morte de figuras da oposição. Um líder religioso radical, Mahmoud Shaaban, publicou a *fatwa* apelando à morte (Agence France-Press, 2013a) de dirigentes da Frente de Salvação Nacional, a principal coligação de oposição laica. Invocando a *Sharia*, este líder radical mencionou os nomes de Mohammed el Baradei e de Hamdeen Sabahi como alguns dos dirigentes que deveriam ser mortos. Outro líder religioso, Wadji Ghoneim, apelou aos muçulmanos para “matarem os bandidos, criminosos e ladrões que incendiam o país” (Agence France-Press, 2013a). Perante estes factos e apesar da Universidade de Al Azhar alertar para a possibilidade dos éditos religiosos poderem provocar a desordem geral, o governo egípcio decidiu reforçar a segurança junto da residência dos dois dirigentes oposicionistas visados.

E mais uma vez, um novo elemento veio juntar-se à mais do que complexa equação em que se transformara a situação política no Egípto. Desta vez, foram os polícias que anunciaram uma greve. Fartos dos constantes confrontos, pelo menos assim o disseram, e fartos de serem alvo das críticas do governo e da oposição, os polícias ameaçaram com uma greve por tempo indeterminado. “Suspendemos o nosso trabalho por tempo indeterminado e recusamos assumir a responsabilidade dos erros do Governo que nos quer implicar no conflito político” (Salem, 2013), afirmou Hassan Mostafa, coronel da polícia em Port-Said.

Os polícias queriam uma lei que estabelecesse claramente quais os poderes e deveres que deviam observar e pretendiam também equipamento que lhes permitisse enfrentar as manifestações cada vez mais violentas desde Novembro de 2012. O

anúncio da greve foi o culminar de um movimento de protesto no interior das forças policiais a que também acabaram por aderir as Forças da Segurança Central. Já havia registo de recusas desta força de obedecer a algumas ordens. Mas do caderno reivindicativo constava também a demissão do Ministro do Interior. “Continuaremos a nossa greve até que o Governo aceite as nossas reivindicações, nomeadamente manter a polícia afastada da política (...) e demitir o Ministro do Interior” (Salem, 2013), disse o Coronel Mohammed Fawzi, do Quartel-General da Polícia no Cairo, ao jornal *Al Shorouk*. Uma resposta à decisão do Ministro do Interior de substituir o comandante da polícia antimotim (das Forças da Segurança Central).

E é neste clima cada vez mais tenso, já com dissidências públicas no interior das forças de segurança, que surge o mais inesperado dos apelos: a um mês de voltar a ser julgado pela morte de 850 manifestantes durante a revolta de 2011, Hosni Mubarak, faz saber através do advogado que Mohammed Morsi “é o Presidente eleito, o povo deve juntar-se em seu redor” (Agence France Press, 2013b).

Sobretudo no Cairo, os dias continuaram a ser agitados. Começam a suceder-se as greves e as filas para abastecimento de combustível são uma constante na cidade. Os confrontos também se sucedem com a polícia a ser forçada a intervir e, invariavelmente, os manifestantes a acusarem posteriormente as forças de segurança e o Governo de recorrerem aos métodos do tempo de Mubarak. Os líderes da oposição criticam a violência mas responsabilizam o Governo e a polícia. Em Março de 2013, dezenas de sedes da Irmandade Muçulmana são assaltadas e incendiadas.

As dificuldades da economia egípcia tinham colocado a necessidade de um empréstimo do Fundo Monetário Internacional. Mas a instabilidade política não permitia chegar a um consenso político sobre esta matéria, o que era aliás uma exigência do FMI. Em finais de Março de 2013 começa a falar-se de um adiamento das eleições parlamentares que de acordo com o calendário de Morsi deveriam ter lugar em Abril, de modo a haver um Parlamento a funcionar em Julho. Outubro foi o mês que começou a ser sugerido e ao mesmo tempo surge a possibilidade de uma remodelação governamental.

A esta possibilidade de remodelação governamental e a toda a turbulência vivida no Egito, o cientista político Amr al Shobaqi reage dizendo que a maioria da oposição permanece como uma mera voz de protesto contra quem governa: “Quando a Irmandade Muçulmana comete um erro grave, os líderes da oposição conseguem

mobilizar protestos de grande envergadura. Mas sem esses erros cometidos pela Irmandade Muçulmana, os líderes da oposição são incapazes de mobilizar um tão largo número de pessoas que apoiem qualquer uma das suas próprias exigências como estas deviam ser apoiadas” (Ezzat, 2013).

Entretanto o Senado (Câmara Alta) aprovou uma nova Lei Eleitoral e havia a perspectiva de eleições para a Assembleia do Povo (Câmara Baixa) até final de 2013. A par dessa possibilidade continuavam os confrontos e, cada vez mais, os Coptas eram como que arrastados para o mar tumultuoso da política egípcia. Ataques a Igrejas começaram a ser frequentes e o ataque à Catedral Copta no Cairo foi visto como a linha vermelha que tinha sido ultrapassada. A 8 de Abril, aquando das cerimónias religiosas no funeral de quatro jovens coptas, mortos a tiro em Khorous, subúrbios do Cairo, a Catedral foi cercada. Pedras, bombas caseiras e *coktails molotov* obrigaram os cristãos coptas a procurar refúgio nas caves do templo. Os confrontos levaram o Patriarca Copta, Tawadros II, a denunciar publicamente, através de um canal privado (ONTV) de televisão e de que a Rádio Vaticano fez eco, a atitude das autoridades egípcias: “Vejo que o que aconteceu ultrapassou todas as linhas vermelhas. A má gestão, a negligência e a má avaliação estão muito claras na forma de tratar a crise que ocorreu. Este é um assunto que nos causou muita dor” (...) “o que aconteceu ultrapassou todas as linhas de liberdade e chegou a um estado de agressão total” (...) “a Igreja egípcia, um símbolo nacional, nunca havia sido atacada ao longo de dois mil anos e durante períodos bem piores” (Rádio Vaticano, 2013).

Perante estes acontecimentos trocaram-se acusações. A polícia e activistas cristãos acusaram um grupo de desconhecidos de terem agredido os coptas à saída da catedral; o Ministério do Interior acusou alguns coptas de terem danificado veículos nas proximidades da Catedral, o que terá provocado o descontentamento de alguns vizinhos.

Tudo parecia correr mal à Irmandade Muçulmana num momento em que qualquer problema adicional, por pequeno que fosse – e o caso dos coptas não era um problema pequeno – assumia proporções muito maiores.

Na frente interna o Sinai continuava a dar problemas, com o Governo egípcio a ser obrigado a reforçar a segurança para enfrentar ataques cada vez mais frequentes às próprias forças de segurança. O Sinai era crítico para o Egípto devido à fronteira com Israel.

Outro problema foi criado pelo próprio Mohammed Morsi ao nomear Adel al Jayat Governador de Luxor, a cidade mais turística do país. Adel al Jayat era membro da Jamaat al Islamiya, uma formação política que antes de abandonar a via violenta assinou inúmeros atentados durante os anos 80 e 90, nomeadamente um em que morreram 62 pessoas, a maioria turistas estrangeiros, precisamente em Luxor. A decisão provocou um pedido de demissão apresentado pelo Ministro do Turismo (que não se concretizou) e a oposição acusou Morsi de querer controlar tudo. A nomeação de Adel al Jayat (que acabaria por não ficar no cargo) foi feita em conjunto com a de outros 16 governadores de província, numa lista em que constavam sete membros da Irmandade Muçulmana, seis responsáveis das forças de segurança – para as províncias em zonas de fronteira – e três independentes.

A juntar aos problemas internos, Mohammed Morsi foi obrigado a enfrentar um problema externo: a Etiópia estava a avançar com a construção da chamada Barragem do Renascimento, uma obra que pode provocar limitações no caudal do Nilo e na qualidade da água que chega ao Egipto. O presidente egípcio garantiu que o Egipto mantém “todas as opções” (Tecedeiro, 2013) em aberto para contrariar este projecto e lembrou que “a água é um assunto de vida ou de morte para o povo egípcio. É uma questão de segurança nacional” (Tecedeiro, 2013).

É neste clima que a oposição reivindica eleições presidenciais antecipadas e a três dias do primeiro aniversário da presidência de Mohammed Morsi rejeitou uma proposta de diálogo feita pelo Presidente. Estava em marcha a Tamarrod (rebelião) – criada em Abril – uma campanha assim designada que pretendia recolher quinze milhões de assinaturas para exigir a renúncia de Mohammed Morsi.

O Presidente foi à televisão apelar à reforma e ao diálogo, alertando para as divisões que podiam paralisar o Egipto e abrir as portas ao caos. Anunciou também a criação de uma comissão para estudar eventuais alterações à Constituição e convidou a oposição a apresentar propostas. Mas a oposição não se afastou um milímetro dos objectivos que estavam traçados. Mohammed el Baradei, líder da Frente de Salvação Nacional, criticou o discurso presidencial acusando-o de recusar ver a situação difícil do país e de não assumir que, durante um ano de presidência, as políticas de Morsi tinham falhado. “Estamos confiantes, milhões de egípcios vão sair à rua em manifestações pacíficas em todas as praças e ruas do Egipto no domingo 30 de

Junho, para realizar as suas aspirações e recolocar a revolução de 25 de Janeiro nos carris” (Agence France-Press, 2013c), respondeu Mohammed el Baradei.

Em antecipação, a coligação islamista convocou para dia 28 de Junho, sexta-feira, uma manifestação de “duração indeterminada” (Agence France-Press, 2013c) para defender a legitimidade de Morsi, a quem louvavam a tentativa de purificar as instituições que tinham sido sujeitas a décadas de corrupção. Esta aliança de grupos islamistas tinha como palavra de ordem “a legitimidade é uma linha vermelha”.

Estava criado, de novo, um clima político propício a mais violência. O Ministro da Defesa avisou, alguns dias antes, que haveria intervenção dos militares no caso de haver violência nas manifestações. No Cairo, muitas empresas anunciaram que fechariam portas no domingo – primeiro dia de trabalho da semana – e dias seguintes. Muitos egípcios acorreram às caixas de levantamento automático de dinheiro para poderem ficar com liquidez. As estações de combustível tiveram longas filas.

7.2. O DIA DO JULGAMENTO

Os confrontos na semana que antecedeu o aniversário de Morsi na presidência tinham provocado oito mortos e centenas de feridos. O exército e a polícia tinham sido colocados em protecção a instalações consideradas vitais. No Domingo, 30 de Junho, muitos milhares de egípcios voltaram à Praça Tahrir e repetiram o *slogan* que tinha sido utilizado até fazer cair Mubarak: “o povo quer a queda do regime”! As maiores manifestações eram aguardadas para depois das orações do meio-dia e esperava-se que rumassem ao Palácio Presidencial de onde, em antecipação, Mohammed Morsi tinha saído no sábado.

Em oposição, os islamistas estavam concentrados desde sexta-feira no Bairro de *Nasr City*, defendendo a legitimidade do primeiro chefe de Estado democraticamente eleito. Foi esse o mote do apelo de mobilização lançado pelo Partido da Liberdade e da Justiça.

Neste dia, o Tamarrod assegurava ter recolhido 22 milhões de assinaturas (De Roquefeuil, 2013) a pedirem a partida de Mohammed Morsi.

Desta vez, contrariando a ideia de que o movimento islamista estava unido face aos ataques da oposição, o principal partido salafista Al Nour, que obteve 25% dos votos

nas legislativas, recusou participar nas manifestações de apoio a Morsi e apelou ao Presidente para determinar “uma data para as eleições presidenciais antecipadas, um governo neutro de tecnocratas e uma comissão para emendar a Constituição” (González, 2013).

A verdadeira campanha de alarme terá soado quando os Estados Unidos anunciaram a retirada de parte do seu pessoal diplomático e aconselharam os norte-americanos a evitar viagens ao Egito. França e Grã-Bretanha recomendaram cuidado aos seus cidadãos a viverem no Egito. Medidas que sinalizavam a forte possibilidade da situação no Egito vir a agravar-se.

O dia 30 de Junho registou confrontos. O balanço final foi de 16 mortos (8 no Cairo) e um número indeterminado de feridos.

Na segunda-feira, 1 de Julho, a oposição sentiu o crescendo das manifestações e apertou o cerco a Mohammed Morsi: deu-lhe 24 horas para deixar o cargo de Presidente da República. Quatro ministros abandonaram o Governo, entre eles o Ministro do Turismo que já tinha um pedido de demissão pendente.

Na noite de domingo para segunda-feira, a sede da Irmandade Muçulmana no Cairo foi parcialmente incendiada antes de ser ocupada e pilhada.

Através da Internet, o movimento Tamarrod apresentou o ultimato a Mohammed Morsi: “damos a Mohammed Morsi até terça-feira, 2 de Julho às 17 horas, para deixar o poder e permitir às instituições estatais prepararem uma eleição presidencial antecipada” (Zayan, 2013). A alternativa que o movimento Tamarrod apresentava era uma campanha de desobediência civil total. O movimento tinha o apoio de liberais, laicos e personalidades e movimentos de esquerda e apelou ao exército e à polícia para se colocarem ao lado da “vontade popular”. Também o líder de esquerda Hamdeen Sabahi apelou ao exército para agir e fazer respeitar a vontade do povo se Morsi não saísse voluntariamente.

Mas a Irmandade Muçulmana ainda não sentia que houvesse motivos suficientes para que fosse feita a vontade dos opositores e acusou homens armados de terem assaltado a sua sede nacional atravessando o que a Irmandade considerou ser uma linha vermelha de violência. “É muito perigoso para uma sociedade que uma entidade recorra à violência como meio de mudança porque talvez outras entidades façam o

mesmo. A Irmandade Muçulmana é uma organização disciplinada” (Fick e Taylor, 2013), disse o porta-voz da Irmandade, Gehad el Haddad que ainda acrescentou que “as pessoas não vão ficar sentadas em silêncio” (Fick e Taylor, 2013). Palavras ameaçadoras, mas ao mesmo tempo contidas.

Mas estas palavras do porta-voz da Irmandade não produziram efeito. Também na segunda-feira, respondendo aos apelos directos feitos na véspera, as Forças Armadas deram um ultimato a Mohammed Morsi: 48 horas para responder às exigências dos cidadãos – “se isso não acontecer dentro do período determinado, cabe (às Forças Armadas) fazê-lo” (Ferreira e Lorena, 2013), afirmou o General Abel Fatah al Sissi (precisamente o homem que Mohammed Morsi tinha nomeado para Ministro da Defesa quando quis afastar o Marechal Tantawi). Com este ultimato a Praça Tahrir explodiu de alegria e quase que já se celebrava o afastamento de Morsi: “Morsi já não é Presidente, Sissi está connosco”, disse um manifestante citado pelo jornal *Público* (Ferreira e Lorena, 2013).

De facto, aquilo que parecia um ultimato configurava um golpe militar: “às exigências feitas pelos militares (...) tem-se chamado um ultimato. Na verdade, mais correcto seria chamar-lhe um golpe militar, porque o Presidente, como todos sabem, não tem qualquer espaço para negociar o que quer que seja, muito menos em 48 horas. O curioso da situação é o facto de tratar-se de um golpe militar anunciado e com data marcada. Estamos, presentemente, em contagem decrescente” (Rodrigues, 2013), observa Alexandre Reis Rodrigues no *Jornal de Defesa e Relações Internacionais*.

Em termos teóricos a situação política no Egipto é definida por Raúl M. Braga Pires como uma luta entre os partidários de Thomas Hobbes e os de John Locke: “as opiniões dividem-se sobretudo entre ‘hobbesianos absolutistas’ e os ‘lockeianos liberais’” (Pires, 2013, p 157 e 158). Segundo Raúl M. Braga Pires, no texto acima referido, a perspectiva que os islamistas têm da Democracia é simbolizada pelos *hobbesianos* a quem se ouve dizer “ganharam as eleições, têm toda a legitimidade para governar, respeitem-nos e, já agora, aguentem-nos até ao fim. Não era democracia que queriam?”. Quanto à oposição egípcia, segundo Raúl M. Braga Pires, terá uma perspectiva simbolizada por uma atitude *lockeiana* que “para além de defender a separação de poderes (...) também aprofunda conceitos como a sociedade civil e vê nas revoluções um direito desta e, mesmo uma obrigação, sempre que haja uma opinião generalizada sobre a má governação do Soberano”.

7.3. O FIM DO PODER A IRMANDADE MUÇULMANA

Mohammed Morsi era cada vez mais um homem sozinho no poder, depois de quatro ministros se terem demitido na segunda-feira, no dia seguinte demitiu-se o Ministro dos Negócios Estrangeiros.

A Frente de Salvação Nacional faz uma leitura avisada da situação política e expressou confiança nas Forças Armadas embora avisasse que não apoiaria qualquer golpe de estado militar.

Aproveitando a fragilidade de Mohammed Morsi, a justiça aproveitou para reintegrar o Procurador-Geral que tinha sido afastado em Novembro através de um decreto presidencial.

Na Terça-feira, 2 de Julho, Mohammed Morsi teve uma reunião com Abdel Fatah al Sissi, mas manteve o silêncio e não se sabia que resposta teria dado às exigências dos militares. Por esta altura já havia insistentes rumores de que as Forças Armadas tinham preparado um plano para uma nova transição política no Egito.

O grupo Tamarrod também anunciou um plano que passava por uma transição política liderada por Mohammed el Baradei e que previa eleições presidenciais no prazo de seis meses. O mesmo el Baradei assina um artigo na *Foreign Policy* e no jornal *Público* onde critica o governo e a presidência da Irmandade Muçulmana e explica que “o que vemos agora (no Egito) são apenas caras diferentes com a mesma forma de pensar da era Mubarak – só que agora com uma cobertura religiosa para adoçar o bolo” (El Baradei, 2013). El Baradei já via o Egito como “Estado falhado” e pergunta: “até que ponto tudo pode piorar? Há diferentes cenários, claro, se a lei e a ordem continuarem a deteriorar-se. A população agora diz algo que antes seria impensável: querem o exército de volta para estabilizar a situação. Ou podemos ter uma revolta dos pobres que seria feia e furiosa. Há coisa piores do que um Estado falhado e eu temo que o Egito esteja periclitantemente à beira do precipício” (El Baradei, 2013).

Quem estava à beira do precipício era a Irmandade Muçulmana e Mohammed Morsi.

Na cronologia dos acontecimentos (Haddon, Shukrallah, Adel, Al-Tawy, Rashwan e Ali, 2013) publicada pelo jornal *Al Ahram* é citada uma fonte da presidência que disse ao jornal que o Presidente Mohammed Morsi foi informado pelas Forças Armadas às 19 horas de que já não era presidente. Isto é, meia hora depois de ter expirado o

ultimato de 48 horas. Às 21 horas o General Abdel Fatah al Sissi fala ao país através da televisão. Os egípcios puderam ver al Sissi a falar tendo ao lado praticamente toda a oposição aliada com os militares. Mohammed el Baradei, o movimento Tomarrod, os salafistas do Al Nour, e os principais dirigentes religiosos do país – o Patriarca Copta Tawadros II e o Sheik Ahmed el Tayab, grande Imã da Mesquita de Al Azhar – todos juntos por um objectivo: a queda de Morsi e do poder da Irmandade Muçulmana. Durante 10 minutos al Sissi deu conta do que se ia passar a seguir: formar um governo de coligação nacional; suspender a Constituição e criar uma comissão para avaliar emendas à Constituição; até à marcação de eleições presidenciais as competências são atribuídas ao Tribunal Constitucional cujo presidente assumirá interinamente a Presidência da República; envolver todas as forças políticas no debate. Foram estas as grandes linhas comunicadas por al Sissi que reafirmou a intenção dos militares de ficarem fora do jogo político. Al Sissi referiu também que os militares estiveram reunidos com Morsi a 30 de Junho e nessa reunião recusaram fazer qualquer ameaça ao povo egípcio tendo feito várias propostas para resolver a crise política.

Certo é que Morsi não renunciou. Desde logo ficou a saber-se que Mohammed Morsi, Mohammed el Badie (líder espiritual da Irmandade) e Khairat al Shater, entre outros, ficaram proibidos de sair do Egipto. No dia seguinte Mohammed Morsi foi detido preventivamente e o Presidente do Tribunal Constitucional, Adly Mansour, prestou juramento como Presidente interino.

O Egipto tinha chegado a um ponto em que todos os problemas do país eram considerados da responsabilidade da Irmandade Muçulmana, e em particular de Mohammed Morsi. “M. Morsi é acusado de todos os males do país – administrações corruptas, disfunções económicas, tensões confessionais – pelos seus adversários que vêem nele um *apparatchik* islamista inexperiente, procurando colocar os seus partidários em todos os lugares do país e restaurar, através de uma ideologia diferente, o sistema autoritário antigo” (Benhaida, 2013), escreve a Agência *France Press*.

Mas a Irmandade ainda não tinha desistido nem dito a última palavra. Desde logo denunciou que tinha sido instaurado em “Estado policial” como reacção à notícia (falsa) da detenção do Guia Supremo, Mohammed Badie, e do líder do Partido da Liberdade e da Justiça. Quanto ao número 2 da Irmandade, Khairat al Shater, que

tinha tentado a candidatura à Presidência da República, foi emitido um mandado de captura. Aliás, segundo o jornal egípcio *Al Ahram*, existia “um mandado de detenção que visa 300 membros da irmandade Muçulmana” (Agence France-Press, 2013d). Perante este quadro, a Irmandade Muçulmana apelou a manifestações no dia seguinte, sexta-feira.

7.4. O ‘GOLPE’ QUE NÃO FOI ‘GOLPE’...

Da mesma forma que os países ocidentais demoraram a reagir às manifestações que levaram à queda de Hosni Mubarak, também hesitaram e tiveram reacções titubeantes depois de os militares afastarem Mohammed Morsi.

A Agência *France Press* sublinha que “nenhuma grande potência ocidental pronunciou a expressão ‘golpe de Estado’ contra o dirigente islamista eleito democraticamente há um ano, relativamente a um acontecimento que as democracias estariam obrigadas a condenar” (Agence France-Press, 2013e).

Os Estados Unidos assumiram uma profunda inquietação e apelaram aos militares para desenvolverem um processo transparente que levasse a um governo civil democraticamente eleito e o Presidente Barack Obama lembrou que a lei norte-americana não permite apoio a países com autoridades que resultem de um golpe de Estado; a Alemanha disse que se tratava de um grande revés para a democracia no Egípto; a França prometeu fazer tudo para relançar o processo democrático; a Grã-Bretanha disse que não apoiava as intervenções militares num sistema democrático mas acrescentou estar pronta a cooperar com as novas autoridades do Cairo. Das Nações Unidas saiu o apelo do Secretário-geral para que um Governo civil entrasse em funções tão depressa quanto possível e que a solução devia passar pela união de todas as forças políticas.

A estas reacções, sobretudo à de Barack Obama, opõe-se a crítica do jornalista Robert Fisk no jornal *The Independent*: “Pela primeira vez na história do mundo, um golpe não é um golpe. O exército depôs e aprisionou o Presidente eleito democraticamente, suspendeu a Constituição, prendeu os suspeitos do costume, fechou estações de televisão e colocou blindados nas ruas da capital. Mas a palavra ‘golpe’ não saiu dos lábios do abençoado Barack Obama” (Fisk, 2013). Para sublinhar as contradições ocidentais e em especial de Barack Obama, Robert Fisk recorda o discurso de Obama, em 2009, precisamente no Cairo, quando o presidente norte-

americano disse que alguns líderes “apenas defendem a democracia quando estão afastados do poder; mas uma vez no poder, eles são implacáveis a suprimir os direitos dos outros... vocês têm de respeitar os direitos das minorias, e participar com um espírito de tolerância e compromisso; vocês têm de colocar o interesse do povo e o trabalho legítimo do processo político, acima do vosso partido. Sem estes ingredientes, só eleições não fazem uma verdadeira democracia” (Fisk, 2013).

Também a olhar para a mudança de poder no Egipto, Nouredine Jebnoun, não teve dúvidas em qualificar o afastamento de Morsi: “Apenas os que são *naif* ou intelectualmente desonestos podem recusar chamar as coisas pelos seus nomes. É um golpe tal como é ensinado nos livros, independentemente do nome utilizado para legitimar a mudança de regime no Egipto” (Jebnoun, 2013).

Leitura diferente fez Maria João Tomás, Investigadora do Centro de Estudos Internacionais do ISCTE-IUL: “Se a revolta podia ter sido feita usando os mecanismos democráticos, é claro que sim, e essa seria a forma ideal, mas o caos a que o Egipto tinha chegado no último ano também propiciou que acontecesse desta forma. Aliás, as perseguições aleatórias sofridas por quem se atrevia a enfrentar o Governo, deram azo ao método utilizado” (Tomás, 2013).

Mas a *real politik* revelou outras reacções algo surpreendentes em relação à situação no Egipto. A Autoridade Palestiniana felicitou o novo Presidente egípcio – Morsi era próximo do Hamas, que por sua vez estava em conflito com a Fatah que dominava a Autoridade Palestiniana – mas tinha saudado Morsi quando este foi eleito; a Síria (de Bashar al Assad) considerou a mudança egípcia como um grande sucesso; e até o Qatar (um dos principais apoios político e financeiro da Irmandade Muçulmana) felicitou o Presidente interino e disse que continuaria a apoiar o Egipto. Por outro lado, a Turquia considerou a situação inaceitável; a Tunísia alertou para o fosso ideológico entre islamistas e modernistas.

De Israel, o mesmo silêncio inicial que se verificara em 2011 e o argumento de que as mudanças verificadas no Egipto eram assunto interno dos egípcios.

7.5. A ÚLTIMA BATALHA

A Irmandade Muçulmana foi afastada do poder à força, mas não estava disposta a deixar o palco político sem dar luta. Depois de ter sido anunciada a sua prisão, o Guia

Supremo da Irmandade surgiu em público perante os seus apoiantes anunciando que não reconhecia o “golpe de Estado militar”. Mohammed Badie apelou a que os membros e apoiantes da irmandade permanecessem nas ruas e apelou ao exército para não disparar contra o seu próprio povo. Foi na Praça Rabaa al Adawiya, nos subúrbios de Nasr City, no Cairo. Badie avisou: “nós já vencemos um regime militar e nós não o aceitaremos uma vez mais”.

Nessa tarde de 5 de Julho, Sexta-feira, que a Irmandade apelidou de “Sexta-feira da recusa”, muitos milhares de islamistas marcharam em direcção ao edifício da televisão do Estado, a poucos metros da Praça Tahrir, onde já existia uma forte concentração militar.

Enquanto o Presidente interino procedia a uma série de nomeações para cargos até aí ocupados por apoiantes de Mohammed Morsi, adivinhava-se a batalha nas ruas. A Frente de Salvação Nacional também apelou para que os seus apoiantes saíssem à rua. Houve confrontos violentos nos acessos à Praça Tahrir.

Segundo o jornal *Público* (Lorena, 2013a), a Procuradoria, numa aparente tentativa de evitar os confrontos, anunciou a libertação do presidente do Partido da Liberdade e da Justiça e de um adjunto do Guia Supremo. Também o Sheik Ahmed al Tayeb, da Mesquita de Al Azhar – que tinha estado ao lado de Abdel Fatah al Sissi aquando do discurso que anunciou a deposição de Morsi – pediu a libertação de todos os activistas políticos.

No dia seguinte ficou a saber-se que os confrontos da véspera tinham provocado 30 mortos no Cairo e mais de mil e quatrocentos feridos em todo o país.

A convulsão nas ruas era violenta e nos gabinetes reinava alguma confusão. Sábado, 6 de Julho, chegou a estar convocada uma conferência de imprensa para que o Presidente interino anunciasse o nome de Mohammed el Baradei como Primeiro-Ministro. Acabou por ser cancelada com o Presidente a dizer que ainda não tinha tomado uma decisão, mas considerando o nome de el Baradei “o mais lógico” (Vujanovic, 2013). Diz a *France Press* que o partido salafista Al Nour colocou objecções ao nome de El Baradei.

Opositores e apoiantes de Morsi continuavam a fazer engrossar as respectivas concentrações: na Praça Tahrir os opositores; perto da Universidade do Cairo, no bairro de Guizeh, e também junto da Guarda Republicana, os apoiantes de Morsi.

Foi precisamente junto à Guarda Republicana que a Irmandade Muçulmana anunciou a morte de 16 manifestantes, enquanto um comunicado das Forças Armadas dava conta de que “um grupo de terroristas tentou invadir o quartel da Guarda Republicana atacando os militares e a polícia, provocando a morte de um oficial e ferindo vários soldados, seis deles em estado crítico” (Agence France-Press, 2013f).

O número de vítimas começou a aumentar. Os órgãos de informação e as agências internacionais davam sucessivas notícias de confrontos e troca de acusações entre manifestantes e entre manifestantes e Forças de Segurança. A Irmandade Muçulmana acusou o exército e a polícia de utilizarem balas reais e de atacarem os manifestantes num momento de oração. A brutalidade dos confrontos acabou por provocar a primeira fractura na coligação adversária de Morsi levando o partido salafista Al Nour a abandonar as negociações para o cargo de Primeiro-Ministro e a denunciar um “massacre”. El Baradei exige um inquérito para saber por que morreram mais de quatro dezenas de pessoas.

Entretanto, depois de encerradas as televisões afectas à Irmandade Muçulmana, os outros canais omitiam quase na totalidade a informação com origem na Irmandade e a televisão do Estado quase regressava aos dias da revolta de 2011 quando a Praça Tahrir pedia a queda de Moubarak e, à noite, os canais públicos passavam imagens com câmaras fixas num Rio Nilo indiferente à agitação dos homens.

Seis dias depois de Morsi ter sido afastado, o economista Hazem Beblawi foi encarregado de formar um Governo. Ao mesmo tempo, a Irmandade Muçulmana fazia os funerais das dezenas dos seus apoiantes mortos na véspera. Um “massacre” como muitos órgãos de informação trataram o acontecimento.

A 10 de Julho de 2013, primeiro dia do Ramadão, o cerco à Irmandade voltou a apertar. O Procurador-Geral emitiu um mandado de captura contra Mohammed Badie, Guia Supremo da Irmandade Muçulmana. Acusava-o de incitamento à violência. Poucos dias depois, fica a saber-se que o Ministério Público prepara um inquérito contra Morsi, por ter escapado da prisão aquando da revolta de 2011. O argumento é

o de que essa fuga terá tido a colaboração do Hamas e/ou do Hezbollah, e essa colaboração poderá configurar traição.

Mohammed el Baradei é entretanto nomeado Vice-presidente e Nabil Fahmy, antigo embaixador egípcio em Washington é dado como certo na pasta dos negócios estrangeiros, um sinal da importância com que o novo poder olha para os Estados Unidos. E a 16 de Julho é conhecido o Governo interino chefiado por Hazem Beblawi: há 3 Vice-primeiros-ministros e 30 ministros, com a particularidade de Abdel Fatah al Sissi (que liderou o golpe) manter a pasta da Defesa e haver 5 ministros do anterior Governo (Interior, Turismo, Produção Militar, Electricidade e Comunicações). Desde logo a Irmandade Muçulmana disse não reconhecer o novo Governo.

A determinação do novo poder no Egipto fica demonstrada quando a Alta Representante da União Europeia para a Política Externa, Catherine Ashton, visitou o Cairo e não lhe foi permitido encontrar-se com Mohammed Morsi. “Penso que ele deveria ser libertado, mas assegurei-me que está bem” (Agence France-Press, 2013g), afirmou a chefe da diplomacia europeia, depois de ter mantido encontros com o Presidente interino, com o Primeiro-Ministro e também com o novo “homem forte do Egipto”, o General al Sissi. Estados Unidos e Alemanha também já tinham pedido a libertação de Morsi.

Apesar dos passos para um regresso a uma aparente normalidade, a violência continuou.

A Irmandade Muçulmana mantinha a mobilização recusando aceitar o novo Governo e defendendo a legitimidade e o regresso de Mohammed Morsi à Presidência. Já tinham sido feitos vários avisos a partir de diferentes origens sobre a possibilidade do Egipto resvalar para uma guerra civil. Na quarta-feira, 25 de Julho, durante uma cerimónia militar, o General Abdel Fatah al Sissi pediu apoio popular para acabar com os protestos: “Apelo a todos os egípcios honestos que desçam à rua na sexta-feira para me darem um mandato para acabar com a violência e o terrorismo” (Agence France-Press, 2013h). A este apelo respondeu a Irmandade dizendo que era “um apelo explícito à guerra civil” (Agence France-Press, 2013h). Mohammed Badie, Guia Supremo da Irmandade, tinha também feito um apelo para manifestações pacíficas que deviam ter lugar em 30 Mesquitas do Cairo e noutras cidades do país.

A tensão aumentou quando foi conhecido um comunicado atribuído aos militares em que davam 48 horas para que houvesse um regresso à normalidade e que depois das manifestações de sexta-feira (que tinham sido pedidas por al Sissi) as Forças Armadas mudariam de estratégia. Um porta-voz militar disse que o apelo do General Al Sissi, não era nada contra a Irmandade Muçulmana mas apenas contra aqueles que praticassem actos violentos.

A escalada de violência parecia inevitável e o líder da Irmandade radicalizou o discurso dizendo que o afastamento de Morsi foi algo pior do que destruir a *Caaba* – o lugar mais sagrado do Islão, em Meca.

É assim que depois das manifestações dos que responderam ao apelo de Al Sissi e dos apoiantes de Morsi, sucede-se uma violenta carga contra os apoiantes de Morsi concentrados junto à Mesquita Rabaa al Adawiya que provocou cerca de 80 mortos. Essa violência não desmobilizou a Irmandade que resistiu e voltou a convocar uma marcha. Ergueram-se barricadas para proteger o acampamento junto à Mesquita. O Governo lançou novos avisos de que não ia abrandar no que dizia ser a luta contra o “terrorismo”. O porta-voz da Irmandade, Gehad el Haddad, contrapunha que “os cidadãos estão a reconhecer a tirania e o perigo a longo prazo do golpe militar” (Guimarães, 2013).

A violência foi tal que o próprio Vice-Primeiro-Ministro, Ziad Bahaa el Din disse que “o Governo interino não devia imitar ‘as políticas opressivas’ dos seus inimigos” (Guimarães, 2013).

O braço-de-ferro entre Irmandade Muçulmana e o novo poder desencadeou uma corrida de políticos estrangeiros ao Cairo. Depois de Catherine Ashton, que finalmente conseguiu falar com Mohammed Morsi, outros políticos estiveram no Egípto na tentativa de mediar uma solução.

A Irmandade Muçulmana que mantinha dois acampamentos permanentes em Rabaa al Adawiya e em al Nada, recusou todos os ultimatos feitos pelo Governo e acusou os enviados estrangeiros de estarem no Cairo apenas para pressionarem a Irmandade a ceder às exigências do Governo.

As tentativas internacionais de mediação fracassaram e o Primeiro-Ministro, Hazem Beblawi, foi à televisão ler um comunicado em que anunciava que o Governo não

voltaria atrás na decisão de dispersar os acampamentos dos apoiantes de Mohammed Morsi. Beblawi voltou a apelar para que os acampamentos fossem desmontados e afirmou que a polícia tinha luz verde do Governo para intervir e que só ainda não o tinha feito por respeito ao mês sagrado do Ramadão. O Ramadão estava a terminar.

Uma semana depois, 14 de Agosto, sem que nenhuma das partes desse sinal de alterar atitudes, o dia amanheceu com os apoiantes de Mohammed Morsi acampados há seis semanas no Cairo (acampamentos começaram ainda Morsi estava na Presidência) a verem o exército avançar com tanques de guerra a disparar e as escavadoras a levarem tudo à frente junto à Mesquita de Rabaa al Adawiya. Os apoiantes de Morsi resistiram o que é possível resistir perante uma força militar e confirmaram o que tinham prometido: estavam dispostos a morrer por uma causa. A Irmandade Muçulmana denunciou um “massacre” e falou em mais de dois mil mortos; o Ministério da Saúde confirmou 278 mortos, incluindo 43 polícias. O sangue nas ruas não deixa dúvidas relativamente à violência do confronto. Horas depois, o exército aplicava estratégia semelhante no outro grande acampamento da Praça al Nada, junto à Universidade do Cairo. Foi de novo instaurado o Estado de Emergência. O Cairo e outras cidades mergulhavam em confrontos que arrastavam o país para o caos. Os relatos dos jornalistas no Cairo davam conta de militares a dispararem contra manifestantes que apenas respondiam com pedras e *cocktails molotov*. O Nobel da Paz, Mohammed el Baradei demitiu-se do Governo por não querer assumir responsabilidade na violência do exército e por temer as consequências. O Mundo expressava grande preocupação e os Estados Unidos, por uma vez, não pouparam nas palavras, condenando a violência do exército e insurgiram-se contra a imposição do Estado de Emergência. A Arábia Saudita foi a excepção e elogiou a actuação do exército contra o “terrorismo”.

Mas se a violência do novo Governo era implacável e surda a todos os apelos, a Irmandade Muçulmana encontrava nos mártires da batalha mais um motivo para não desistir. Novas manifestações foram convocadas e mais uma “sexta-feira de raiva” terminou num banho de sangue depois das orações do meio-dia. O balanço oficial de vítimas de apenas 3 dias (de 14 a 16 de Agosto) já ultrapassava os 750 mortos. A 17 de Agosto as forças de segurança entraram na Mesquita de Al Fatah e expulsaram a tiro a multidão que lá estava. Mais violência justificava mais violência do Governo e mais resistência dos islamistas. Começa a falar-se da possibilidade do Governo ilegalizar a Irmandade Muçulmana. Há centenas de detidos em operações que

visaram a Irmandade Muçulmana. O secretário-geral da Amnistia Internacional, Salil Shetty, adverte que “no Egipto estão a cometer-se claras violações da lei internacional no que pode ser descrito como uma carnificina total” (Lorena, 2013b) e acrescenta que “o Governo interino marcou a sua actuação em termos de direitos humanos ao não respeitar a promessa de não usar armas letais para dispersar os manifestantes pró-Morsi” (Lorena, 2013b). Um ano depois destes acontecimentos, a *Human Rights Watch* denunciou crimes contra a humanidade cometidos na operação contra os apoiantes de Morsi, revelando que a 14 de Agosto morreram pelo menos mil cento e cinquenta pessoas. Num relatório (HRW, 2014) intitulado “Tudo de Acordo com o Plano”, a HRW concluiu que os militares agiram de acordo com um plano e de forma sistemática e intencional. O mesmo relatório confirma que os manifestantes também dispararam matando pelo menos oito polícias, mas argumenta que isso não pode justificar os ataques que considera desproporcionados contra uma maioria de manifestantes pacíficos.

Com a detenção dos principais líderes da Irmandade (entre eles o Líder espiritual Mohammed Badie) e os que sobravam em fuga, os apoiantes de Morsi ainda tentaram convocar manifestações mas não conseguiram voltar a reunir as multidões que em dias anteriores se tinham mantido a pé firme frente à violência governamental.

No mês seguinte, a justiça proibiu a actividade da Irmandade Muçulmana que acabaria por ser ilegalizada e colocada na lista de organizações terroristas. A perseguição continuaria nos meses seguintes com mais prisões e mais mortos.

A marcar estes dias e este evidente fim de ciclo, não deixa de ser irónico que um Tribunal egípcio tenha anunciado a libertação de Hosni Mubarak por considerar que já tinha passado demasiado tempo em prisão preventiva. Foi libertado a 21 de Agosto embora sujeito a uma liberdade condicionada por estar ainda a ser alvo de vários processos. Em contraponto, centenas de membros da Irmandade Muçulmana foram julgados em processos sumários e condenados à morte.

Por agora, à Irmandade Muçulmana resta reaprender a viver na clandestinidade.

8. CONCLUSÃO

Um dos problemas – ou virtudes, ficará sempre a dúvida – foi a oposição não ter uma ou mais personalidades que imediatamente se apresentassem como candidatos fortes e reconhecidos para suceder a Hosni Mubarak. Havia alguns nomes é certo, mas estávamos perante uma oposição claramente dividida que apenas convergia na vontade de fazer Mubarak cair. A longevidade de Hosni Mubarak no poder acabou por envolver de alguma forma mesmo aqueles que se lhe opunham em termos ideológicos e que até tinham manifestado abertamente essa discordância. Por outro lado, as figuras que poderiam dar garantias ao Ocidente não davam garantias à chamada “rua-árabe”. Força organizada quando o Egípto “explodiu” em Janeiro/Fevereiro de 2011, havia apenas uma, de que o Ocidente à partida desconfiava: a Irmandade Muçulmana, da qual nasceria o Partido da Liberdade e da Justiça.

Também os militares, coluna vertebral do regime, mas que já consideravam chegada a hora de Mubarak partir, não tinham um candidato natural, um candidato que recolhesse a legitimidade dada pela “caserna” sem que essa legitimidade resultasse apenas do posto hierárquico de um eventual candidato. A tentativa de manter o regime com a nomeação de Omar Suleiman, um militar, não resultou. A grande massa popular queria ver Mubarak cair e até os militares perceberam que travar essa intenção à força teria um preço altíssimo com consequências imprevisíveis. Mubarak caiu, o regime tremeu, mas o essencial continuou de pé e os militares souberam ler o complexo quadro político que tinham pela frente. E esperaram. Deixaram que a massa popular, homogénea na exigência do afastamento de Mubarak, se dividisse e confrontasse. Eles sabiam que um povo farto de estar calado à força passaria inevitavelmente da polifonia contra Mubarak para as desavenças naturais em política. E sabiam que uma revolução tem sempre altos e baixos, recuos e avanços. Aos militares bastaria continuarem firmes para no final se poderem apresentar como a única instituição que podia salvar o Egípto do caos. Revistos os acontecimentos, parece ter sido essa a atitude definida, desde o início, pelos militares.

Da mesma forma que a Irmandade Muçulmana se aliou pontual e estrategicamente aos militares, para depois de vencer as eleições mudar de atitude, os militares anuíram ao caminho das eleições e do referendo à Constituição – que até lhes dava mais poderes – para depois acabarem por depor Mohammed Morsi.

Com a possibilidade de conhecer todos os acontecimentos até à chegada do General Abdel Fattah al Sissi ao poder, fica a forte convicção de que os militares nunca pensaram em abdicar do poder, nomeadamente do poder económico que o poder político lhes proporciona.

Na Revista *The Middle East*, Cam McGrath escreve que “a revolta popular que derrubou Mubarak terminou com todos os cenários de sucessão e deixou os generais ao comando da economia nacional” (McGrath, 2012). O autor do artigo explica que “os detalhes das actividades comerciais dos militares estão envolvidos em segredo embora as estimativas coloquem a sua participação na economia entre 10 e 40% do PIB” (McGrath, 2012). Neste artigo em *The Middle East* é ainda referido que os militares, através do Ministério da Produção Militar, controlam um vasto número de empresas que não produzem apenas equipamento ou acessórios militares, mas estendem a sua acção a outros bens de consumo como água engarrafada, azeite e electricidade.

Para além da questão militar propriamente dita e a importância geoestratégica do Egipto, os interesses dos militares dificilmente permitiriam que alguém interferisse nesse poder que detinham e limitaram-se a aproveitar a oportunidade que o confronto político lhes proporcionou.

Para o professor Mostafa Zekri esta oportunidade surgiu no momento em que “o povo egípcio ficou dividido em relação à aprovação da política de Morsi e do seu Governo, quer a nível interno quer a nível externo. Houve as condições favoráveis para a queda de Morsi considerando o descontentamento de quase metade da população egípcia activa (cristãos e muçulmanos). No momento em que não existe uma alternativa política – no sentido de haver partidos políticos estruturados e preparados para governar – os militares são a alternativa imediata tendo em conta o seu histórico e experiência de poder no Egipto” (Zekri, 2014).

A necessidade de uma alternativa após o acumular de instabilidade, que pode levar grande parte da população a preferir estabilidade e segurança em detrimento dos ideais de revoluções que derrubam ditadores, é o que leva Robert Fisk a dizer: “se eu fosse um árabe, neste momento, em qualquer um desses países, pergunto-me se não teria preferido que as revoluções não tivessem acontecido” (Fisk, 2014). Relativamente à queda de Mohammed Morsi, no Egipto, Robert Fisk considera naturais os erros cometidos: “Penso que qualquer partido político sem experiência de

partilha do poder ou de governação teria de cometer erros catastróficos, como aconteceu com o regime de Morsi (...) (Fisk, 2014).

Raúl M. Braga Pires acrescenta um dado para explicar a queda de Mohammed Morsi e da Irmandade Muçulmana: “Israel está metido nisto até às orelhas” (Pires, 2013). Braga Pires lembra que a Irmandade Muçulmana tinha dito que o Tratado de Paz com Israel era para rasgar e que Mohammed Morsi logo que chegou à presidência tentou uma aproximação ao Oriente, nomeadamente à China, com passagem por Teerão. Braga Pires, formula esta convicção na renegociação dos Acordos de Camp David que, afirma, os próprios israelitas queriam fazer ainda em tempo de Mubarak: “ (...) curiosamente eram os próprios israelitas que queriam renegociar, e ainda querem, não para terem mais poder mas para pedirem mais tropas egípcias para o Sinai, para controlarem os beduínos e as infiltrações do Hamas em Gaza” (Pires, 2013). A Faixa de Gaza e o Sinai são questões fulcrais para a segurança de Israel.

Quanto aos erros cometidos pela Irmandade Muçulmana que a levaram a perder o poder, Adel Sidras considera que foram provocados por falta de experiência de poder e porque a Irmandade não estava preparada para governar: “ (...) actuou como uma seita. Uma seita intolerante em relação a toda e qualquer outra perspectiva” (Sidarus, 2014).

Muito antes de se saber que a Irmandade Muçulmana ia apresentar um candidato presidencial – disse inicialmente que não o faria – já Tariq Ramadan, professor de Estudos Islâmicos Contemporâneos na Universidade de Oxford, avisava: “Vai ser muito difícil para os Estados Unidos e Israel aceitarem um Egipto governado pela Irmandade Muçulmana, uma organização cuja ideologia em relação ao conflito israelo-palestiniano é partilhada com o Hamas. Temos de ter isto em conta para perceber por que é que não sabemos o que vai acontecer. No Egipto, duvido que cheguemos a ter um processo revolucionário genuíno e completo” (Lorena, 2012d). Tariq Ramadan estava certo e acaba também por aceitar que a saída de Morsi e da Irmandade é algo que agrada a Israel.

A questão que se coloca é a de saber se Mohammed Morsi poderia ter agido de outra forma perante os inúmeros problemas e perante as enormes expectativas criadas após décadas de ditadura. A Irmandade Muçulmana e Mohammed Morsi receberam um país ansioso de mudanças, mas sobretudo de resultados práticos. Desde o início que um vazio legal provocado pela suspensão da Constituição provocou demasiados

problemas jurídicos que tropeçaram invariavelmente em tribunais ainda dominados por juizes nomeados no tempo de Mubarak. Depois, a economia quase bateu no fundo agravando a vida de grande parte da população em situação de pobreza e desemprego. Como se não fosse suficiente, a oposição agitou permanentemente o “papão” do islamismo e a insegurança. Foi neste “caldeirão” que a violência alastrou dando aos militares o argumento de que precisavam para tomarem o poder.

A revolta no Egipto evoluiu de forma substancialmente diferente do que aconteceu na Líbia, do que está a acontecer na Síria e também na Tunísia. Desde logo na Tunísia, o partido islamista Ennahda venceu as primeiras eleições livres, chegou a ser governo, mas acabou por aceitar a nomeação de um governo com uma maioria de independentes embora liderado por um político do Ennahda. A Constituição demorou dois anos a ser redigida e foi aprovada em Janeiro de 2014. É certo que houve violência. Houve confrontos, foram assassinados alguns dirigentes políticos, morreram elementos das forças de segurança, houve atentados atribuídos aos fundamentalistas islâmicos, mas a Tunísia nunca atravessou a linha vermelha e nunca entrou num clima de violência generalizada. Talvez pela recordação da dramática guerra civil que puderam ver durante vários anos na vizinha Argélia, os tunisinos souberam evitar um caminho que não permitisse voltar atrás.

Alguns analistas consideram que a chamada Primavera Árabe terá começado na Tunísia porque era o país com maior ligação económica à Europa e terá sido a crise financeira ao reflectir-se na economia tunisina que espoletou a revolta. Independentemente da consistência dessa análise, a Europa teve um papel importante no período de transição e no apoio que deu à organização das instituições e até relativamente à construção da nova Constituição, que aliás a União Europeia felicitou a aprovação. Embora com tropeções a Tunísia parece ter sido até agora o único país em que a revolta deu origem a uma revolução.

Na Líbia, tudo foi diferente, para pior. O regime ao sentir-se acossado reagiu violentamente. A guerra civil até à captura e morte de Moamar Kadafi mergulhou o país no caos e deu origem à formação de milícias que posteriormente teimam em não entregar as armas tentando controlar território e zonas petrolíferas. As características tribais do país e a localização das riquezas petrolíferas contribuíram para a divisão da Líbia.

O grande problema da Líbia é ter de conseguir renascer após o colapso de um regime completamente dependente do antigo líder. A Líbia não tinha uma sociedade civil estruturada e as verdadeiras forças militares eram as brigadas dirigidas pelos filhos e pelos mais próximos de Kadhafi maioritariamente constituídas por mercenários. Após a queda do regime as Forças Armadas eclipsaram-se e o país ficou num ponto-zero, agravado pela infiltração de islamistas da região do Sahel através das fronteiras porosas do país. Ao contrário da Tunísia, um pequeno território, a Líbia tem um imenso espaço que torna o controlo mais difícil e tem grandes riquezas petrolíferas que dão azo a influências externas.

A Síria é, em termos geoestratégicos, o país que pode ter uma importância semelhante ao Egito. Não tem um Canal do Suez, mas tem uma fronteira com Israel e é vital para que o chamado eixo xiita não seja descontinuado. O Irão pretende manter esse eixo que começa em Teerão, passa pelo governo xiita do Iraque, passa por Bashar al Assad na Síria e termina no Mediterrâneo valendo-se do poder do Hezbollah no Líbano. Em termos geoestratégicos há também os interesses da Rússia devido ao porto de Tartus onde a Rússia tem a única base naval no Mar Mediterrâneo. A Síria é dominada por uma minoria xiita alawita a que pertence Bashar al Assad e foi o descontentamento sunita relativamente a esse domínio por parte dos xiitas que esteve na origem da revolta. Decorridos mais de três anos de guerra civil em que também são parte as forças islamistas mais radicais, a Síria está parcialmente destruída e ainda não é líquido que Bashar al Assad abandone o poder. Também na Síria a Primavera Árabe está num impasse.

Com excepção da Tunísia, talvez por ser o país mais pequeno, com fronteiras mais controláveis e porque em termos geoestratégicos não é relevante, os outros países como o Egito, Líbia e Síria tiveram nesta mais-valia um obstáculo a uma transição das ditaduras que os conduzisse, de forma mais ou menos tranquila, a regimes com mais liberdade, mais justiça social e até mais democracia.

Relativamente ao Egito, falta agora saber quanto tempo vai subsistir a solução encontrada. Pensar que a Irmandade Muçulmana que ajudou Gamal Abd el Nasser a chegar ao poder, mas que depois o contestou; que contestou Anwar el Sadat por causa dos Acordos de Camp David e do Tratado de Paz com Israel e que teve oficiais seus no assassinio do próprio Sadat; que foi oposição forte a Hosni Mubarak; que resistiu a longos períodos de clandestinidade; que teve inúmeros membros presos,

torturados e mortos; pensar que a Irmandade Muçulmana não vai insistir no caminho traçado afigura-se um erro crasso que pode arrastar o Egipto para momentos muito mais complicados do que aqueles que foram vividos no Verão de 2013.

O professor de islamologia, Mathieu Guidère, lembra que “ (...) o poder nos países árabes deve ser analisado em termos de relações de forças e de fidelidade, mais do que em termos políticos e institucionais” (Guidère, 2012, p. 44). Estas forças a que se refere Guidère são a tribo, o exército e a mesquita. “Regra geral, existem duas forças dominantes que se confrontam abertamente ou subterraneamente num dado momento, enquanto uma terceira força dominada ou latente espera o desfecho da confrontação para reaparecer à superfície da história nacional ou regional. Raros são os países árabes que escapam a esta grelha de leitura interna. Hoje, a chave do poder está nas mãos de uma ou de outra destas forças: nas tribos, nos militares ou nos islamistas” (Guidère, 2012, p. 47), acrescenta Mathieu Guidère.

No Egipto o poder está nas mãos dos militares após três anos de vibrante actividade política, de apaixonante debate e de violentos confrontos. O povo egípcio recebeu a liberdade de braços abertos e quando foi chamado a votar decidiu o que achou melhor em função do contexto que vivia. Iniciou uma aprendizagem dolorosa da democracia e não teve tempo para colher os frutos de uma revolta que pagou de uma forma igualmente dolorosa. Não é arriscado dizer que os egípcios fizeram duas revoluções e perderam as duas. Revoltaram-se para fazer cair Hosni Mubarak e voltaram a fazê-lo para provocar a queda de Mohammed Morsi. Mas se no primeiro caso havia uma experiência de décadas que não permitia dúvidas quanto às características do regime, no segundo caso havia apenas o receio de que as políticas da Irmandade Muçulmana conduzissem o Egipto a uma islamização que uma parte substancial da sociedade egípcia deu sinais claros de rejeitar.

O ainda pouco distanciamento em relação aos acontecimentos e porventura alguns factos ainda desconhecidos não permitem afirmar com rigor de que seria esse o caminho – o da islamização da sociedade egípcia – mas há a certeza, pela Constituição então aprovada, de que a *Sharia* não era a única fonte de legislação, algo que a Irmandade Muçulmana facilmente teria conseguido se assim quisesse.

Não parece desajustado pensar que o período entre a queda de Mubarak e o regresso dos militares ao poder foi apenas o primeiro *round* num percurso que muito provavelmente será retomado: o da luta pela liberdade, pela dignidade e por mais

justiça. A Irmandade Muçulmana foi fortemente abalada depois de um tempo de poder efémero, mas é inevitável que tenha uma palavra a dizer sobre o futuro do Egipto.

REFERÊNCIAS

- ABIDI, Hasni (2011) - Le Manifeste des Arabes. Paris : Éditions Encre D'Orient.
- ABOULENEIN, Ahmed (2012) - Shari'a Friday just the beginning. Daily News Egypt [Em linha]. (7 Nov. 2012). [Consult. 12 Jun. 2014]. Disponível em <URL:<http://www.dailynewsegyp.com/2012/11/07/coalition-for-defence-of-sharia-friday-just-the-beginning>>
- AFONSO, Maria Rosa (2007) - Educação para a cidadania, guia de educação para a cidadania em contexto escolar... boas práticas. Lisboa: Ministério da Educação – Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular.
- AGENCE FRANCE-PRESS (2011a) – L’Egypte autorise navires de guerre iraniens à passer canal de Suez. Cairo: Agence France-Press (18 Fev. 2011).
- AGENCE FRANCE-PRESS (2011b) – Après la Ligue arabe, Amr Moussa vise la présidence égyptienne. Cairo: Agence France-Press (15 Mai. 2011).
- AGENCE FRANCE-PRESS (2011c) – Un vice-président chrétien pour le parti issu des Frères musulmans. Cairo: Agence France-Press (18 Mai. 2011).
- AGENCE FRANCE-PRESS (2011d) – Les Frères musulmans égyptiens, de l’illégalité au dialogue avec le pouvoir. Cairo: Agence France-Press (22 Nov. 2011).
- AGENCE FRANCE-PRESS (2011e) – Les Egyptiens aux urnes pour élire les premiers députés de l’après Moubarak. Cairo: Agence France-Press (28 Nov. 2011).
- AGENCE FRANCE-PRESS (2012) - Egypte: le Frère musulman Mohammed Morsi élu président de l’Egypte. Cairo: Agence France-Press (24 Jun. 2012).
- AGENCE FRANCE-PRESS (2012a) – Un candidat à la présidence de l’Egypte qualifie Israel d’Etat ‘racist’. Cairo: Agence France-Press (13 Mai. 2012).
- AGENCE FRANCE-PRESS (2012b) - Présidentielle en Egypte: parties et jeunes veulent la suspension du 2e tour. Cairo: Agence France-Press. (4 Jun. 2012).
- AGENCE FRANCE-PRESS (2012c) – Egypte: un candidat dit avoir abattu 2 avions israéliens pendant la guerre. Cairo: Agence France-Press (13 Mai. 2012).

AGENCE FRANCE-PRESS (2012d) – Egypte: le président Morsi pose des limites religieuses à la liberté d'expression. Nations Unies: Agence France-Press (26 Set. 2012).

AGENCE FRANCE-PRESS (2012e) - Gaza: Washington e Londres soutiennent Israël, réaction d'«disproportionnée» pour Moscou. Paris: Agence France-Press. (15 Nov. 2012).

AGENCE FRANCE-PRESS (2012n) - Washington et des pays du PO saluent l'élection de M. Morsi en Egypte. Paris: Agence France-Press (24 Jun. 2012).

AGENCE FRANCE-PRESS (2012o) - Obama rencontrera le nouveau président égyptien Morsi en septembre. Washington: Agence France-Press. (8 Jul. 2012).

AGENCE FRANCE-PRESS (2012s) – Le président égyptien qualifie les raids israéliens d'«agression contre l'humanité». Cairo: Agence France-Press (16 Nov. 2012).

AGENCE FRANCE-PRESS (2012t) – Egypte: Morsi répète que ses pouvoirs élargis sont temporaires. Cairo: Agence France-Press (29 Nov. 2012).

AGENCE FRANCE-PRESS (2012u) - Le projet de Constitution égyptienne. Cairo: Agence France-Press (14 Dez. 2012).

AGENCE FRANCE-PRESS (2013a) – Sécurité renforcée pour des opposants égyptiens après des menaces. Cairo: Agence France-Press (7 Fev. 2013).

AGENCE FRANCE-PRESS (2013b) – Moubarak veut que les Egyptiens soutiennent Morsi. Cairo: AgENCE France Press (11 Mar. 2013).

AGENCE FRANCE-PRESS (2013c) – L'opposition égyptienne rejette l'offre de dialogue du président Morsi. Cairo: Agence France-Press (27 Jun. 2013).

AGENCE FRANCE-PRESS (2013d) – L'Egypte depuis le renversement de Mohammed Morsi. Cairo: Agence France-Press (4 Jul. 2013).

AGENCE FRANCE-PRESS (2013e) – Egypte: le monde inquiet pour la démocratie mais évite de parler de coup d'Etat. Paris: Agence France-Press (4 Jul. 2013).

AGENCE FRANCE-PRESS (2013f) – Egypte: l'armée dit que des «terroristes» ont attaqué son QG. Cairo: Agence France-Press (8 Jul. 2013).

AGENCE FRANCE-PRESS (2013g) – Egypte: Ashton regrette de n’avoir pu rencontrer Morsi, appelle à sa libération. Cairo: AgENCE France-Press (17 Jul. 2013).

AGENCE FRANCE-PRESS (2013h) – Appel du guide des Frères à manifester “pacifiquement” contre “coup d’État”. Cairo: Agence France-Press (25 Jul. 2013).

AITA, Samir (2011) – Derrotar o poder para libertar o Estado. Le Monde Diplomatique. Edição portuguesa (Abr. 2011) 13.

AL JAZEERA (2012) – Morsi decree triggers mass protests in Egypt. Al Jazeera. [Em linha]. (23 Nov. 2012). [Consult. 24 Nov. 2012]. Disponível em WWW: <URL:<http://www.aljazeera.com/news/middleeast/2012/11/201211235363344636.htm>>

AL JAZEERA (2013) – Clashes mark Eyp revolution anniversary. Al Jazeera. [Em linha]. (25 Jan. 2013). [Consult. 25 Jan. 2013]. Disponível em WWW: <URL:<http://www.aljazeera.com/news/middleeast/2013/01/201312571638570662.htm>>

Al-Atrush, Samer (2011a) – Confusion sur le passage de naviers de guerre iraniens par le canal de Suez. Agence France-Press (Cairo, 17 Fev. 2011).

AL-ATRUSH, Samer (2011b) – A Tahrir, la colère des jeunes de la “Révolution” contre la junte militaire. Agence France-Press (Cairo, 21 Nov. 2011).

ALBIONI, Roberto (2011) – The International Dimension of the Arab Spring. The International Spectator: Italian Journal of International Affairs, 46:4, 5-9

AL-MUGHRABI, Nidal (2012) - Hamas hopes Morsy’s Egypt will focus on Palestine. Gaza: Reuters (24 Jun. 2012).

AL-SHALCHI, Hadeel (2012) – Egypt islamists on eve of power ease talk of islam. Cairo: Associated Press (23 Jan. 2012).

ÂNGELO, Victor (2011) – Não há razão para pesadelos. Visão. (10 Fev. 2011) 66.

ASHOUR, Omar (2012) – Os assassinos inocentes no Egipto. Jornal Público. (6 Jun. 2012) 46.

ASSOCIATED PRESS (2011b) - Egypte: l’armée accélère le calendrier de transfert du pouvoir aux civils. Cairo: Associated Press (22 Nov. 2011).

ASSOCIATED PRESS (2012a) – Levée de l'état d'urgence mercredi en Egypte. Cairo: Associated Press (24 Jan. 2012). No original da Agência é utilizada a expressão *voyous criminels*.

AWAD, Marwa (2012) – UPDATE 2 – Egypt's Islamist-led parliament opens first session. Cairo: Reuters (23 Jan. 2012).

BARATA, Clara (2012) – “O povo quer que o regime caia”, gritaram 100 mil a Morsi na Tahrir. Jornal Público. (28 Nov. 2012) 22.

BASTENIER, Miguel Ángel (2012) - El Egípto poscolonial. El País [Em linha]. (22 Mai. 2012). [Consult. 12 Jun. 2014]. Disponível em WWW: <URL:http://internacional.elpais.com/internacional/2012/05/22/actualidad/1337710331_322049.html>

BBC (2011a) - Mid-East: Will there be a domino effect?. BBC [Em linha]. (3 Feb. 2011). [Consult. 3 Feb. 2011]. Disponível em WWW: <URL:<http://www.bbc.co.uk/news/world-africa-12204971>>.

BBC (2011b) – Mid-East: Profile: Omar Suleiman. BBC [Em linha]. (10 Feb. 2011). [Consult. 16 Feb. 2011]. Disponível em WWW: URL:<http://www.bbc.co.uk/news/world-middle-east-12319666?print=true>>

BBC (2012a) - Egypt's Islamist parties win elections to parliament. BBC [Em linha]. (21 Jan. 2012). [Consult. 21 Jan. 2012]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.bbc.com/news/world-middle-east-16665748>>

BBC (2012b) - Islamist elected speaker of Egypt's upper house. BBC [Em linha]. (28 Feb. 2012). [Consult. 1 Mar. 2012]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.bbc.co.uk/news/world-middle-east-17199262>>

BEL AÏBA, Inès (2012a) – L'Égypte proteste contre Israël mais sa position est délicate. Cairo: Agence France-Press. (15 Nov. 2012).

BEL AÏBA, Inès (2012b) – Égypte: Morsi demande à l'armée d'assurer la sécurité. Cairo: Agence France-Press (10 Dez. 2012).

BEL AÏBA, Inès (2012c) – Opposants et partisans du referendum en champagne dans une Égypte divisée. Cairo: Agence France-Press (13 Dez. 2012).

BEL AÏBA, Inès; AL-ATRUSH, Samer (2012) – Moubarak condamné à la prison à vie, six-hauts responsables acquittés. Cairo: Agence France-Press (2 Jun. 2012).

BENHAIDA, Sarah (2013) – Le président égyptien déchu détenu par l'armée, son successeur prête serment. Cairo: Agence France-Press (4 Jul. 2013).

BINYON, Michael; Hider, James (2012) – As últimas horas de Moubarak. Revista Sábado. (2 Fev 2012) 64-66.

BLAIR, Edmund; FAYED, Shaimaa (2012) – UPDATE 1 – Barred Islamists says Egypt army wants to keep power. Cairo: Reuters (18 Abr. 2012).

BONCOMPAGNI, Hala (2012) - Boycott de la présidentielle: ElBaradei porte un coup aux militaires. Cairo: Agence France-Press (15 Jan. 2012).

BORGEN, Julian (2011) – Egypt protests: Hillary Clinton signals US backing for Omar Suleiman. The Guardian [Em linha]. (5 Fev. 2011). [Consult. 6 Fev. 2011]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.theguardian.com/world/2011/feb/05/hillary-clinton-omar-suleiman-egypt>>.

CAMPANINI, Massimo (2007) - História do médio oriente 1798-2005. Lisboa : Editorial Teorema.

CARBAJOSA, Ana (2012) – El islamismo aspira a transformar Egipto. El País [Em linha]. (25 Jun. 2012). [Consult. 9 Jun. 2014]. Disponível em WWW: <URL:http://internacional.elpais.com/internacional/2012/06/25/actualidad/1340650464_483764.html>

CARDOSO, José (2011) – Jogos do gato e do rato. Revista Única. (22 Abr. 2011) 60-62. Suplemento do jornal Expresso.

DAWOUD, Khaled (2012) – The last stretch. Al Ahram [Em linha]. (17 Mai. 2012). [Consult. 20 Mai. 2012]. Disponível em WWW: <URL:<http://weekly.ahram.org.eg/2012/1098/fr1.htm>>

DE ROQUEFEUIL, Christophe (2012) - L'armée égyptienne manoeuvre pour rester au centre du jeu politique. Cairo: Agence France Press (15 Jun. 2012).

DE ROQUEFEUIL, Christophe (2013) – Des dizaines de milliers d’Egyptiens dans la rue pour réclamer le départ du président. Cairo: Agence France-Press (30 Jun. 2013).

EL BARADEI, Mohamed (2013) – A sharia não mata a fome. Jornal Público. (3 Jul. 2013) 25.

EL PAÍS (2012b) – Hermano vigilado. El País [Em linha]. (26 Jun. 2012). [Consult. 9 Jun. 2014]. Disponível em WWW: <URL:http://elpais.com/elpais/2012/06/25/opinion/1340648900_181032.html>

EL PAÍS (2012f) – Golpe suave en Egipto. El País [Em linha]. (15 Jun. 2012). [Consult. 16 Jun. 2012]. Disponível em WWW: <URL:http://elpais.com/elpais/2012/06/14/opinion/1339699730_377385.html>

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Presidente, 2009 - (Barack Obama) (s.d.) - Pronunciamento do presidente Barack Obama no Cairo, Egito: um novo começo. Cairo: [s.n.]. [4 Jun. 2009]. [Consult. 2 Ago. 2014]. Disponível em WWW: <URL:<http://www.whitehouse.gov/files/documents/anewbeginning/POTUS%20speech%20Cairo-Portugese-AS-DELIVERED.pdf>>.

EZZAT, Dina (2013) - Opposition in the balance. Al Ahram [Em linha]. (11 Abr. 2013). [Consult. 11 Abr. 2013]. Disponível em WWW: <URL:<http://weekly.ahram.org.eg/News/2193/24/Opposition-in-the-balance.aspx>>

FERNANDES, Jorge Almeida (2011b) – Os mortíferos confrontos do Cairo ameaçam o frágil processo democrático. Jornal Público. (11 Out. 2011) 10.

FERNANDES, Jorge Almeida (2012) – Egito: a desforra dos Irmãos Muçulmanos. Jornal Público. (19 Ago. 2012) 25.

FERREIRA, Ana Gomes; LORENA, Sofia (2013) – Forças Armadas abandonam Morsi e exigem que se faça o que o povo pede. Jornal Público. (2 Jul. 2013) 22.

FICK, Maggie; TAYLOR, Paul (2013) - Egypt’s Muslim Brotherhood vows action after HQ attacked. Cairo: Reuters (1 Jul. 2013).

FISK, Robert (2013) - When is a military coup not a military coup? When it happens in Egypt, apparently. The Independent. [Em linha]. (4 Jul. 2013). [Consult. 5 Jul. 2013].

Disponível em WWW: <URL:<http://www.independent.co.uk/voices/comment/when-is-a-military-coup-not-a-military-coup-when-it-happens-in-egypt-apparently-8688000.html>>

FISK, Robert (2014) – Entrevista ao jornalista Robert Fisk. [Entrevista realizada por] José Manuel Rosendo Rodrigues. Entrevista por telefone realizada em 10 de Janeiro de 2014.

FOLLATH, (2011) – “Perfila-se a primavera árabe”. Jornal Expresso (12 Fev. 2012) 32.

FRIEDMAN, Thomas L. (2000) - Compreender a Globalização, o Lexus e a Oliveira. Lisboa : Quetzal Editores.

GAZETA DO POVO (2010) – ElBaradei: eleições no Egito foram 'farsa'. Gazeta do Povo [Em linha]. (8 Dez. 2010). [Consult. 4 Jan. 2011]. Disponível em WWW: <URL:<http://www.gazetadopovo.com.br/mundo/conteudo.phtml?id=1075607>>.

GJERGJI, Iside (2014) – O Egito em tempo de revolução : as lutas dos trabalhadores antes e depois das revoltas de 2011. Revista crítica de ciências sociais. 103 (Maio 2014) 81-110.

GONZÁLEZ, Enric (2011) – El Gobierno de Israel guarda un inquieto silencio. El País. (28 Jan. 2011) 5.

GONZÁLEZ, Ricard (2012a) - Los islamistas egipcios anuncian su candidato para las presidenciales. El País [Em linha]. (31 Mar. 2012). [Consult. 1 Jul. 2014]. Disponível em WWW: <URL:http://internacional.elpais.com/internacional/2012/03/31/actualidad/1333223168_826562.html>

GONZÁLEZ, Ricard (2012b) - Omar Suleimán, el hombre fuerte de Mubarak, se postula a sucederle. El País [Em linha]. (6 Abr. 2012) [Consult. 7 Jul. 2012]. Disponível em WWW: <URL:http://internacional.elpais.com/internacional/2012/04/06/actualidad/1333745074_184320.html>

GONZÁLEZ, Ricard (2012c) – El Constitucional egípcio, un árbitro sempre entre dos aguas. El País [Em linha]. (15 Jun. 2012). [Consult. 16 Jun. 2012]. Disponível em WWW:

<URL:http://internacional.elpais.com/internacional/2012/06/15/actualidad/1339758602_220456.html>

GONZÁLEZ, Ricard (2012d) - Egípto mantendrá la 'sharía' como principal fuente de legislación. El País [Em linha]. (30 Nov. 2012). [Consult. 24 Jul. 2014]. Disponível em WWW:

<URL:http://internacional.elpais.com/internacional/2012/11/29/actualidad/1354178560_541557.html>

GONZÁLEZ, Ricard (2013) – El islamismo político egipcio se fragmenta. El País [Em linha]. (2 Jul. 2013). [Consult. 15 Jul. 2014]. Disponível em WWW:
<URL:http://internacional.elpais.com/internacional/2013/07/02/actualidad/1372788682_182784.html>

GRESH, Alain (2011) – La fin d'un ordre regional: Ce que change le réveil arabe. Le Monde Diplomatique. Edição francesa (Mar 2011) 1.

GRESH, Alain (2012) - L'Égypte entre révolution et contre-révolution. Nouvelles D'Orient [Em linha]. (25 Jun. 2012). [Consult. 2 Ago. 2014]. Disponível em WWW:
<<http://blog.mondediplo.net/2012-06-25-L-Egypte-entre-revolution-et-contre-revolution>>

GUIDÈRE, Mathieu (2012) - O Choque das Revoluções Árabes, da Argélia ao Iémen, 22 países sob tensão. Lisboa : Edições 70.

GUIMARÃES, Maria João (2011) – “Cenas muito feias de violência” deixam nove mortos no Cairo. Jornal Público. (18 Dez. 2011) 33.

GUIMARÃES, Maria João (2012a) – Tragédia em jogo de futebol agrava tensão no Egípto. Jornal Público. (3 Fev. 2012) 2-3.

GUIMARÃES, Maria João (2012b) – Com a Constituição aprovada, eleições são o próximo campo de batalha. Jornal Público. (26 Dez. 2012) 14.

GUIMARÃES, Maria João (2013) – Apoiantes da Irmandade desafiam ultimatos das autoridades militares. Jornal Público. (29 Jul. 2013) 18.

HADDON, Hazel; SHUKRALLAH, Salma; ADEL, Mina; AL-TAWY, Ayat; RASHWAN, Nada; ALI, Randa (2013) - Live updates: Morsi ousted; head of constitutional court to

take over Egypt presidency. Al Ahram [Em linha]. (3 Jul. 2013). [Consult. 14 Jul. 2014]. Disponível em WWW: <URL:<http://english.ahram.org.eg/News/75594.aspx>>

HAJJAR, Ghassan; FARAH, Aline (2011) – Un autre Moyen-Orient. Courrier International. (24 Fev 2011) 16-17.

HENDAOU, Hamza (2012) - Egypte: peine de mort requise contre Hosni Moubarak. Cairo: Associated Press (5 Jan. 2012).

HRW (2014) – All according to plan. Human Rights Watch [Em linha]. (12 Ago. 2014). [Consult. 13 Ago 2014]. Disponível em WWW: <URL:http://www.hrw.org/sites/default/files/reports/egypt0814web_0.pdf>.

HURST, Steven R. (2012) – Egypt's Morsi assumes major role in Mideast. United Nations: Associated Press (26 Set. 2012).

JEBNOUN, Nouredine (2013) - Business as Usual: Egyptian Military Kingmakers. Nouredine Jebnoun. IPRIS [Em linha]. (Jul 2013). [Consult. 1 Jul. 2014]. Disponível em WWW: <URL:[file:///C:/Users/Jose%20Manuel/Downloads/1302013_VP%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Jose%20Manuel/Downloads/1302013_VP%20(2).pdf)>

JOUINI, Hassen (2012) - La Justice égyptienne déclare le Parlement illégal avant la présidentielle. Cairo : Agence France Press (14 Jun. 2012).

KAWAKIBI, Salam; KODMANI, Bassma (2011) – Espoirs et embuches des révoltes arabes: Les armées, le peuple et les autocrates. Le Monde Diplomatique. Edição francesa (Mar 2011) 11-12.

KESHAVJEE, Faranaz (2009) – Anti-Islamismo, o choque das ignorâncias. In MARUJO, António, coord. ; FRANCO, José Eduardo, coord. - Dança dos demónios : intolerância em Portugal. Lisboa : Edição Círculo de Leitores : Temas e Debates.

LACOSTE, Yves (2006) - A Geopolítica do Mediterrâneo. Lisboa : Edições 70.

LOPES, Margarida Santos (2010) - Novo Dicionário do Islão. 2.^a ed. Lisboa : Casa das Letras.

LORENA, Sofia (2011) – “Derrubar uma ditadura só com a coragem” foi uma mensagem para o mundo. Jornal Público. (10 Out. 2011) 14.

LORENA, Sofia (2012a) – “Se as pessoas do regime vencerem as eleições, as pessoas vão voltar à Tahrir”. Jornal Público. (28 Mai. 2012) 22-23.

LORENA, Sofia (2012b) – Já começou a batalha da segunda volta. Jornal Público. (28 Mai. 2012) 22.

LORENA, Sofia (2012c) – Egípcios votam em massa nas primeiras presidenciais sem vencedor anunciado. Jornal Público. (25 Mai. 2012) 24.

LORENA, Sofia (2012d) – “Será muito difícil para os EUA e Israel aceitarem um Egípto governado pela Irmandade Muçulmana”. P2. (5 Jan 2012) 4-5. Suplemento do jornal Público de 5 de Janeiro 2012.

LORENA, Sofia (2012e) – Presidente egípcio substitui chefias militares e alarga os seus poderes. Jornal Público. (13 Ago. 2012) 22.

LORENA, Sofia (2013a) – Irmandade promete ficar na rua até ao regresso do Presidente eleito. Jornal Público. (6 Jul. 2013) 24.

LORENA, Sofia (2013b) – Amnistia denuncia “carnificina” na actuação das forças de segurança. Jornal Público. (20 Ago. 2013) 19.

MCGRATH, Cam (2012) – The generals guard their economic empire. The Middle East. (Jul 2012) 30-31.

MICHAEL, Maggie (2012) - Egypt Brothers mix pragmatism, ideology on Israel. Cairo: Associated Press (18 Jan. 2012).

MOUSSAOUI, Rana (2011a) – Au Caire, une contre-manifestation pour dire à l’armée “on t’aime!”. Cairo: Agence France-Press (25 Nov. 2011).

MOUSSAOUI, Rana (2011b) - Egtpte: les islamites en tête au premier tour des législatives. Cairo: Agence France-Press (30 Nov. 2011).

NAVARRO, Fernando (2011) – El favorito del Pentágono. El País [Em linha]. (11 Fev. 2011). [Consult. 12 Fev. 2011]. Disponível em WWW: <http://internacional.elpais.com/internacional/2011/02/11/actualidad/1297378820_850215.html>.

Ó. G. (2012) – Egito vuelve a la casilla cero. El País [Em linha]. (14 Jun. 2012). [Consult. 14 Jun. 2012]. Disponível em WWW: <URL:http://internacional.elpais.com/internacional/2012/06/14/actualidad/1339692760_553670.html>

PERRY, Tom (2012a) – Ex-PM, Islamist give Egyptians stark election choice. Cairo: Reuters (17 Mai. 2012).

PERRY, Tom (2012b) – Brotherhood must face up to historic duty. Cairo: Reuters (31 Mai. 2012).

PERRY, Tom; YOUSSEF, Abdel Rahman (2013) – Violence flares on anniversary of Egypt uprising. Cairo/Alexandria: Reuters. (25 Jan. 2013)

PFEIFFER, Tom; ELYAN, Tamim; FAYED, Shaimaa (2012) – Candidates in Egypt's election. Cairo: Reuters (9 Mai. 2012).

PIRES, Raúl M. Braga (2013) – Entrevista ao arabista Raúl M. Braga Pires. [Entrevista realizada por] José Manuel Rosendo Rodrigues. Entrevista realizada em Lisboa, no dia 30 de Dezembro de 2013.

PIRES, Raúl M. Braga (2013) - Maghreb/Machrek, Olhares Luso-Marroquinos sobre a Primavera Árabe. Lisboa: Diário de Bordo.

PÚBLICO (2011a) – Suleiman retoma a iniciativa política. Jornal Público. (9 Fev. 2011) 15.

PÚBLICO (2011b) – Abusos do Exército como os de Mubarak. Jornal Público. (23 Nov. 2011) 19.

QUEMENER, Tangi; BIDDLE, Joanna (2012) – Obama ne peut ignorer le Proche-Orient, mais la paix reste encore floue. Washington: Agence France-Press (22 Nov. 2012).

RÁDIO VATICANO (2013) - Patriarca Copta denuncia negligência das autoridades egípcias nas violências do domingo. Rádio Vaticano [Em linha]. (9 Abr. 2013). [Consult. 15 Jul. 2014]. Disponível em WWW: <URL:http://pt.radiovaticana.va/storico/2013/04/09/patriarca_copta_denuncia_neglig%C3%Aancia_das_autoridades_eg%C3%ADcias_na/bra-681304>

REUTERS (2011a) – Egypt PM says peace deal with Israel not sacred – TV. Cairo: Reuters (15 Set. 2011).

RODRIGUES, Alexandre Reis (2012) – Egípto. Da Primavera Árabe para a Primavera Islâmica. Jornal Defesa e Relações Internacionais [Em linha]. (26 Ago. 2012). [Consult. 12 Jun. 2014]. Disponível em WWW: <URL:http://database.jornaldefesa.pt/crises_e_conflitos/medio_oriente/Egípto%20Da%20primavera%20%C3%A1rabe%20para%20a%20primavera%20isl%C3%A2mica.pdf>

RODRIGUES, Alexandre Reis (2013) - O “ultimato” militar no Egípto. Jornal Defesa e Relações Internacionais [Em linha]. (3 Jul. 2013). [Consult. 4 Jul. 2013]. Disponível em WWW: <URL:http://database.jornaldefesa.pt/crises_e_conflitos/medio_oriente/JDRI%2006%20030713%20egípto.pdf>

ROQUEFEUIL, Christophe (2012a) – L’Egypte commémore mercredi le début de la révolte anti-Moubarak (Papier General). Cairo: Agence France-Press (24 Jan. 2012).

ROQUEFEUIL, Christophe (2012b) – Egypte: après le Parlement, les Frères musulmans à l’assault de la présidence. Cairo: Agence France-Press (1 Abr. 2012).

SALEM, Mona (2012) – Le président égyptien annule la dissolution du Parlement. Cairo: Agence France-Press (8 Jul. 2012).

SALEM, Mona (2013) – La police égyptienne en grève pour dénoncer son instrumentalisation. Cairo: Agence France-Press (10 Mar. 2013).

SALEM, Mona; DE ROQUEFEUIL, Christophe (2012) – Le candidat des Frères musulmans égyptiens veut rassurer femmes et chrétiens. Cairo: Agence France-Press (29 Mai. 2012).

SCHEMM, (2011) – Over half of Egypt wants end to Israel peace. Associated Press (Cairo, 26 Abr. 2011).

SIDARUS, Adel (2014) – Entrevista ao Prof. Adel Sidarus. [Entrevista realizada por] José Manuel Rosendo Rodrigues. Entrevista realizada na Universidade Católica, em Lisboa, no dia 10 de Abril de 2014, às 15h00.

TECEDEIRO, Helena (2013) – Egípto admite usar “todas as opções” contra barragem etíope no Nilo. Diário de Notícias. (12 Jun. 2013) 25.

TEIBEL, Amy (2011) - Israel fears a more hostile regime in Egypt. Associated Press. (Jerusalém, 14 Fev. 2011).

TESÓN, Nuria (2011) - Egípto se rebela contra el poder militar. El País [Em linha]. (19 Nov. 2011). [Consult. 20 Nov. 2011]. Disponível em WWW: <URL: http://elpais.com/diario/2011/11/19/internacional/1321657201_850215.html>

THE ECONOMIST (2010) – O Mundo em 2011. The Economist. N. especial. (2010).

THUREAU-DANGIN, Philippe (2011) – Le vraie défaite du Vieux Continent. Courrier International. (3 Mar 2011) 3.

TOMÁS, Maria João (2013) - O fim do poder da Irmandade Muçulmana no Egípto. Diário de Notícias. (26 Jul. 2013) 55.

TORREBLANCA, José Ignacio (2011) – Susurrando a los dictadores. El País. (28 Jan. 2011) 8.

UNITED STATES OF AMERICA. Central Intelligence Agency (2014) – The world factbook [Em linha]. Washington : CIA. [Consult. 3 Ago. 2014]. Disponível em WWW: <URL: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/eg.html>>

VUJANOVIC, David (2013) – Egypte: manifestations rivales, tractations autour du Premier ministre. Cairo: Agence France-Press (7 Jul. 2013).

ZAANOUN, Adel; AGRET, Philippe (2012) - Egypte: le Hamas palestinien accueille dans la liesse l'élection d'un allié. Gaza: Agence France-Press (24 Jun. 2012).

ZAYAN, Jailan (2012) – Egypte: rentrée parlementaire sous le signe de la victoire islamiste. Cairo: Agence France-Press (23 Jan. 2012).

ZAYAN, Jailan (2012a) - Election égyptienne: les islamistes triomphent et dialoguent avec Washington. Cairo: Agence France-Press (11 Jan. 2012).

ZAYAN, Jailan (2013) – Egypte: l'opposition donne 24 heures à Morsi pour partir. Cairo: Agence France-Press (1 Jul. 2013).

ZAYAN, Jailan; ABOUL EZZ, Moustafa (2012) - Egypte: Noel tendu pour les Coptes, entre violences et poussée islamiste. Cairo: Agence France-Press (7 Jan. 2012).

ZEKRI, Mostafa (2014) – Entrevista ao Prof. Mostafa Zekri. [Entrevista realizada por] José Manuel Rosendo Rodrigues. Entrevista por correio electrónico realizada em 3 de Janeiro de 2014.

APÊNDICES

LISTA DE APÊNDICES

- Apêndice A** - Entrevista a Adel Sidarus.
- Apêndice B** - Entrevista a Raúl M. Braga Pires
- Apêndice C** - Entrevista a Robert Fisk
- Apêndice D** - Entrevista a Mostafa Zekri

APÊNDICE A

Entrevista a Adel Sidarus

ADEL SIDARUS

Professor jubilado da Universidade de Évora para os Estudos Árabes Islâmicos.

Tem Doutoramento em Estudos Orientais, na Universidade de Munique, Alemanha, em 1973. Estudou em vários países do Médio Oriente e Europa.

Actualmente é Professor investigador convidado do Instituto de Estudos Orientais da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica.

Durante nove anos esteve destacado como investigador no Instituto de Investigação Científica Tropical no Centro de Estudos Africanos e Asiáticos. Foi também investigador convidado em França.

Tem mais de duas centenas de publicações, cerca de metade sobre temática geral dos estudos árabes islâmicos e outra metade sobre o estudo do árabe cristão e da literatura árabe-cristã e copta-árabe em particular.

Entrevista em 10 de Abril de 2014

Local: Universidade Católica

Luso-Egípcio, árabe cristão copta

Está em Portugal há 38 anos

Pergunta – Qual considera ter sido o principal motivo que levou os egípcios à revolta?

Resposta – Há dois níveis de motivação: uma motivação profunda de desespero em relação à situação social e económica do país, um bocadinho ligada a uma estagnação política quanto ao relacionamento privilegiado com os Estados Unidos (da América) e de pactuação com o estado de Israel, pactuação no sentido de tolerar a maneira como o Estado de Israel tem tratado a questão palestiniana. Mas de uma maneira directa foi um conjunto de circunstâncias que estão documentadas. A primeira é a revolução um pouco antes na Tunísia e em segundo lugar a polícia tinha tratado as pessoas nos últimos tempos, nomeadamente pessoas ligadas a blogues e redes sociais. Nem sequer era gente vincadamente ligada a um partido, partidos que quase não existiam, ou a uma corrente organizada. E este foi mesmo o que despoletou de uma maneira imediata a revolta dos jovens, sobretudo a revolta dos jovens. Também um marasmo social e de trabalho de há muito tempo. Como sabe, dois terços da população egípcia tem menos de 30 anos, as oportunidades de emprego são quase nulas, apesar de proporcionalmente haver uma boa parte com estudos secundários e até universitários. E não viam nenhum futuro: nem podiam sair, nem podiam casar – porque casar nos nossos países não é só ter relações fortuitas com alguém, é necessário ter uma casa própria que é absolutamente impraticável e, sobretudo, o que tenho notado, é que hoje em dia não se aceita continuar a viver na família, sobretudo por parte da mulher. De modo que eram situações de desespero que permitiram espoletar a situação e depois veio a vaga de fundo da população egípcia que pegou nisto para dignificar e dar justiça e igualdade, ideias universais...

P – Não houve uma organização?

R – Não, não houve uma organização e essa é uma das debilidades que depois teve consequências...

P – Mas também houve quem dissesse que a revolta apenas foi possível porque não havia essa estrutura (organização) porque se ela existisse o regime tinha-lhe “cortado a cabeça” digamos assim... concorda com essa teoria?

R – Se fosse (uma cabeça) partidária teria cortado (a cabeça) ou teria agido mais violentamente... imagino que sim. Quando nós vemos como agora os militares, ou os restos do antigo regime, estão a perseguir a Irmandade Muçulmana, se tivesse havido uma coisa estruturada teriam cortado (a cabeça) e nunca o Mubarak teria sido demitido.

P – Acha que o próprio regime sentiu-se um pouco perdido quando viu a revolta na rua, sem saber muito bem quem devia prender ou atacar?

R – Não sei se apenas se sentiu perdido ou porque sentiu... ouviu... a voz do povo. De uma certa maneira percebeu que nunca poderia resolver a situação. Aliás, a esse respeito, há uma ligação entre a revolução de 2011 e a revolução de 2008, dos trabalhadores da indústria têxtil em Al-Mahalla Al-Kubra, então um foco de resistência do chamado Movimento 6 de Abril.

P – Quanto ao próprio Mubarak... olhávamos para o Egípto e víamos um regime sólido, pelo menos transmitia essa ideia... um regime poderoso, uma polícia poderosa que controlava tudo e todos e que de um momento para o outro... foi o próprio regime que deixou cair Mubarak?

R – Foi, incontestavelmente. Por duas razões: sobrevivência do regime e por não quererem que o filho de Mubarak pudesse chegar ao poder.

O aspecto corrupção que aos poucos era divulgado, enriquecimento da família presidencial como aconteceu também na Tunísia, se calhar não era tão visível como na Tunísia, mas isso também terá jogado para que tivessem pensado que já não serviam para continuar a dirigir o país e nem sequer nos dá a nós, classe militar, a possibilidade de continuarmos a nossa vida. Na reacção contra a Irmandade Muçulmana ficou bem claro que o Egípto está dividido em três partes: uma é a dos mais ou menos politicamente empenhados no quadro de um Islão político... o islamismo político... do outro lado a classe militar... a classe militar com meio milhão de pessoal do exército e as suas ramificações... com 25%, senão mais, da economia do país... a terceira parte é o resto do povo... os que aproveitam do regime... os que aproveitam mas não sabem como dar a volta...

P – Voltando à questão: o regime não era assim tão forte como parecia... ou o poder de Mubarak não era tão forte como parecia?

R – Não. O poder de Mubarak não era tão forte porque só era possível ele manter-se enquanto os militares o tolerassem e continuassem a ter a sua vida e a sua dinâmica interna.

P – Há então um momento em que os militares consideram que... já chega.

R – Sobretudo os militares receavam um pouco que a classe capitalista interna começasse, ela, a atacar os privilégios dos militares e a pôr em causa o seu papel económico e empresarial.

P – Através de privatizações?

R – Através de privatizações, de a pouco e pouco roer o poder real dos militares...

P – Houve um momento em que os militares hesitaram. Aliás, Moubarak ainda chega a nomear um vice-presidente... Por que é que houve essa hesitação?

R – Os militares são dirigidos por uma superestrutura, o Conselho Supremo das Forças Armadas, umas quinzenas de generais e é claro que há divergências. Não há logo uma perspectiva comum...uns são mais oportunistas, outros são mais perto dos anseios da população para avançar... e depois também pesa a situação internacional.

P – Por falar em situação internacional, pensa que houve alguma influência externa na revolução no Egito?

R – Num segundo momento, sim...

P – Apenas num segundo momento?

R – Sim...

P – Num primeiro momento não acredita? Acha que a revolução foi genuína?

R – Pelo menos pelo que eu tenho visto, assistido e sentido, eu estive no Egito depois da revolução durante o mês de Março e do que vi e senti, como as coisas funcionavam, não notava nada disso. Mas num segundo momento sabemos bem, quando os irmãos muçulmanos decidiram entrar nesta revolta popular, com os apoios do Qatar, depois os Estados Unidos a tentarem manipular quem viria tomar o poder para assegurar a permanência dos seus interesses na região, deve ter havido influência mas não poderei dizer como. Depois... a forma como apoiaram ou estiveram tão próximo dos Irmãos Muçulmanos indica que ao nível da estratégia internacional imaginaram a ideia da Turquia... afinal vamos deixar o islão político tomar o poder real em um, dois, três Estados, para dominar a nublosa do terrorismo islâmico...

P – E os salafistas também...

R – Os salafistas, cuidado... é um nome desgraçado, porque é ambivalente. Os Salafistas no Egito, por exemplo, eram contra os Irmãos Muçulmanos. Mas ao mesmo tempo estão submissos sobretudo ao poder da Arábia Saudita e um dos seus princípios é não contestar o poder civil. Não quer dizer que alguns deles depois não pudessem, ao nível fora de um poder civil de um estado dito islâmico, não estivessem a fazer a Jihad. Aliás, o Jihad... prefiro o Jihad porque guerra santa é feminino, mas em árabe Jihad é masculino. Sobretudo o Salafismo é mais uma mentalidade, uma perspectiva religiosa... retrógrada, ligada às origens e querendo voltar a um modo de vida política e religiosa intimamente interligada como no tempo do profeta. Quer dizer, antes de quinze séculos de evolução do islamismo, da grande civilização árabe-islâmica que eles ignoram perfeitamente. Tal como na Arábia Saudita ou nos países árabes da península ibérica em que eles quase nunca participaram nesta grande civilização árabe-islâmica que existiu fora do território da Arábia Saudita.

P – Tal como o exército hesitou, a Irmandade Muçulmana também hesitou e não adere à revolução logo num primeiro momento. Faz um compasso de espera... por que é que acha que houve esse cuidado?

R – Em primeiro lugar para eles não ficarem na vanguarda que podia apanhar a repressão do Estado e não darem a impressão de que eram eles a liderar o processo. A repressão teria sido logo muito violenta. E em segundo lugar precisavam de se preparar para saber como aproveitar a situação. A história da Irmandade Muçulmana depois da tomada do poder mostra que não estavam preparados de modo nenhum. Esta é a grande desilusão para quem, apesar de eu ser cristão, para quem queria apesar de tudo uma reconciliação com as forças islâmicas que estavam a roer por dentro a sociedade árabe-islâmica. Quer dizer, foi um retrocesso, a recusa de qualquer cultura, de qualquer princípio de autoridade... queríamos, antes que isto se extremasse, poder participar na gestão dos países árabes-islâmicos e contra a supremacia ocidental de tipo imperial.

P – A Irmandade Muçulmana chegou ao poder através de eleições democráticas. Reconhece isso?

R – Não.

P – Mas foram eleições livres ou foram condicionadas? Pelo menos não houve fraude... ou houve?

R – Parece que houve, onde o seu (da Irmandade) poder social era forte. E mais que fraude, chantagens ou manipulação. Lembro aquando do primeiro referendo para modificar a Constituição, e eu estive lá e votei, uma grande propaganda dos movimentos islamitas era dizer que o voto contra (a proposta de reforma da Constituição) era contra o Islão. Porquê? Porque a reforma da Constituição não tocava no Artigo 2, apesar de ter havido ao nível da sociedade civil e da expressão revolucionária a tentativa de retirar o Artigo 2, que dava supremacia à Sharia. Tocou apenas em coisas aparentes: o facto de o presidente não ter outra nacionalidade ou ser filho de alguém que tivesse outra nacionalidade; não mexeram na estrutura de poder do país, não mexeram nos poderes concentrados no Presidente...

P – Mas nesse momento a Irmandade ainda não estava no poder...

R – Não, mas Salafistas e Irmandade, nessa altura, influenciaram porque metade da população não é suficientemente culta para perceber *les enjeux politique*²⁶. Muita gente, mais ou menos atenta e empenhada recusava o calendário proposto que era fazer logo eleições legislativas e deixar para mais tarde as presidências e uma remodelação mais profunda da Constituição.

Ora, os resultados estão à vista. Porquê? Porque tínhamos que dar à sociedade e aos movimentos que surgiram de um modo espontâneo, sem uma ideologia ou uma organização bem claras, o tempo não só de se constituírem mas também de se expandirem no país, porque depois de praticamente 60 anos de partido único ou de ditadura, não era possível haver alternativas aos islamitas – por islamitas entendo o Islão político – para poder ganhar. Foi o que aconteceu.

Por outro lado, na altura das presidenciais, há indicação de uma forte pressão dos Estados Unidos para proclamar o Morsi...

²⁶ As questões políticas. O entrevistado utiliza a expressão em francês.

P – Nem sequer foi o primeiro candidato indicado pela Irmandade...

R – Nem sequer foi o primeiro candidato... a questão não era tanto essa... era sobretudo que não teria ganho... de acordo com a minha leitura. Aliás, a divulgação dos resultados, não sei se se recorda, atrasou-se 48 horas ou mais. E parece que os Estados Unidos não queriam de modo nenhum que os muçulmanos²⁷ não chegassem ao poder. A embaixadora²⁸ norte-americana que estava no Egipto – que era odiada, que fazia as políticas mais de direita e imperialistas dos Estados Unidos – terá obrigado os militares, porque formalmente eles lideravam o país, o Conselho Superior das Forças Armadas, a não proclamar o Shafiq²⁹ mas proclamar o Morsi.

Depois, há um outro aspecto. Afinal foram 11 milhões que votaram nele (Morsi) em noventa milhões (de habitantes)... mais ou menos 50 milhões de eleitores. Quer dizer: a ideia, o processo democrático está eivado de... não se pode pensar num poder democrático à europeia... mais um ou dois votos quer dizer que ele (Morsi) pode dirigir o país todo?

P – Depois de a Irmandade chegar ao poder com um Presidente e uma maioria no Parlamento, que erros é que a Irmandade cometeu? O que é que levou a que não conseguisse continuar no poder?

R – Em primeiro lugar demonstrou não estar preparada para tomar o poder. Em segundo lugar, infelizmente, este longo tempo de espera para modificar a situação no país, a repressão e tudo o resto, fez com que não tivesse sido criada uma perspectiva política realista do exercício do poder. Realista no sentido económico, no sentido de corresponder aos verdadeiros anseios do povo, que não era apenas chegar ao Islão, mas era comer, desenvolver-se, resolver as situações que nos últimos 30 ou 40 anos do regime já eram um desespero. Depois, actuou como uma seita. Uma seita intolerante em relação a toda e qualquer outra perspectiva.

P – Consegue dar um exemplo dessa intolerância?

R – Desde logo, quando chegaram ao poder não tinham necessidade de uma aliança táctica com os salafistas, e sobretudo quanto à feitura de uma nova Constituição. Tinham de qualquer maneira a maioria, podiam impor, e é claro quando era necessário combinar um bocadinho com os salafistas faziam-no mas marginalizaram-nos. Todo o poder ficou praticamente confiscado neles. Não havia quase nenhum ministro ou responsável a um nível de governos civis, ao nível dos magistrados, que não fosse da área deles.

P – Acha que foi uma ditadura da maioria?

R – Sim, exactamente, uma ditadura, uma absoluta tomada do poder. E depois, não só como muito bem disse, o Morsi era uma segunda escolha como o Morsi era fraco porque não tinha nenhum poder real dentro da própria Irmandade.

P – Porquê?

R – Porque quem mandava eram duas pessoas: o vice-presidente que ele nomeou e que tinha sido proposto como candidato, Khairat al-Shater, que por causa do cadastro criminal tinha sido recusado como candidato...

²⁷ O entrevistado utiliza a palavra mas pelo sentido da resposta queria dizer islamitas.

²⁸ Margaret Scobey, no Cairo de 14 de Março de 2008 a 30 de Junho de 2011

²⁹ Ahmed Shafi foi Primeiro-Ministro de Janeiro a Março de 2011 e depois candidato à presidência.

P – Por crimes cometidos no tempo da ditadura de Mubarak...

R – Está bem, mas eram crimes, que tinham implicações civis...

P – E a outra pessoa que mandava era...

R – O outro era o líder espiritual da Irmandade Muçulmana, Mohammad Badie, o Guia Supremo... eram eles que mandavam. Aliás, temos vídeos em que o Guia Supremo redigia os discursos de Morsi. E o Morsi não soube lidar com isto.

P – Existe também a teoria de que algumas das atitudes mais drásticas de Morsi, nomeadamente o decreto em que ele determina que não se submete às decisões dos tribunais... isso terá tido a ver com o facto de ele precisar de governar e estar a confrontar-se com todo o aparelho que foi mantido do tempo de Mubarak...

R – Sim, de uma certa maneira, sobretudo o poder judicial...

P – Não só judicial como económico e até o militar... todos os poderes que vinham do tempo de Mubarak ficaram, com excepção do próprio Mubarak. E há quem defenda que foi essa a maior dificuldade de Morsi... não lhe parece que tenha sido assim?

R – É verdade que depois de uma revolução é necessário criar novas condições para recriar o poder, redistribuir o poder. Se tivesse mobilizado mais gente sem esta perspectiva exclusivista e sectária, se calhar teriam conseguido. Mas se puseram contra eles largas camadas da população e não apenas os cristãos, então é claro que perdiam legitimidade. E note bem, a maneira como eles aceleraram, ao contrário da lição dos tunisinos, a última versão da Constituição, em 2013, até a colocarem a referendo, ao contrário do que aconteceu na Tunísia, mostra também a sua ânsia de tomar o poder e de se afirmarem a todo o custo. Foi um dos elementos que fizeram desesperar largas camadas do povo.

P – Não sei se viu mas saíram notícias de uma alegada ligação entre Mohammed Morsi e Al-Zawahiri... acha verosímil? Os serviços secretos terão interceptado telefonemas entre os dois

R – Admito, é claro, porque Al-Zawahiri era da Irmandade Muçulmana e tinha sido perseguido pelo regime, como Al-Shater e outros. Conseguiu fugir e destacou-se na nublada do Islamismo político a nível internacional...

P – Mas considera uma ligação natural ou...

R – Natural.

P – Terá contribuído também para que os militares derrubassem Morsi?

R – Um dos erros estratégicos deles foi o de terem aberto as fronteiras para o dito Movimento Internacionalista do Islão... da Líbia, Sudão, Hamas e... viu-se no Sinai que começava a tornar-se um foco de novos jihadistas mais ou menos ligados com a Al-Qaeda. É claro que isto também prejudicou muito a imagem deles... para eles era restaurar o Califado... de um modo ou de outro... e como tal a estrutura do país não precisava de ser respeitada.

P – Acha que era essa a intenção da Irmandade?

R – É claro. Na Constituição que foi aprovada há um artigo no qual o Presidente, ele próprio, tem poder para modificar as fronteiras formais do país. Se não me engano está na Constituição que foi aprovada... de qualquer maneira foi um artigo que foi discutido... eles agiam assim...

P – Chegados a este ponto, com esse perigo dessa Internacional Islâmica, que papel teve Israel na queda de Morsi?

R – Não sei. Diria que não teve nenhum. A atitude de Israel foi de esperar para ver. Porque sentia que contra os povos árabes, contra a ira das populações, não poderiam fazer muito. Precisavam de intermediários políticos para manter a sua situação. De modo que estiveram na expectativa.

P – A Irmandade podia virar a rua contra Israel; ao contrário, Israel precisava de alguém que segurasse a rua para não se virar contra Israel. É isso?

R – Não só a Irmandade mas todo o movimento de revolta árabe que existia.

P – E o Egito agora, com os militares de novo no poder, vai surgir um novo Mubarak? Al-Sissi é um novo Mubarak?

R – Não sei se será exactamente do mesmo tipo. O que pode acontecer é os militares dominarem ainda mais directamente o país. Durante quanto tempo, com que intuito concreto não sei dizer.

P – Mas vai surgir um homem tão forte ou do género de Mubarak? Quem é Al-Sissi?

R – Al-Sissi, é fruto da própria dinâmica da estrutura militar. Se bem que foi nomeado por Morsi (Ministro da Defesa e líder do Conselho Supremo das Forças Armadas). Ele só fez o que fez (afastamento de Morsi) porque o colégio destas altas patentes concordou, aceitou. Ele também já chefiava os serviços secretos do Exército de modo que também tinha um poder real.

P – Mas vê nele um homem que consegue acrescentar poder ao poder ou vai continuar a ser o representante dos militares?

R – Tenho essa impressão. Há um trabalho de fim de curso feito nos Estados Unidos sobre a evolução da democracia nos países árabes e islâmicos, a necessidade de tomarem em consideração os sentimento islâmicos... uma democracia tem várias fases... não se pode comparar com a democracia, os regimes democráticos ocidentais... (Al-Sissi) é capaz de ser mais humanista. O poder corrompe...

P – E o Egito vai continuar em paz ou acha que vai haver turbulência e a Irmandade não vai aceitar pacificamente esta mudança?

R – Não, não, internamente a maneira como eles estão a agir e a deixar a antiga nomenclatura do poder jurídico regressar ao poder persecutório... se isto não acabar nunca poderá haver paz. A Irmandade e as outras forças... a Irmandade mesmo decapitada deixou rastros importantes ao nível nacional e internacional para voltar... é como uma maçonaria, tem a sua rede nacional e internacional... nuns sítios desaparece, aparece noutros...

P – Estas condenações à morte (de irmãos muçulmanos julgados após a queda de Morsi) é algo assustador. São centenas...

R – É, é, se bem que não acredito que venham a ser aplicadas, mas é assustador. E há mais para ser julgados.

APÊNDICE B

Entrevista a Raúl M. Braga Pires

RAÚL M. BRAGA PIRES

Politólogo, arabista, professor na Universidade de Rabat e investigador correspondente do Observatório Político em Marrocos.

Licenciado em Relações Internacionais, é mestre em Estudos Asiáticos e doutorando do ISCSPP – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Integra o “Groupe Expert Sahel do ECDPM – European Center for Development Policy Management” e o “Groupe Expert Sahel do IAG – Institut Africain de la Gouvernance”.

É especialista em assuntos do Norte África e Médio Oriente e autor/coordenador do blogue Maghreb/Machrek no semanário «Expresso», acessível em www.expresso.pt/maghreb, do qual resultou o livro “Maghreb/Macherek, Olhares Luso-Marroquinos sobre a Primavera Árabe” e é também comentador da televisão SIC para os assuntos do Médio Oriente e colaborador da edição lusófona da revista «Foreign Policy».

Entrevista a Raúl M. Braga Pires, em 30 de Dezembro de 2013

Local: Lisboa, Jardim das Amoreiras, 13h30

Pergunta: qual foi o motivo, se é que há um motivo principal, para que as revoltas árabes tenham saído à rua praticamente num efeito dominó?

Resposta: Para já há que definir como é que a Primavera Árabe começou. Há duas teorias neste momento. A primeira está ligada à questão mais seguida e mais corriqueira do Movimento 6 de Abril, no Egipto, que vem do Movimento Kefaya e que já em 2008 tinha membros do 6 de Abril, antes de ser o 6 de Abril, membros do Kefaya tinham sido detidos no Cairo quando vinham dos Estados Unidos onde levaram formação a sério com o OUTPOR, levaram formação nos Estados Unidos... quem estava a pagar tudo era o George Soros. As autoridades locais egípcias sabiam perfeitamente o que é que se estava a passar. O que, em princípio, estava programado ser era para as presidenciais egípcias no final de 2011, acontecer

exactamente a mesma coisa e o mesmo tipo de contestação, melhorada até, a partir da experiência de 2009 com Moussavi no Irão.

Acontece aquilo na Tunísia, a 17 de Dezembro de 2010 com o Mohamed Bouazizi. Mas há esta teoria que era com uma coisa organizada que estava a ser trabalhada já desde 2008 no Egipto para as eleições presidenciais de 2011 e agora vem uma nova fuga de informação... há um tipo chamado Ziad Takedin, francês... franco-libanês... que era um dos homens fortes de Sarkozy, que a determinada altura, depois da Primavera Árabe estar a decorrer foi deixado cair pelo próprio Sarkozy... e é esse homem que vem “meter a boca no trombone” e denunciar que o Kadhafi tinha pago toda a campanha eleitoral de Sarkozy nas últimas presidenciais. Ziad Takedin também diz uma outra coisa que é o seguinte: aquilo que aconteceu na Tunísia foi tudo preparado pelos franceses porque o verdadeiro objectivo dos franceses era eliminar Kadhafi. E para eliminar Kadhafi precisavam de ter uma base terrestre de projecção de forças. Foi o que ele disse... certamente que está num processo de vingança... tem vários problemas com a justiça... é também um Isaltino Morais que tem palácios nos Campos Elísios mas aquilo não está em nome dele, está em nome do mordomo... e por aí fora. Portanto é uma figura complicada e que está também cada vez mais a dizer coisas complicadas.

Indo directamente à pergunta, porque é que aquilo caiu em efeito dominó?, acho que tem muito a ver com a questão da justiça e a questão de toda a gente perceber, em rigor deveria ser chamado o Outono Árabe porque aquilo que de facto aconteceu foi uma queda de folha... eram regimes que já se perpetuavam, por exemplo no caso de Kadhafi, há quarenta anos, e as pessoas pura e simplesmente perceberam que já não tinham nada a perder. Perderam o medo, por outro lado a questão das irmandades muçulmanas e dos partidos islamistas estarem muito bem organizados, até se pode comparar com o Partido Comunista em Portugal depois do 25 de Abril que era o que tinha toda a logística no terreno, conhecia bem quem era quem...

P – isso foi o fruto da estratégia da Irmandade Muçulmana de criar uma base e fazer essa base crescer até ao topo...

R – sim, sim... exactamente... a ideia era precisamente essa e, através de processo democrático, que sempre lhes foi negado, chegarem ao poder e com uma agenda pública de uma maneira e com uma agenda privada de outra maneira. Acho que sobretudo tem a ver com isso...

P – faltava alguém dar o tiro de partida...

R – é como os patos, quando se levantam um vão todos atrás. Faltava isso e havia um sentimento de inevitabilidade. As pessoas sabiam... então no Islão tem-se uma consciência muito plena da morte, que não ficamos cá para semente e portanto havia um sentimento de inevitabilidade de uma mudança que também ela própria – embora isto também seja um bocadinho mistificado – tem a ver com as novas tecnologias... mas as novas tecnologias de informação também ajudaram... portanto houve ali um efeito de carambola que, parece-me, tem tudo a ver com essa perda de medo, com essa inevitabilidade sobre a queda do regime ou sobre a mudança e uma inevitabilidade, ela própria, de se acompanharem os tempos modernos e os ventos que vinham da Europa. Há quem diga uma outra coisa também... que aquilo aconteceu na Tunísia porque a Tunísia foi dos países mais prejudicados com a crise económica que se vivia em França. Portanto, há todo um número de factores...

P – e que importância é que teve o chamado discurso do Cairo (de Barack Obama)? Não é o tiro de partida de que estávamos a falar? Tiro de partida noutra perspectiva... “ok.. quando quiserem estão à vontade... têm o nosso apoio”?

R – não me parece. Aliás, a Eva Oliveira diz uma coisa muito interessante nuns comentários que ela faz nuns textos sobre a Palestina... há lá uma nota que ela coloca e que diz assim: “nesta zona do mundo toda a gente se está nas tintas para o que os americanos dizem”. E uma coisa é o topo, a elite, que está completamente desligada da base, até porque não é a ela que pertence, e portanto o discurso de Barack Obama na Universidade do Cairo parece-me que teve mais a ver com o limpar da imagem dos Estados Unidos, porque vínhamos de oito anos de Bush, e era preciso credibilizar novamente os Estados Unidos perante as elites do Mundo Árabe, parece-me que isso foi feito...

P – aquele discurso não foi para as elites ou foi?

R – foi para a base, sim, concerteza que sim, mas as bases... o que é que as bases podem fazer?

P – fizeram...

R – mas o ponto de partida para mim não é esse. Há também quem diga que o ponto de partida é em Outubro de 2010 com a questão Sahrawi e com aquele grande acampamento que eles fizeram em Dnimizik, que é uma mistura... no fundo o que

acontece é que as reivindicações eram reivindicações sociais... queremos casa, queremos trabalho... regressámos dos campos de Dinduf... venderam-nos o sonho marroquino Sahrawy em que vamos ser integrados, etc... e não estamos a ver que isto aconteça. Não estavam a ver acontecer porque muito provavelmente os marroquinos também não estavam a imaginar que viesse tanta gente em fuga dos campos de refugiados de Dinduf... e muitos deles que apenas queriam morrer na sua terra de origem, já velhinhos... muitos outros que vinham por vontade própria e muitos outros infiltrados... aquele acampamento foi um misto de tudo. Há quem diga que de facto a origem, ou uma das origens, está aí, porque a própria Polisário está partida ao meio e ao mesmo tempo havia dentro de uma das facções mais hardcore nessa cisão quem dissesse que aquilo que é preciso fazer no Sahara ocidental é uma intifada Sahrawi. E isso faz muito sentido quando nós olhamos para as imagens porque as imagens que se passaram quando há o ataque ao acampamento, o desmantelamento do acampamento, o que se vê é de facto rapazes com fundas e a atirarem pedras aos tanques e aos helicópteros. E aquelas faixas etárias também são muito semelhantes às da Palestina com gente entre os 18-19 e os 35-40 anos... que já é uma outra geração que não pertence à geração que fez a cisão com o Marrocos de Hassan II.

Agora, a origem da origem, tem tudo a ver com as injustiças, com a falta de emprego... a pirâmide de facto está lá e não está invertida na questão da demografia... a Argélia tem 35% de desempregados, 40% de desempregados são gente entre os 15 e os 40 anos...

P – em relação aos poderes que caíram em função dessas revoltas... caíram de facto pela força da rua ou caíram também porque alguém de dentro do regime percebeu que aquele regime tinha chegado ao fim e era preciso mudar alguma coisa?

R – ambas, certamente que ambas. Mas vamos ver só o caso do Egipto por exemplo...

P – No Egipto havia um poder centrado em Moubarak e percebe-se que há uma pirâmide. Na Líbia não. Havia Kadhafi... e mais nada...

R – No Egipto, ele (Moubarak) cai por força da base. E digo que cai por força da base pelo seguinte: aqueles dezanove dias, creio, que o Omar Suleiman foi Vice-presidente (ou 13 dias, não me recordo... está tudo no texto do blog...) a verdade é que nós tínhamos de um lado, em Washington, no telefone vermelho, Obama a dizer “está na hora de sair, saia...” e do outro lado houve sempre uma insistência que não estava na hora de sair e não saiu. E saiu por força da base porque (a base) não saiu da Praça

Tahrir e saiu por força de pressões internas quando as pessoas perceberam, quando internamente, o exército, o Omar Suleiman, serviços secretos... é a entidade exército que percebe isso e que percebe também uma outra coisa – que o poder não pode cair na rua e que tinha de garantir três ou quatro questões que eram absolutamente incontornáveis que era os serviços secretos militares manterem a gestão exclusiva do processo israelo-palestiniano, manterem o pedaço que tinham na economia... o grande inimigo dos militares era o filho de Moubarak que queria privatizar tudo e mais alguma coisa... havia a questão de eles (militares) também manterem a imunidade criminal... na rua podiam fazer o que quisessem para conter a multidão ou para a reencaminhar... havia o estado de emergência e não só... ao abrigo do regime... não serem imputados criminalmente pelos seus actos e sabia-se que muita gente ia morrer... e havia a questão da renegociação dos acordos de Camp David... que era, curiosamente, uma renegociação que os próprios israelitas queriam fazer porque os próprios israelitas, curiosamente, que têm também algum controlo no Sinai por via da cúpula que o controla que chega às Nações Unidas... há ali uma missão e há várias fases... há várias zonas do território onde só podem estar um determinado número de pessoas ou determinado número de carros blindados ou determinado número de armas ou de militares... curiosamente eram os próprios israelitas que queriam renegociar, e ainda querem, os acordos de Camp David, não para terem mais poder mas para pedirem mais tropas egípcias para estarem no próprio Sinai para controlarem os beduínos, as infiltrações em Gaza do Hamas, e por aí fora...

P – os israelitas têm todo o interesse em ter os militares no poder...

R – perfeitamente. Há um episódio muito engraçado que é de 2010... em Agosto de 2010... há um dia em que o Cairo e Alexandria acordam da seguinte maneira: cartazes na rua e primeiras páginas de jornais com a fotografia do filho de Moubarak... em que dizia “Gamal Moubarak a força de uma nação...” em Agosto de 2010... estavam a preparar as eleições daí a um ano (presidenciais de 2011); no final de Agosto, princípio de Setembro, no momento em que aterrava, em Washington, o Omar Suleiman, o Moubarak, para negociações... acho que há um reatar de negociações com os palestinianos ou estava-se a preparar um reatar de negociações em Washington com palestinianos e israelitas... no momento em que eles estão a aterrar em Washington é no momento em que surgem cartazes nesse mesmo dia apareceram no Cairo e em Alexandria com a fotografia do Omar Suleiman de óculos escuros que diziam “Omar Suleiman, a estabilidade e o futuro da nação”. O Gamal Moubarak nunca foi o candidato dos militares e o Omar Suleiman sempre foi o candidato dos

militares porque era o homem que estava à frente dos serviços secretos militares e era o homem que há 10 anos estava a gerir o dossier israelo-palestiniano. Portanto as contas ali estavam bem definidas.

P – Por que é que o Marechal (Mohamed Hussein) Tantawi não se segurou? Tinha o apoio de Israel...

R – Só para finalizar a outra questão: Omar Suleiman sempre foi o candidato dos israelitas. Esta questão do Tantawi foi uma surpresa para toda a gente... eu creio que foram indicações dos próprios norte-americanos ou alguma chantagem que certamente lhe fizeram, porque ele já estava na idade da reforma, estava a merecer uma reforma dourada que certamente está a tê-la e, por outro lado, quem vinha a seguir era o General (Abdul Fatah) Al-Sissi que, se não me engano, não tem experiência de guerra. O último que tinha experiência de guerra ali no meio era Omar (Ahmed, e não Omar) Shafiq (tinha mesmo – confirmado) que foi primeiro-ministro (o último nomeado por Mubarak em Janeiro de 2011) e foi à segunda volta das eleições presidenciais com Mohamed Morsi e perdeu. Ahmed Shafik era dos últimos militares que tinha experiência de guerra na guerra do Yom Kipur e tem no currículo dele dois ou três caças israelitas abatidos porque ele era da força aérea. Al Sisi não tem experiência de guerra, é de uma nova geração, é um tipo que tem 50 e poucos anos... segundo consta tem família no seio da Irmandade Muçulmana, o que é uma vantagem, e segundo consta e parece-me que é informação fidedigna, é filho de uma marroquina judia. Portanto é um judeu legítimo e isto poderá querer dizer tudo...

P – mas é mesmo?

R – é mesmo filho de uma marroquina judia...

P – em relação à Líbia foi diferente. Kadhafi cai porque a rua... a revolta. Faz com que ele caia... não há uma estrutura de regime como havia no Egípto...

R – não, e há uma enorme frustração por parte da população da Sirenaica e da população de Benghazi. O que é que aconteceu com o Kadhafi? O Kadhafi quando sobe ao poder, em 1963 (não é 1963, é 1969)... Kadhafi chega ao poder exactamente da mesma maneira que Benghazi chega a Trípoli. É através de Benghazi que ele começa a avançar com os jovens generais no sentido de Trípoli. Na altura, a Líbia era uma monarquia... tinha o Rei Idris as-Senussi... o Rei era originário de Benghazi, a população de Benghazi sofreu o remorso durante 40 anos pela traição que fez ao seu Rei, natural da sua terra. Ele no início era Rei da Sirenaica e depois foram os ingleses

no final da II Guerra Mundial que lhe propuseram como compensação pela ajuda que ele tinha dado aos aliados naquela zona do mediterrâneo abarcar todas as outras províncias de Fesan, a Sul, e Tripolitânia, a Oeste. E depois teve todo aquele percurso que é conhecido... teve um Plano Verde que foi uma grande frustração, tinha aquele poder centralizado, e Benghazi era uma aldeia lá no fundo na fronteira com o Egipto que estava completamente ao deus-dará, inclusivamente para compensar ultimamente as populações da Sirenaica, havia um grande projecto, que eu acho que ainda vai continuar, de uma grande universidade em Benghazi, onde uma empresa de Braga ganhou um grande contrato para construir umas faculdades e depois eram uns arruamentos, uns esgotos, toda a parte municipal antes da instalação propriamente dita, ficou para uma empresa de Braga. Ou seja, para concluir parece-me que é importante colocar aqui este factor: frustração, vergonha e honra da população da Sirenaica e de Benghazi. Quiseram vingar... sobretudo eles quiseram vingar todo o apoio que deram 40 anos antes, a Kadhafi, na sua esperança de uma Líbia melhor, provavelmente na esperança de um Plano Verde, na esperança de um mundo melhor e mais confortável e de um país melhor e mais confortável. O Plano Verde era fazer, praticamente da Líbia toda, um oásis... era o projecto das irrigações, da dessalinização da água, aproveitar as águas dos oásis e fazer até aquilo que é a nossa herança árabe na agricultura – os carreirinhos – tapar com a terra o carreiro para a água... a questão hídrica, sobretudo. É muito importante na questão da Líbia... obviamente que temos uma miríade de tribos que andam à volta das 140, umas maiores e mais poderosas que outras... o clique parece-me que é importante colocar o factor vergonha, honra, vingança, frustração... população que há 40 anos tinha ajudado Kadhafi a subir ao poder e que agora tinha a obrigação, o compromisso de honra de como o (Kadhafi) meteram no poder de também o tirarem do poder. E depois a questão berbere também é outra questão que vai em dominó, porque o que se vê a partir do momento em que eles avançam de Benghazi a caminho do oeste ... todas as zonas que vão sendo libertadas, a primeira coisa que fazem é as rádios locais começarem a emitir em tamazight... a língua berbere... começam a passar as músicas berberes que durante 40 anos não passaram... começaram a escrever em tfinagh... o alfabeto berbere que também estava proibido... o Kadhafi quando chegou ao poder, as aulas de história na Líbia de Kadhafi só eram de 1969 para a frente... tudo o resto ficou completamente anulado. Portanto há anos e anos, há décadas de frustração e há décadas de criptoberberismo com que as populações tiveram que viver e lá está... aquilo era um sistema em que a panela não deixava sair a pressão... e saiu toda de uma vez.

P – quanto ao Egipto, Israel influenciou a queda de Mohamed Morsi?

R – sim, completamente. Acho que sim. Voltando aquela questão dos Acordos de Camp David, havia esta linha de renegociação por parte de Israel e por parte do regime militar egípcio, e por parte da Irmandade Muçulmana eles sempre disseram “este acordo é para rasgar”, e acabou.

P – Morsi não disse isso quando chegou ao poder...

R – ele não disse isso quando chegou ao poder mas disse isso antes. Toda a Irmandade Muçulmana disse isso antes. Aliás, Morsi sempre foi um fantoche do Khairat el Shater que era o primeiro candidato da Irmandade Muçulmana a presidente e que depois foi eliminado porque a Lei eleitoral dizia que quem tinha cadastro policial não podia concorrer. Ora, aqueles que o estavam a proibir de concorrer eram precisamente aqueles que o tinham encarcerado há uns anos atrás. Não podemos esquecer também que Morsi faz uma aproximação ao Irão... ele vai à China e quando regressa pára por escassas horas, por 12 horas, em Teerão para participar numa reunião dos não-alinhados... portanto é um regime que começa a olhar mais a Oriente. Quando começa a haver novas concentrações (na Praça) Tahrir - um pouco antes da última guerra entre o Hamas e Israel na Faixa de Gaza, em 2012 – reza a história nas fugas de informação que foi o próprio Amr Moussa que teve uma reunião com Tzipi Livni e foi encomendado pela própria Tzipi Livni para “faça o favor de arranjar confusão relativamente à Constituição, algo que distraia e que disturbe internamente o Egipto para que fiquem todos um bocadinho distraídos daquilo que vai acontecer em breve em Gaza. E a verdade é que quando o Amr Moussa, ele que faz parte da Assembleia Constituinte, começa-se a perceber isso logo claramente, que ele vem encomendado, porque ele começa a refutar alterações que foram feitas ao projecto de Constituição que ele próprio tinha proposto há um mês atrás. Respondendo à pergunta, Israel está metido nisto até às orelhas.

P – Ben Ali caiu, Mubarak caiu, Kadhafi caiu, por que não cai Assad?

R – o Assad não cai porque não pode cair. Não cai porque há em primeiro lugar as ligações ao Irão, tem o respaldo do Irão, não cai por uma questão de não se saber o que vem a seguir, não cai porque os Alawitas têm ali as montanhas alawitas que lhes dão o acesso ao Mar Mediterrâneo, isso para os russos é inegociável, para os próprios sírios é inegociável...

P – vamos voltar ao Estado alawita? Que já existiu... é uma das hipóteses?

R – é uma das hipóteses mas continua-se a falar, lá está, isso vai ao encontro de uma outra coisa que eu tenho como segura que é o seguinte: não me parece que em consequência da Primavera Árabe vão surgir novos países. que haja novas reorganizações administrativas internas, eu acredito que sim... a Líbia é um caso desses, a própria Sirenaica pôs-se logo à parte com eleições locais e etc., e declarou a independência federativa relativamente ao poder central de Trípoli; o Mali parece-me que é inevitável que isso vá acontecer; Marrocos já tem uma Constituição semi-federal... é possível que isso aconteça na Síria, mas não vai surgir ali nenhum Estado Alawita... quando muito uma província Alawita, quanto muito para a própria funcionalidade da Síria e para o interesse de toda a região é muito importante que não se caia nesse erro, porque ao cair-se nesse erro os curdos estão logo ali ao lado e a questão curda está a ser muito bem contornada pelos turcos...

P – na Síria temos as minorias religiosas, temos as minorias étnicas, e há a sensação de que há um desespero dessas minorias que dão força a Assad...

R – exactamente, é a mesma coisa que em Marrocos. Toda a gente faz força na pressão ao poder até um determinado ponto, mas sabem que não podem passar daquele ponto porque a partir daquele ponto aquilo parte-se em mil pedaços, não é bom para ninguém...

P – mas (na Síria) não se percebe bem... os curdos ora estão de um lado ora estão do outro... os palestinianos a mesma coisa...

R – Sim, sim... as minorias não estão coesas. Tem havido também as novas frentes islamistas...

P – Omar Bakri disse-me numa entrevista que a ameaça de intervenção norte-americana na Síria, em Agosto de 2013, não estava relacionada com o facto de quererem acabar com a guerra e quererem afastar Assad, mas pretendiam travar o avanço dos islamistas. Isto faz sentido?

R – faz sentido, completamente. Faz sentido porque uma vez mais, como estávamos a falar há pouco, é a história do califado e é a história de construir algo de novo, de ter um espaço onde impere a Sharia (se se disser sharia... quer dizer rua, estrada... se

se disser sharia... estás a dizer lei islâmica) e se faça um exemplo para o Mundo... o problema ali é o dia seguinte... o problema ali é o que é que vem a seguir...

P – há receio de que seja outra Líbia?

R – há claramente receio que seja outra Líbia, há claramente receio que seja uma outra coisa que é um santuário islamista, um santuário jihadista, que era o que estava a acontecer no norte do Mali, que está a acontecer na Líbia, há um medo enorme do dia seguinte e do descontrolo, há um medo enorme que fiquem bloqueados os acessos ao Mediterrâneo, há um medo enorme – que já está a acontecer – do extravasar para o Líbano, há um medo enorme relativamente à Jordânia e à crise dos refugiados, se a Jordânia não gere bem a crise dos refugiados e a oposição e as Irmandades Muçulmanas e os Islamistas começam a perceber que aquilo não está assim tão bem, não tem umas fundações tão profundas como aquelas que se pensa que tem e se há um abano na Jordânia garanto que há uma segunda fase da Primavera Árabe, que é a Primavera das monarquias. E isto vai desde Marrocos até às monarquias do Golfo que têm passado entre a chuva sem se molhar. Voltando à questão... 2014 levanta um novo cenário que é o cenário da integração do acordo interino nuclear iraniano, que significa o regresso do Irão à comunidade internacional. Significa que neste momento vamos ter que esperar para ver... é de todo o interesse do Irão cumprir à risca tudo o que está definido, até para a sobrevivência do próprio regime, da teocracia, agora o Irão neste momento e os russos é que vão decidir se Bashar Al Assad fica ou não porque ele neste momento de reintegração do Irão na comunidade internacional vai servir claramente como moeda de troca. Depende do que está em jogo e do que se queira negociar.

P – havendo o perigo de santuários islamistas na Síria... esse perigo existe na Líbia...

R – existe no Iraque

P – a questão é: há aqui alguma estratégia no sentido de diversificar estrategicamente os locais de confronto para dificultar uma resposta mais eficaz?

R – Sim, há uma estratégia de pulverização, claro, porque isso é a estratégia da guerrilha...

P – se há uma pirâmide que decide essa estratégia, quem está no topo dessa pirâmide?

R – Provavelmente haverá uma pirâmide chamada Ayman al-Zawahiri, neste momento, essa cabeça é uma cabeça da internacional terrorista e depois há uma outra coisa que se tem vindo a verificar ao longo destes anos e isso é que é o grande forte desses grupos islamistas e desta guerrilha que é o seguinte: nós os dois podemos montar uma célula terrorista e fazer qualquer coisa para tentarmos ser cooptados pela internacional terrorista, pela nublosa... ou seja, o que existe neste momento é uma competitividade entre células terroristas para ver quem faz mais e melhor e com mais danos, para ver se é cooptada pela grande internacional terrorista e isto na lógica da guerra de guerrilha dá-lhes uma independência total para fazerem aquilo que quiserem. Haja financiamento depois, porque no início eles financiam-se com assaltos, com operações stop fictícias, com todo o tipo de forma que tenham para fazer dinheiro, e depois um grupo de três ou quatro, cinco ou seis, faz a sua operação e a partir daí pode ou não ser cooptado. E há outra coisa: vamos imaginar esta liderança com al Zawahiri no topo... eles sabem muito bem que os Estados unidos já disseram, Panetta já disse, que para 2020 querem 60% da armada (norte-americana) no Mar da China. Claramente estão a querer deixar esta zona e estão também, e por isso é que é importante que o Irão seja reintegrado na comunidade internacional e que tenha o tal nuclear civil, para servir de contrapeso numa substituição se calhar do tal polícia do Médio Oriente que seria o Iraque, combater a Al Qaeda, não permitir que a Arábia Saudita se agigante muito mais do que aquilo que pode, que o Egipto faça a mesma coisa e por aí fora...

P – numa perspectiva optimista que tipo de democracia é que eventualmente pode resultar destas primaveras árabes. Será uma democracia que pode tentar decalcar as democracias ocidentais ou será uma democracia que obrigatoriamente tem que integrar o Islão? Ou seja, não é possível uma democracia sem a religião...

R – Terá que ser algo sui generis. Temos que compreender que todos estes países foram colonizados. De uma certa forma eles querem também primar pela própria originalidade. E eles querem fugir uma vez mais à democracia estanque... ao pacote de democracia que chega ao território e que é aplicada a régua e a esquadro, não olhando às idiosincrasias locais. Uma coisa muito interessante de observar em Marrocos tem a ver com a linguagem, com a terminologia. Quando se falou de uma nova Constituição e de uma regionalização, falou-se de uma regionalização aprofundada – “régionalisation approfondi” (trad: regionalização abrangente) - e depois quando se falou na nova Constituição falou-se de uma nova Constituição “Marroco-Marroquin”. Eles disseram claramente: não é um projecto de democracia que se vem

aqui instalar “tout court” à sua medida, é uma democracia um modelo de democrático que vai que se adaptar às idiossincrasias locais. O que é que é adaptar-se às idiossincrasias locais? É perceber que em todos estes países, seja em Marrocos, seja na Síria, existe uma coisa que se chama “Mukataha”. O “Mukandan” é o bufo oficial do bairro que reporta as actividades, quem entra em casa e quem sai, à Mukataha, que é a Junta de Freguesia. Que depois tem a Mari, depois tem a Wilaya, que é o Município... ao criar-se esta regionalização e as províncias autónomas do Sul, o que se está a fazer não é subtrair alguma coisa ao que existia anteriormente, mas é acrescentar mais um cargo, mais um cacique, mais um senhor local a toda esta já complicada administração local. É claro que em toda esta arquitectura é preciso ter em atenção que o modelo democrático não vai ser um modelo do tipo que de um modelo em que aparece um tipo com umas ideias e as pessoas vão votar nele. As pessoas vão votar nesse tipo se a família dele for uma família de pergaminhos na região, na lógica tribal, na lógica do suserano, na lógica das relações entre o servo da gleba e o suserano. Portanto, o modelo vai ter que ter em atenção todas estas componentes, a todo o momento pode ser subvertido. Da mesma maneira que a todo o momento pode ser subvertido através do Islão por uma simples razão: pelo discurso. Ou seja, o grande desafio neste momento, e acho que a grande competitividade que acontece neste momento entre a Tunísia e entre o Egito, é tentar-se fazer uma coisa: uma Constituição modelo para toda a região. Os tunisinos têm todas as condições para isso até porque no momento de (Habib) Bourguiba na independência eles eram conhecidos como a pequena república dos professores. Como o território era muito mais pequeno e a população era muito mais reduzida... e tinham um Bourguiba... e tinham uma população sui generis... o processo de socialização e de “nation building” na Tunísia não foi feito nem através das polícias nem através das instituição militar, foi feito através da escola e das universidades. E isso fez toda uma diferença. Depois aquilo ficou tudo subvertido porque fomentou-se os grupos islamistas para se combater os sindicatos e o partido comunista, e passados dez anos tinham dois problemas, não tinham só um. O Muro (de Berlim) caiu e ficaram com um problema em grande. Neste momento o grande desafio é fazer uma Constituição modelo para toda a região e é perceber se essa Constituição tem que ter o factor Islão como religião de Estado ou não, e não mencionar a Sharia, não mencionar a lei islâmica como fonte de direito. Foi por isso mesmo que na Líbia, apesar de ter agora uma situação de espartilho com as milícias, não é por acaso que Líbia ganharam os laicos e ganhou uma maioria laica. Porque o (Mustafa Mohamed Abud Al Jeleil) Abdel Jalil quando faz o primeiro discurso após a eliminação de Kadhafi... no mesmo momento ele faz dois discursos, um para fora outro para dentro. Diz logo que vai realizar eleições, que era uma coisa impossível

de organizar em oito meses, tanto que não conseguiu, mas era um sinal para a comunidade internacional, para dizer “nós queremos ir por este caminho”, e dá logo um outro sinal claro que diz assim: a nossa Constituição vai ter como base a sharia e o Islão é a religião oficial do Estado. Isto deu uma garantia às pessoas que muito a ver com a questão identitária, que tem a ver com a religião de rua e da religião de família e da religião completamente impregnada em todo o sistema e que é absolutamente impossível de fugir dela... não há separação de poderes, não há uma noção de separação. Eu também não a tenho porque também acredito que religião também é política. Mas isso deu uma segurança às populações em que elas não sentiram a necessidade de votar nos partidos islamistas. Enquanto no Egipto ou na Tunísia havia dois campos completamente separados e estava tudo muito bem definido entre antigos comunistas e antigos maoístas e mais não sei o quê... e por exemplo no caso da Tunísia, do Enahda, do (Rashid) Ghannushi a regressar em grande apoteose depois de 20 anos de exílio e a dizer agora é que é. Esse é o grande segredo: fazer uma Constituição que agrade a gregos e a troianos, que possa incluir o Islão como religião oficial de Estado, mas não mais do que isso. Sharia não, jamais.

Aquele debate que houve para a “constituição” europeia, se se coloca o cristianismo como origem, nós conseguimos debater isso e há dois campos distintos e o debate é possível, ali não é possível haver esse debate.

P – sempre se tem dito que a Líbia é um país tribal. A questão é saber, em primeiro lugar se - toda a região é tribal – por que é que a Líbia não conseguiu deixar de ter este vinco forte da tribo, se foi porque o Kadhafi abafou tudo à volta e a tribo era o único escape - as pessoas não tinham partidos políticos ou associações – e portanto as pessoas recorriam à tribo, e se isso inviabiliza de facto que a Líbia seja um todo, um país?

R – A Líbia será um país e será um todo quando tiver uma distribuição de riqueza equitativa pelas regiões. Claro que depois disso não impede que haja regiões com tribos hegemónicas que vão subjugar outras, mas isso sempre existiu e sempre vai existir. O problema tem a ver com a dimensão territorial, tem a ver com a questão das fronteiras no sentido em que as pessoas do sul olham muito mais para a sua fronteira sul a para as suas prioridades a sul, as pessoas da Sirenaica olham muito mais para o Leste, a zona da Tripolitânia olha muito mais para ocidente, portanto de certa maneira há três Líbias. A dimensão do território, a diversidade tribal é muito superior a todas as outras e de facto a Líbia é hoje aquilo que é por aquilo que eu disse, a Líbia seria a Sirenaica, na sua origem. Todo o restante território é depois oferecido ao Rei Idris

Snoussi por uma questão de recompensa pela ajuda que ele deu aos aliados. Acho que também a questão berbere pode ajudar a pacificar. Esta questão, da Tamazha, da Berbéria, é precisamente uma questão federal. Desde a Cabília, na Argélia, passando pelas três zonas berberes de Marrocos, até à Líbia, até ao norte do Mali, o que acontece é que o projecto apresentado não é sequer um projecto federal, é um projecto confederal de todo o Norte de África. A Berbéria é um projecto que vai aos antípodas da região do Magrebe Árabe, que agora até se diz a região do Magrebe porque já se pôs o “Árabe” de parte para não criar questiúnculas com a parte berbere. A União do Magrebe são cinco Estados magrebinos, incluindo a Mauritânia, em que são Estados soberanos, com fronteiras definidas, em que há passaporte, há nacionalidades diferentes, etc. O projecto berbere é precisamente um projecto confederal, que não contempla regiões, contempla províncias, não contempla países, não contempla fronteiras, e quanto muito contempla um passaporte, da Berbéria, e que depois vai definir de que região as pessoas pertencem. Tudo isto tem que ser muito bem conjugado, para que a Líbia no meio de toda esta miríade de clãs e de tribos, seja de alguma forma integrada, apaziguada, seja gerível. Para tudo isto acontecer acho que a Líbia está completamente dependente de uma distribuição equitativa de riquezas. E também de uma distribuição equitativa de deputados. Essa questão já foi lançada nas últimas eleições para a Constituinte: o número de deputados que cada uma das regiões ia eleger para o Parlamento. Se a Sirenaica, que tem o petróleo de melhor qualidade, que praticamente tem custo zero na refinação, tem a maior quantidade de poços, etc., tem menos população mas economicamente vale muito mais por que razão é que a Tripolitânia, embora tendo mais população, há-de ter muito mais deputados. Tem que ser uma distribuição equitativa. Ter em conta a população, mas também a riqueza das regiões. Tudo isto é um caldo que neste momento não pode ser discutido porque só pode ser discutido quando houver algum apaziguamento da situação, quando houver uma constituição definitiva. A Líbia muito provavelmente poderá ter uma nova intervenção militar ocidental em 2014.

P – Já está explicado por que é que os partidos islâmicos não venceram as eleições na Líbia, por que é que venceram em todos os outros países da Primavera Árabe em que houve eleições? Por que não um discurso semelhante ao de Abdel Jalil?

R – O Kadhafi era tão religioso como a sola dos meus sapatos, mas ele conseguiu gerir bem as coisas ao longo de 40 anos e geriu de tal maneira que deu um contraponto laico e religioso às populações... aquilo de certa maneira foi bem gerido e bem equilibrado entre religião e opções laicas, entre religião e pragmatismo. Como

houve algum equilíbrio na Líbia entre o laicismo, o islamismo e a religiosidade, as pessoas eram aniquiladas não por serem islamistas, eram aniquiladas por serem anti-regime, enquanto nos outros países as pessoas eram aniquiladas ou tinham que fugir do país, porque pertenciam a uma rede clandestina ligada à Irmandade Muçulmana com objectivos políticos claros, bem definidos, era uma rede bem organizada, etc. e permitiu, como foi no caso de Ghannushi, permitiu regressos...

P – os islamistas capitalizaram isso...

R – Capitalizaram isso, da mesma maneira que os islamistas no Egipto capitalizaram a saída das prisões. Não havia na Líbia islamistas a saírem das prisões, ou pessoas com essa consciência, que tivessem esse projecto. Eram pessoas anti-regime, pessoas d determinada tribo contrária ou que tinha uma qualquer questão com a tribo de Kadhafi... Kadhafi quando saía do país levava sempre o cunhado do chefe da tribo A, a esposa ou o marido do chefe da tribo B, o irmão ou o primo de não sei quem... o séquito dele era formado de maneira a que na sua ausência não houvesse qualquer hipótese de... é um bocadinho como na máfia italiana... se alguém faz qualquer coisa a um tipo não é só esse alguém que é eliminado, é toda a família desse alguém. Acho que há estas nuances interessantes. Tem a ver com a Líbia, de facto, não ser um país como os outros. A massa populacional não tinha essa consciência política nem essa consciência organizacional e tinha mais até esse sentimento tribal do que um sentimento religioso, unificado, um objectivo comum, uma doutrinação etc., enquanto todos os outros estavam muito bem doutrinados e quando regressaram a pensar agora é que é e agora é que vamos fazer isto.

P – Quando falamos de Islão e Democracia podem fazer uma caminho comum?

R – Podem e a questão não faz muito sentido colocada dessa maneira. Não faz sentido porque para nós também não faz sentido colocar a questão se o cristianismo é compatível com a democracia porque nós também estamos a ver as coisas com os nossos olhos e temos 800 anos de história ou dois mil anos de história. Não faz sentido colocar a questão dessa maneira para nós e para eles também penso que não faz sentido. Agora, o que a democracia não é compatível é com os islamistas e com o Islão político. E não é compatível precisamente porque o factor religioso é lá colocado no meio.

P – Não ser compatível com o Islão político significa que seria compatível com o Islão meramente religioso?

R – Com o Islão meramente religioso, como é com o cristianismo ou com outra religião qualquer. Ou seja, o facto de nós sermos 99% cristãos, não me parece que o factor religião tenha algo a ver com a troika, algo a ver com as lutas de poder PS/PSD, tenha algo a ver com as lutas internas dos partidos...

Quando digo que a democracia é compatível com o Islão, não é compatível com o Islão político nem é compatível com os islamistas... logo à partida porque o Islão político quer um “padre” à frente da nação, à frente do Estado. Quer um Ulema, quer um clérigo. E um clérigo obviamente que vai sempre arbitrar pela bitola religiosa, nunca vai arbitrar pela bitola laica ou pela bitola da separação de poderes.

Houve um momento em que me pareceu que se fez alguma luz em relação à Síria. Tem a ver com o plano “Safe Riad”. Qual era o plano? Era muito simples. Era colocar à frente do Conselho Nacional Sírio que depois se transformou na Coligação Nacional Síria o Imã de uma mesquita de Damasco, como braço direito era uma mulher que era bom para os direitos humanos e assim era uma garantia de que os islamistas não chegavam ao poder e dava imagem e voz às mulheres, e depois o Safe Riad que ainda hoje é o detentor do franchise da Adidas para a Síria. Estava lá tudo o que era preciso: o poder religioso, direitos humanos e poder económico. Há uma coisa que nós temos que perceber: pode estar tudo muito bem e as coisas podem estar a ir em determinado sentido, há um “padre” que diz seja o que for e a população vai atrás do “padre” porque ninguém quer ir parar ao inferno. E ir contra o “padre” é ir parar ao inferno. Portanto é neste sentido que eu digo que o Islão é compatível com a democracia e a democracia é compatível com o Islão. A democracia não é compatível com o Islão político.

P – É possível fazer essa distinção? O Islão em si não tem intrinsecamente essa vontade de querer ser o poder político?

R – Tem, mas eu também posso responder de outra maneira. Tem tudo a ver com uma questão de interpretação do Corão. Eu posso dizer que o Corão é um livro de todos os tempos, do passado, do presente, é um livro do futuro. O problema é quem o interpreta. E o problema é se está a ser visto aos olhos do calendário islâmico que está em mil quatrocentos e trinta e nove (acho eu...), com que olhos é que se olha para o texto, que capacidade de exegese se tem dos textos... agora eles não estão a ter capacidade nenhuma de exegese, porque não percebem nada de economia, não percebem nada de política, não percebem nada de geografia, não percebem nada de medicina...

O grande problema do Islão neste momento é pura e simplesmente um. Vamos voltar ao nosso Al Andaluz e tínhamos numa mão o Corão e na outra mão a Ciência. Neste momento, com este movimento reformista que existe, temos o Corão numa mão e na outra mão os Hadith (registo das palavras e acções do profeta), são os ditos e os feitos do profeta. Quando há uma dúvida (no Corão) vai-se à jurisprudência consubstanciá-la. Tudo depende da capacidade interpretativa e manipulatória da pessoa que estiver a esclarecer essa dúvida, e da credibilidade que ele tiver entre as populações. É aqui que eu digo que é compatível. Depende é do grau de exegese e a capacidade de interpretação de quem interpreta.

P – Também podemos colocar a questão em relação à democracia...

R – Também podemos, e podemos colocar em relação à adaptação da democracia às idiossincrasias locais. No mundo árabe polícias e militares não votam, eu não concebo assim, nós temos a democracia que temos... na Índia, a maior democracia do mundo, é estanque, é castas... e depois chegamos à Grécia em que o partido mais votado nas eleições legislativas tem um bónus extra de 50 deputados... só porque ganhou.

É preciso adaptar a democracia à realidade e às idiossincrasias locais. A democracia é compatível com o Islão não é compatível com o Islão político porque o Islão político não tem a noção da separação de poderes. E digo que é compatível com o Islão porque tudo tem a ver com o grau de interpretação que se quiser dar à mensagem.

APÉNDICE C

Entrevista a Robert Fisk

ROBERT FISK

Jornalista, é o correspondente 'ocidental' que há mais tempo faz a cobertura do Médio Oriente. Desde 1976, cobriu no terreno todos os conflitos na região, chegando a países que fazem parte de um conceito mais alargado de 'Médio Oriente', como é o caso do Afeganistão.

Reside em Beirute, Líbano. É autor de obras como *Pity the Nation* e *A Grande Guerra pela Civilização, a conquista do Médio Oriente*. Escreveu ainda dois livros sobre a Irlanda do Norte. Escreveu para *The Times* e actualmente escreve em *The Independent*.

Entrevista a Robert Fisk

Por telefone, em 10 de Janeiro de 2014.

Pergunta – Sei que não é hábito dar entrevistas ou falar com este tipo de objectivo, mas....

Resposta – Eu vi muito do Egipto e pouco da Líbia.

P – Para si qual foi a verdadeira razão destas revoluções?

R – Penso que houve muitas coisas envolvidas. Não sou dos que acreditam que as revoluções foram causadas pela tecnologia, a wikipedia, a internet, o youtube ou qualquer outra dessas coisas...Penso que houve três coisas, especialmente no Egipto. Antes de mais, e apesar de Mubarak, houve um aumento imenso do nível de educação nas últimas décadas. Quando fui pela primeira vez ao Egipto, há uns 35 anos, como correspondente, mais exactamente há 38 anos, havia talvez uns dois mil livros na biblioteca do Cairo, agora há dezenas de milhares. Os alunos são muito mais instruídos. Praticamente qualquer aluno que conheci fala bem inglês. Houve um aumento imenso na literacia, não entre os pobres e certamente não entre as mulheres, entre as quais existe ainda uma elevada iliteracia, mas seguramente entre pessoas que antes seriam consideradas, ou a que chamaríamos... de classe obreira ou de rendimentos modestos. Mas, para lá disso, as viagens e a televisão por satélite deram aos árabes uma visão muito mais alargada do mundo. Muitos egípcios, por exemplo,

fizeram viagens ao estrangeiro nos últimos 30 anos, talvez visitando os países do Golfo, ou a Arábia Saudita, para o haj, mas também visitaram outros países árabes, e a Turquia, a Europa a América... E por isso voltaram com experiências vividas de visitas ou estadias nesses países. O presidente de um país, como a França ou a América, não é proprietário do país, mas quando estive no Egipto, Mubarak como que era o dono da propriedade Egipto... e penso que o aumento de instrução das populações a possibilidade de viajar, ou pelo menos de viajar vendo televisão, de ver outros países e de ouvir outras pessoas a falar noutros países, a par da tecnologia, significou que pessoas que durante décadas tinham sido infantilizadas pelo regime de repente cresceram. Sabe, quando se quer dirigir uma ditadura, cria-se falsos governos, com falsos ministros, falsos deputados, eleições a fingir e jornais igualmente falsos e todas as pessoas têm de fingir que são crianças; é uma sociedade patriarcal. A figura do pai é Mubarak, neste caso, e antes disso Sadat... — lembra-se do último discurso de Mubarak, quando toda a gente pensava que se ia demitir mas não o fez, começava com a frase: “Meus filhos, meus filhos” —, eu penso que uma das coisas que provocou a revolução em todos os países árabes, além destas três coisas, maior educação em todos eles, mesmo na Líbia, mais viagens e tecnologia, houve outra coisa que todos os ditadores, sem exceção, fizeram: decidiram que as suas famílias ou os seus filhos iriam ficar a cargo dos regimes, por outras palavras, toda essa conversa de os cidadãos serem os seus filhos era uma mentira. Não eram os filhos do Egipto quem ia herdar a terra de Mubarak, eram os seus filhos biológicos; não era Hafez al-Assad que ia dar a Síria ao povo do país, ia dá-la a Bashar al-Assad, e assim foi. E o mesmo é válido para Kadhafi e o seu filho Saef, e o mesmo se aplicou à família de Ben-Ali. No momento em que todos os ditadores deixaram claro, ou negaram, que a sua família ou os seus filhos iam herdar a terra dos filhos, ou melhor, das pessoas a que chamavam seus filhos, penso que foi nessa altura que o gatilho começou a apertar.

P – O “célebre” discurso de Barack Obama no Cairo influenciou ou foi determinante para as revoltas?

R – Não, não para a revolução. Na altura, bem, temos de nos lembrar que qualquer coisa melhor do que Bush teria de ser boa, e foi, mas se nos lembrarmos do que Obama disse na altura, e eu estava lá — é preciso ver Obama para perceber, pois a TV tende a anular as subtilezas — ele referiu várias vezes a crise de refugiados palestinianos, em termos que davam a impressão de que eram vítimas de... uma espécie de desastre natural, como um tsunami ou um terramoto — como se um dia

tivessem acordado e decidido ir para a praia em Gaza e ficassem isolados; ou como se tivessem decidido ir fazer ski no Líbano e de repente estivessem todos no Líbano, não houve qualquer compreensão ou sequer reconhecimento, naquilo que ele disse, de que os palestinianos foram expropriados por Israel. Ou seja, um entendimento muito básico, uma das linhas de divisão fundamentais do Médio Oriente, foram negados no discurso de Obama. A classe média aplaudiu, é claro, mas é preciso recordar que aquele público foi escolhido, para estar lá era preciso ser escolhido, era preciso aprovação para poder ir, ninguém queria ali jovens estudantes a gritar insultos ou a fazer perguntas... Tinha de ser uma exibição perfeita diante de um público perfeito que, como é evidente, se ergueu e aplaudiu, como era suposto fazer. Como já disse, depois de Bush qualquer coisa vinda da parte de um presidente americano tinha mesmo de ser melhor, mas será que ele desencadeou a revolução? Nunca vi nenhuma prova, em lugar algum, em qualquer país, quer seja o Bahrain, a Líbia, o Egipto ou a Síria em que o discurso de Obama tivesse tido algum efeito nas revoluções que se seguiram.

P- No caso do Egipto, foi o próprio regime que deixou cair Mubarak?

R – Bom, penso que esta é uma daquelas perguntas jornalísticas, que são ótimas, eu também as faço, mas se há resposta para elas com base em dados reais não tenho bem a certeza. Vamos lá ver, é fácil dizer, no caso do Egipto, que havia pessoas ao nível do Estado que tinham percebido que os dias de Mubarak estavam a chegar ao fim e que para preservar as instituições, o regime, ele tinha de ir embora. E não foi por acaso que o antigo chefe da espionagem, e nessa altura “apenas” vice-presidente, Omar Suleiman, seria o homem a anunciar subitamente que ia sair e essa foi uma altura em que se Suleiman se tivesse candidatado a presidente poderia ter ganhado. Estou convencido que o ‘despertar’ no mundo árabe, como eu chamo [à Primavera Árabe], foi uma realidade. As pessoas disseram: ‘basta!’, para usar o nome do partido egípcio – Enahda – estavam pura e simplesmente... ao ver o que se passava na Tunísia, muitos árabes noutros países disseram simplesmente: se a Tunísia pode conquistar a sua liberdade, por que não o haveremos nós de fazer? Por que razão havemos de ser tão desonrados e humilhados? Por que é que, enquanto os tunisinos, e depois os egípcios, se revoltam, continuaremos nós submetidos a esta pessoa que não nos representa? Nesse sentido, o despertar, o movimento, as revoluções, aquilo que queiramos chamar-lhes, não podem voltar atrás. A dizer a verdade, neste momento o Egipto está numa situação lamentável, embora bastante previsível depois do comportamento de Morsi, mas qualquer ditador no futuro, e Sisi [Abdel Fatah el-

Sisi] é um ditador nesta altura, sabe que só pode ir até certo ponto. Qualquer pessoa pode repetir o que aconteceu a Mubarak, isto é, fazer outro golpe, quero dizer, uma revolução. Até mesmo Assad admite que a nova Síria não pode ser como a antiga. O que aconteceu ao certo ainda não sei bem. Ainda tenho de ir à Síria para ver aquilo que chamamos 'insurgência', embora, na verdade, os revoltosos estejam simplesmente a combater outros revoltosos, e a questão de saber se os revoltosos na Síria estão a ser apoiados por nós enquanto tentamos matá-los no Iraque em apoio de Maliki, é uma situação muito estranha... penso que o que realmente aconteceu é que este despertar é uma chegada das pessoas à maturidade, é um súbito erguer-se de pessoas que dizem: "não somos crianças, somos adultos". E em certos casos, como no Egito, descobriram que o governo era composto por 'crianças', uma delas tinha 83 anos, estas eram as verdadeiras figuras teatrais. Penso que temos de admitir que a América já não lidera, nem será no futuro o principal líder nos assuntos do Médio Oriente. É claro que continua a financiar o exército egípcio e a apoiar os árabes no Golfo e por aí adiante, mas a ideia, a noção de que quando a América diz que a sexta frota vai para Mediterrâneo Oriental toda a gente salta ou deita as mãos à cabeça, ou corre a esconder-se em abrigos antiaéreos, isso é passado. Penso que já ninguém se importa em saber o que os americanos vão fazer, a não ser na medida em que possam embaraçar os próprios americanos, e na verdade eles não precisam de muita ajuda para o fazer... Penso que há muitas coisas a mudar na região cujo alcance ainda não conseguimos abarcar, que talvez até as pessoas da região ainda não percebem bem. Por exemplo, bastou o falhanço de Morsi e o falhanço parcial de Ghannouchi para todos os comentadores em Washington e noutros países falarem do falhanço do Islão político. Na verdade eu não tenho a certeza de se existe um Islão político e por isso não sei se houve um falhanço. Penso que qualquer partido político sem experiência de partilha do poder ou de governação teria de cometer erros catastróficos, como aconteceu com o regime de Morsi, e como se adivinha que aconteça com qualquer novo regime na Síria, com ou sem Bashar al-Assad. Devo dizer, e estou a pensar escrever um artigo sobre isso para o jornal de segunda-feira, se eu fosse um árabe, neste momento, em qualquer um desses países, pergunto-me se não teria preferido que as revoluções não tivessem acontecido. Porque, se olharmos para o caos e os massacres, o medo e a depressão económica nos quais tantos destes países se viram envolvidos, e que alastrou além-fronteiras, para o Iraque, ou para o Líbano, por exemplo, a partir da Síria, deve haver muitas pessoas no mundo árabe que desejariam ter a estabilidade e a segurança das ditaduras que tinham antes, em vez da libertação, liberdade e anarquia que têm agora... e que em muitos casos nem é liberdade, é antes libertação.

P- O Egípto arrisca-se a viver algo parecido com o que acontece na Líbia?

R- Não creio! Uma das coisas que as pessoas não tiveram em linha de conta, e estou a escrever sobre isso no meu novo livro, é algo ao qual não está muito na moda dar atenção, porque os jornalistas são algo preconceituosos em relação à história esquerdista e morta do mundo, mas onde os países árabes tinham sindicatos fortes, como no Egípto e na Tunísia, houve muito menos massacres do que nos países onde havia sindicatos fracos, ou nos quais os sindicatos tinham sido 'cimentados' ao regime, como na Síria, na Líbia e, até certo ponto, no Líbano. Onde havia sindicatos fortes, onde havia uma força sindical secularizada, como no Egípto, houve muito menos guerra civil sectária. Quando estive no Egípto em 2011 descobri que os primeiros trabalhadores industriais a chegar à Praça Tahrir eram de Mahalla, que é uma cidade produtora de algodão a norte do Cairo, uma cidade muito importante, porque produz e exporta roupas egípcias de alta-costura. Eu uso camisas egípcias, talvez você tenha algodão egípcio na cama, ou toalhas egípcias, ou qualquer coisa do género. Eu fui a Mahalla e descobri que em 2006 eles realizaram a sua própria revolução contra Mubarak. Pediam melhores salários e melhores condições laborais. E durante quase uma semana ocuparam a praça principal da cidade, que se tornou uma espécie de Praça Tahrir, exigiram a deposição de Mubarak, fizeram frente à polícia, aos mahabaras e aos buntaghy, sabe, aqueles rufiões armados com barras de ferro, e no fim o governo chegou a acordo com eles. Deu-lhes melhores condições de trabalho e os salários foram aumentados, é claro que não se viram livres de Mubarak, mas eles ganharam e em 2007 tentaram o mesmo em Mukrash. Mas em 2006 eles usaram telemóveis e coisas do género para mobilizar camponeses... A primeira revolução, que pôs seriamente em perigo o regime do Egípto, não foi no Cairo, foi em Mahalla e foram os sindicatos que realmente delinearam a estrutura de acção: o uso de tecnologia, a ocupação da praça central, a recusa em recuar diante da polícia armada com gás lacrimogéneo e bastões, etc. Por isso, estou convencido de que o elemento sindical nas sociedades árabes tem sido subestimado e ignorado. Se olharmos aos casos em que os sindicatos eram fracos ou eram parte do regime, a Líbia e a Síria são exemplos óbvios, vemos que houve massacres chocantes e actos de selvajaria. Se na Síria, por exemplo, tivesse existido um verdadeiro movimento sindical, que pudesse ter mantido fortes ligações como o partido Baath e também com a revolução, poderíamos não ter visto as coisas tomar o rumo que tomaram. Não posso ter a certeza disto, claro, trata-se de História especulativa... mas, o certo é que nos países onde os sindicatos existiam houve transições muito mais pacíficas para a faz seguinte. Não que dizer que tenham sido pacíficas, mas em todo caso foram menos sangrentas.

P – Qual foi a importância de Israel neste processo?

R – Não muita. Escrevi sobre isso há uns meses. Houve uma altura em que, fossem quais fossem os nossos sentimentos em relação a Israel, às suas políticas e à forma revoltante como trata os palestinianos, houve uma altura em que o Ministério dos Negócios Estrangeiros de Israel, por exemplo, seguia com acuidade o que se passava no mundo árabe. Sabiam o que se estava a passar, percebiam, se não como eles deviam reagir, pelo menos como queriam que reagissem. Mas com o passar dos anos, à medida que a ala direita ganhou predominância — levando alguém como Avigdor Lieberman, a versão israelita de Ahmadinejad, a tornar-se ministro dos Negócios Estrangeiros — esta compreensão do mundo árabe foi-se reduzindo a nada. Recordo-me, por exemplo, de como um escritor muito conhecido do jornal Haaretz apareceu na al-Jazeera a seguir à revolução egípcia a dizer que Netanyahu percebeu tudo mal, ele devia ter dito: parabéns, egípcios, vocês libertaram-se da ditadura de Mubarak e agora vão poder ser uma democracia como nós. Mas Netanyahu não o fez. Diz-se que, tal como o rei da Arábia Saudita, telefonou a Obama a pedir-lhe para manter o presidente Mubarak no poder. Queriam a ditadura no poder. Penso que ninguém fora do Egípto percebeu o que se estava a passar. E deviam ter percebido. Quero dizer... quando se multiplicaram manifestações na Europa, em Portugal e particularmente em Espanha, com pessoas a ocupar praças e a desfilar por ruas principais, os árabes perceberam de imediato os paralelos entre o que se passava no Egípto e na Europa por causa da crise bancária. Mas nós, ocidentais, não demos por isso. Limitámo-nos a imitar a tática de ir para as praças centrais, montar tendas e tudo mais... Mas os árabes perceberam muito bem que os fenómenos eram muito semelhantes. No mundo árabe houve eleições falsas e manipuladas que entregaram o poder a regimes que não tinham responsabilidade alguma perante os eleitores. No caso do Egípto o regime de Mubarak. Na verdade muitos apoiantes de Mubarak eram banqueiros, vale a pena lembrarmo-nos disso... No Ocidente, participámos em eleições autênticas mas as pessoas que elegemos entregaram de imediato o poder real aos banqueiros, que não foram eleitos mas acham que são donos dos países, como os sequazes de Mubarak pensavam. E tomaram decisões sem qualquer responsabilidade, por certo sem a responsabilidade para com as pessoas que elegeram os governos que lhes entregaram o poder. Tomavam decisões porque, no caso meu país, pensavam que eram donos da Irlanda. Os banqueiros nos EUA pensavam que eram donos da América e pensavam: não podem deixar-nos morrer... é preciso recordar que os banqueiros diziam: não podem livrar-se de nós porque isso seria o fim da economia e todo o mundo ficaria na bancarrota. Mubarak dizia aos americanos: não podem livrar-

se de mim, porque se o fizerem ficará tudo islamizado e haverá uma jihad em massa. E por isso ele continuou no poder. E é por isso que os banqueiros puderam ficar impunes repetidamente, fazendo promessas que não podiam cumprir de maneira a alimentarem a ideia, que até certo ponto era verdadeira, de que eram eles a governar os países. É por isso que, enquanto os árabes perceberam o paralelismo, nós, na Europa, nós limitámo-nos a copiar — na verdade eu nessa altura estava no Médio Oriente —, mas nós, o Ocidente, pensámos que estávamos somente a copiar a tática da praça Tahrir. Mas para os árabes o paralelo político entre ambos os mundos era visto com clareza e era perfeitamente compreensível.

P – As revoluções vão conduzir à democracia?

R – Mas por que razão quer você uma democracia? Nós passamos o tempo a falar de democracia e não percebemos as coisas. Do ponto de vista dos árabes... eu não vi na Síria, no Egipto, no Bahrain, um único cartaz a exigir 'democratia'. Não, não vi um único cartaz. O que eles exigiam era justiça, libertação e dignidade. Era isto que se lia nos cartazes. Não pediam democracia. E por que não? Vejamos. Se ouvirmos a palavra 'democratia', no Médio Oriente isso é sinónimo dos poderes ocidentais que mantiveram os ditadores e os apoiaram. Foram os americanos e o Ocidente que mantiveram Mubarak no poder. Que mantêm os emires sauditas no poder. Que mantiveram Hafez al-Assad no poder durante a maior parte do tempo. Não se recorda quando Hafez al-Assad foi convidado a cantar a Marselhesa em Paris e a tomar parte nas celebrações da revolução francesa? Fomos e continuamos a ser nós quem apoia o rei Abdullah da Jordânia. Fomos nós, em particular os franceses, quem apoiou Ben Ali. Foram as democracias que fizeram isto. Por isso, se perguntarmos aos árabes se querem uma democracia eles associam a palavra democracia com as ditaduras, porque foram as democracias de tipo ocidental — das quais estamos muito orgulhosos, porque somos parte delas — que mantiveram os ditadores no poder nesses países. Foi assim a sua História. Por isso, quando usamos a palavra democracia estamos a usá-la na nossa versão, em português, espanhol ou inglês, ou em grego, não estamos a ter em conta a forma como essa palavra se reflecte nos olhos dos árabes, homens mulheres e até crianças... Se estivermos a falar de liberdade, aquilo de que estão à procura é da ideia de que são donos do seu país, que ele lhes pertence. Ora bem, todas As revoluções alimentaram esta ideia; foi essa a ideia da revolução francesa, da revolução russa, embora não tenham, funcionado exactamente como queríamos, ou pelo menos como alguma pessoas teriam desejado..., porque houve jovens detidos, e tivemos actos bárbaros, quer fosse o

terror em Paris ou Estaline na Rússia, etc., mas a ideia de somos donos da terra onde nascemos — e não estou a falar nos meios de produção, não estou a advogar o comunismo — mas dizer que somos donos da terra, isto é, que temos alguma coisa a dizer, isso é algo que persiste.

P – Esta revolução conduzirá à democracia?

R – A ideia de que temos uma espécie de ‘slot machine’ na qual colocamos o nosso dinheiro e de lá sai uma estrutura e de lá sai uma estrutura adequada para o futuro do Egípto, do Líbano ou qualquer outro país, está errada. Eles terão de desenvolver as suas próprias ideias de liderança e de servidão... as suas próprias ideias de liberdade. E afinal, não foi assim há tempo, foi há umas centenas de anos, na verdade há cento e um anos, antes da Primeira Guerra Mundial, ainda acreditávamos em impérios, em que o equilíbrio do poder era o equilíbrio entre impérios. E pouco importa a quantidade de liberdade era injectada nesses impérios. Temos de nos lembrar que as mulheres só tiveram o direito de votar no Reino Unido após a Primeira Grande Guerra, em Portugal não sei quando terá sido... Levou imenso tempo, esforço, sangue para que as chamadas democracias de hoje, algumas das quais são democráticas e outras não, se pudessem desenvolver. A ideia de que o mundo árabe — e preocupa-me quando as pessoas perguntam: o que diz o homem da rua, pois penso: qual homem, onde? — pode chegar aí sem mais é errada. Terá de haver uma evolução enorme, muito debate e discussão, nas universidades, entre grupos sociais, partidos políticos, etc., antes de... eu disse, na altura das manifestações na Praça Tahrir: já teremos envelhecido e morrido antes de esta revolução acabar. É muito fácil para os académicos e ainda mais fácil para os jornalistas dizer que tudo estará acabado até ao Natal, assim como se disse estaremos em Berlim no Natal, ou chegaremos a Paris no Natal, tudo estará acabado em devido tempo.... Mas não é assim e não vai ser assim. A revolução egípcia vai ter altos e baixos, e o sangue vai correr, mas não chegar ao seu auge, não vai estar terminada, isto é, não vai evoluir para uma estrutura permanente — a permanência, em termos históricos nada é permanente, é claro — até já termos morrido de velhice. Há muito mais para acontecer e não faço ideia de como vai acontecer. Uma das razões para continuar no Médio Oriente, e já tenho 67 anos... quero saber o que vai acontecer a seguir, mas é claro que sou já bastante crescido para saber que não vou saber quais serão os passos todos, pois nessa altura já estarei morto... mas a ideia de que isto é algo que chegará a um desenlace feliz, de que os movimentos finais da sinfonia serão tocados durante as nossas vidas e de que tudo terminará, e ficará bem, o Egípto ficará bem e o Líbano também, isso não é assim,

não é assim que a História acontece. Na verdade a História está tanto no futuro como no passado. Por isso essa ideia de que, vá lá, então e a democracia? e a liberdade? E isso de um homem um voto?.... é isso que está em causa, mas no final de tudo temos de tomar em linha de conta o factor Islão. Uma das questões que não é suficientemente abordada, que a meu ver nem sequer é colocada, mas que está presente em praticamente todas as conversas que tenho, com qualquer pessoa, seja no Líbano, no Egipto, ou na Síria, é algo que anda por ali, sempre em círculos mas nunca á abordado de frente, é a principal questão, e é isto: como é que o Ocidente — com democracia, e estou a citar — mas com uma total falta de fé, pois de uma ponta à outra, com a excepção de algumas áreas do Midwest dos EUA e algumas igrejas na Europa nas quais vemos as pessoas entrar nas manhãs de domingo, de uma forma geral não somos o que se pode chamar Cristandade. Falávamos de Cristandade, mas já não somos religiosos. Os nossos deuses são a Amnistia Internacional, ou a Cruz Vermelha Internacional, a Convenção de Haia, as convenções da Cruz Vermelha de 1949, o Conselho de Segurança da ONU, e os direitos humanos, esses são os nossos deuses. Enquanto no Médio Oriente e no mundo árabe a maioria das pessoas são muçulmanos. Não perderam a fé. Para eles, Deus continua a ser uma parte central das suas vidas até à morte... Eles acreditam em Deus e nós não e para estas pessoas a grande questão é — e eles tentam abordá-la, andam à volta dela sem encontrar uma resposta satisfatória para saber como é que pessoas que perderam a fé podem dominar, no plano cultural, económico, social, político e militar, as pessoas que souberam manter a sua fé. Essa é a questão que está na base de uma qualquer compreensão do ‘despertar’ árabe, ou primavera ou revolução, o que queiramos chamar-lhe.

P – O Islão e a democracia podem caminhar lado a lado?

R – Podemos escrever milhares de livros sobre isto e não sei bem se esse não é um deserto árido no qual não quero entrar, a menos que me ofereça um farnel e muita água fresca... Vejamos, todos os livros sagrados do mundo que conhecemos, e em particular os muçulmanos, especialmente os hadith, é claro, mas também o Antigo Testamento, contêm suficientes apelos a crimes de guerra, banhos de sangue e crimes contra a humanidade quantos poderia desejar qualquer activista membro de uma milícia... mas podemos realmente pensar que a Bíblia ou o Corão tiveram alguma coisa a ver com a democracia ocidental do tipo da dos países da UE? Nem pensar! De forma alguma! A sociedade na qual vivemos na Europa foi em grande medida criada pelas duas grandes guerras. O Islão, porque esteve em geral na defensiva, nunca teve

a Renascença que a História europeia teve. Este constante pôr-se em causa. Quando o inimigo está às nossas portas não começamos a perguntar-nos se colocamos a pessoa ideal a governar o nosso país! E fomos nós, europeus, com o nosso conhecimento, os nossos recursos e dúvidas que pusemos o mundo islâmico na defensiva. Por isso, desde muito cedo tivemos dois povos distintos: o Ocidente e o Oriente. Já reparou que ninguém diz muçulmanos e Cristandade, ou muçulmanos e cristãos, dizemos sempre os muçulmanos e o Ocidente, pois até nos títulos dos nossos livros se nota que já não somos religiosos. Não temos fé, a palavra fé quase foi banida, falar de alguma coisa com base na fé tornou-se um cliché horrível... Por isso já nem sei se essa questão é relevante. Se já não temos fé num Deus em que é que acreditamos? Nos seres humanos? Talvez, não sei bem. Teremos fé nos direitos humanos? Estamos convencidos que sim... Sempre que alguma coisa corre mal numa das nossas amadas democracias dizemos sempre que isso é contra os direitos humanos, contra as leis dos direitos humanos, e fala-se em ir ao tribunal de Haia ou ao tribunal internacional de Justiça. E estou convencido de que não percebemos de todo o que isto significa. Penso que os muçulmanos ainda não tiveram a oportunidade de que precisam, com ou sem ajuda das novas tecnologias, para descobrir o que o futuro lhes reserva. Claramente já não podem voltar atrás, recuar aos tempos supostamente gloriosos do Califado, ao tempo em que seguiam o Profeta, da mesma maneira que os cristãos não podem recuar e vive na Idade Média ou percorrer a Galileia e fingir que Jesus ainda está vivo — e, de qualquer forma, nem gostariam de o fazer! Mas penso que o tema de saber se a democracia pode conviver com o Islão é um tema acabado. Não penso que seja algo pertinente.

APÊNDICE D

Entrevista a Mostafa Zekri

MOSTAFA ZEKRI

Investigador Integrado e Professor Associado na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Investigador do Centro de História de Além-Mar na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Doutoramento em Antropologia Social e Histórica pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHAA – Paris); Mestrado em História e Civilizações pela mesma instituição universitária; Licenciatura em Estudos Islâmicos pela Universidade Qaraouiyyine (Marrocos).

Áreas de investigação: Estudos Islâmicos; História e teoria das ideias; História institucional e política; História religiosa.

P – qual foi o verdadeiro motivo para que a revolta tenha saído à rua em vários países quase numa cadência “efeito dominó”?

Na minha opinião existem vários motivos. A revolta é sempre um acontecimento / fenómeno complexo:

a) a rua estava preparada para receber os revoltados. Muitas décadas de opressão, falta de liberdade, injustiça, pobreza, monopólio de riquezas e do poder por algumas pessoas / famílias / tribos, falta de projecto social e de visão futura. Aqui são os aspectos mais importantes. Existem outros secundários que dizem respeito às necessidades derivadas e integrantes.

b) A juventude. Antes de sair a rua e fazer a sua revolta, estava já na “rua virtual” a manifestar. A geração da net utilizou as novas tecnologias para libertar-se mental e fisicamente. Evidentemente, apareceram líderes jovens que conduziram as revoltas, fora das pseudo-estruturas políticas. Diria mesmo que os representantes destas estruturas, mesmo da dita oposição, foram apanhados de surpresa.

c) A espontaneidade. Ao receberem a notícia de Bouazizi ter-se queimado vivo, os seus familiares saíram espontaneamente à rua, uma reacção normal que solicitou a

solidariedade e revolta dos amigos, dos vizinhos, dos membros da comunidade onde vivia Bouazizi, depois de todos os tunisinos e de outros além-fronteiras.

d) Os médias. A nível interno, Al-Jazeera teve uma grande impacto e uma forte influência no decorrer dos acontecimentos. Outros no espaço árabe vão seguir (Al Arabia, Al Manar...)

P – que importância teve o chamado discurso do Cairo do Presidente Barack Obama?

Se calhar de forma indirecta. A necessidade de mudar as coisas no Médio Oriente. No seu discurso lembrou a importância da civilização árabe e islâmica para o Ocidente através do legado técnico científico, o que sempre estimulou a consciência colectiva dos povos árabes e muçulmanos...

P – as ditaduras que caíram foram vergadas pela força das revoltas ou caíram porque de dentro do regime alguém quis que caíssem?

As ditaduras que caíram, caíram porque chegaram a uma fase onde os ingredientes necessários para a sua queda eram reunidos. Estes ingredientes são internos aos próprios regimes e também externos. De dentro, não temos que estranhar a existência de colaboradores dos regimes ditatoriais revoltados. Eles próprios, a pesar de todos os benefícios e vantagens que têm, no fundo vivem sem uma verdadeira dignidade, sem verdadeira liberdade e têm consciência de que são simplesmente instrumentos. Os regimes precisam da sua lealdade, submissão e capacidade executiva. Assim, os próprios regimes alimentaram a “revolta” de alguns servidores-colaboradores. Em muitos países árabes existe uma expressão equivalente a : « a mão que não podes morder, tens que a beijar. »

Também por várias razões geoestratégicas, ideológicas e históricas, todos estes regimes têm inimigos que fizeram muito para os enfraquecer no âmbito de os eliminar um dia (através do apoio a oposição, acções de espionagem, implantação secreta de

grupos portadores de ideologias – sobretudo de carácter religioso. Isso tem a ver com o que podemos chamar o conflito árabo-árabe e islamo-islâmico.

A globalização / mundialização e a ideia de um novo sistema mundial é um parâmetro a considerar. O “trabalho da globalização” necessita de uma nova ordem mundial, ordem que só pode desenvolver-se e concretizar-se reunindo determinadas condições. Nesse sentido, os regimes tinham que acompanhar estas “mutações” e adaptar-se as novas normas, as novas condições. Esta adaptação não foi fácil para alguns e foi impossível para outros.

P – que influência tiveram os países vizinhos que aspiram a ser potências regionais?

Na minha opinião os regimes árabes vizinhos, não tinham interesse em provocar revoltas populares, porque sabem muito bem que, não acontece só aos outros e que o outro e si próprio é a mesma coisa de momento em que a legitimidade de quase todos os regimes foi sempre contestada popular e politicamente.

Irão, de forma aberta, tem declarado e desde muito tempo que tem um projecto para se tornar uma potência, não é só a nível regional mas também a nível internacional. O regime iraniano, através de Hizb Allah e da intrusão de grupos xiitas nos diferentes países árabes sunitas, tem tentado desestabilizar alguns regimes árabes sunitas e implantar a sua visão do Islão e intervir na configuração social e política. É preciso relembrar os últimos incidentes com Hizbo Allah e a reacção do ex-presidente egípcio Hosni Mubarak antes da queda do seu regime.

P – na Líbia, aparentemente, toda a estrutura do regime foi banida; no Egipto isso não aconteceu; foi isso que permitiu aos militares tomarem o poder?

A estrutura militar na Líbia de Kadhafi era muito diferente da do Egipto. Os militares no Egipto têm uma posição forte na sociedade egípcia na medida em que desde a queda da monarquia e por causa dos conflitos sucessivos com Israel. A instituição militar egípcia tem adquirido o estatuto de “instituição do povo”. É uma instituição bem estruturada e que esteve, em vários momentos da história recente do Egipto, no centro das principais mudanças políticas. Os partidos políticos não têm experiência ou, nalguns casos, têm pouca experiência, para gerir um país na dimensão do Egipto, com os seus problemas e riscos no contexto regional. Os militares, nesse caso, é a

alternativa natural para o país não cair no caos. Reste a questão de saber se a tomada do poder pelos militares é só uma fase de transitória ou se a história se repete? A resposta depende do bom senso dos militares, da boa vontade, da evolução das estruturas políticas civis e do contexto regional e internacional.

P – Israel influenciou a queda de Mohammed Morsi?

Desde a eleição do Morsi como presidente, as declarações de vários dirigentes israelitas mostram uma real inquietação (Netanyahu, Ben Elieze, Ehud Barak e outros) sobretudo em relação a segurança entre os dois países, nomeadamente nas fronteiras (cerca de 240 Km) e ao longo da fronteira com Sinai. Também as afinidades e cumplicidade com Hamas em Gaza. As análises islamistas apoiam a tese de que Israel influenciou a queda de Morsi. Lembramos, por exemplo, as declarações do primeiro-ministro turco, Tayyip Erdogan que declarou explicitamente numa reunião do seu partido que Israel influenciou a queda do Morsi. Opinião partilhada pelos seguidores e partidários de Morsi. Muhammad Ahmad Rached. Uma figura importante da irmandade muçulmana redigiu um texto « Análise interna » onde acusa Israel, USA, Irão e os países do Golfo pérsico (principalmente Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos) de “arquitectos da queda de Morsi”. Neste texto de 37 páginas, dividido em três partes, Muhammad Ahmad Rached fala das diferentes partes do «golpe militar». É a opinião da activista iemenita Tawakkul Karman que pertence a oposição islamista iemenita. Tariq Ramadan considera mais a cumplicidade dos USA com os militares egípcios (O General Abdel Fattah al-Sissi).

De outro lado, pode se dizer que o povo egípcio ficou dividido em relação à aprovação da política do Morsi e dos seus governos, quer a nível interno quer a nível externo. O que me parece é que houve as condições favoráveis para a queda do Morsi considerando o descontentamento de quase a metade da população egípcia activa (cristãos e muçulmanos). De momento em que não existe uma alternativa política – no sentido de partido (s) políticos estruturados e preparados para governar – os militares é a alternativa imediata tendo em conta o seu histórico e experiência no exercício do poder no Egipto.

P – Ben Ali, Mubarak e Kadhafi caíram, porque não Assad?

São contextos com particularidades políticas diferentes. O regime sírio, desde o Hafez Assad (o pai) tem estruturado as forças armadas do país de uma forma baseada na noção de lealdade tribal e doutrinária. Também, por causa do conflito com o vizinho Israel, o regime de Damas tem desenvolvido, ao longo da sua história, estratégias políticas e militares muito mais eficazes para a sobrevivência do regime. As tradicionais alianças com Hizbo Allah, Irão, Rússia e China tem muito a ver com a sobrevivência do regime de Assad até agora. Também para Israel e outros países árabes e ocidentais, que ainda não têm bem a certeza do novo sucessor, o regime de Assad continua ser o « Inimigo útil».

P – que tipo de democracia pode ser construída nestes países da Primavera Árabe? Uma democracia tipo ocidental (capitalista) ou uma outra democracia que consiga eventualmente integrar o factor religioso?

A democracia ocidental tal qual, não pode, nas condições actuais e conforme a configuração social e cultural actuais nos países da Primavera Árabe, ser o modelo. Pode-se falar da génese de uma «democracia híbrida», no caso tunisino por exemplo, se as coisas continuassem num clima de transição com bom senso e boa vontade...

P – a Líbia parece dividida e repartida por grupos (tribos?) que não permitem a instalação de um novo regime. Porque é que isto acontece?

São as consequências do modelo do Kadhafi. A base da sua governação era dividir para reinar. Aproveitar do espírito tribal para governar. Actualmente as diferentes tribos / grupos encontram-se face a sua natureza primordial. Apesar de ser uma teoria muito antiga, a teoria de «Asabiyya» de Ibn Khaldun continua válida na maioria dos casos dos países árabes.

P – em todos os países onde houve eleições os partidos de génese religiosa venceram. Que significado têm estas vitórias?

É a única alternativa civil ainda não experimentada que existe e que tem alguma credibilidade para uma boa parte dos cidadãos destes países. Relembramos que os partidos de génese religiosa, quer os autorizados, quer os censurados, tem mantido

desde a sua formação um contacto estreito e permanente com as classes média e pobre sociedade (sabendo que a classe média é reduzida e a pobre é maioritária nos contextos actuais.)

P – (a velha questão) Islão e Democracia podem conviver e caminhar lado a lado?

A resposta depende da maneira de interpretar os textos fundadores da religião islâmica, da maneira de ser muçulmano e da maneira de perceber a democracia. Actualmente existe uma crise conceitual no pensamento islâmico ainda prisioneiro das interpretações anacrónicas, elaboradas em espaços e tempos diferentes dos contextos espaço temporais actuais. Ainda não existe uma verdadeira alternativa à já existente desde há séculos. Existem propostas de conciliação, mas sem grande impacto na realidade quotidiana nas diferentes sociedades muçulmanas. Também é preciso considerar a diversidade cultural destas sociedades a pesar de alguns traços culturais comuns.